



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



**CARLA TACIANE FIGUEIREDO**

**MODERNIDADE E EXCLUSÃO EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS:  
OLARIAS E CERÂMICAS NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DE  
ITABAIANA-SE**

São Cristóvão-Sergipe  
2011

CARLA TACIANE FIGUEIREDO

**MODERNIDADE E EXCLUSÃO EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS:  
OLARIAS E CERÂMICAS NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DE  
ITABAIANA – SE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes  
Co-orientador: Prof. Dr. Emílio de Britto Negreiros

São Cristóvão- SE  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

F475m Figueiredo, Carla Taciane  
Modernidade e exclusão em áreas ambientalmente protegidas : olarias e cerâmicas no estorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana - SE / Carla Taciane Figueiredo. – São Cristóvão, 2011.  
176 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes.

1. Meio ambiente - Sociologia. 2. Parque Nacional da Serra de Itabaiana - SE. 3. Meio ambiente - Conflitos. 4. Olarias. I. Título.

CDU 502:316(813.7 Itabaiana)

**Autora:** Carla Taciane Figueirêdo.

Modernidade e Exclusão em Áreas Ambientalmente Protegidas: olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana-SE.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, no Núcleo de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada pela Banca Examinadora, em 19 de dezembro de 2011.

---

Profº. Drº. Emílio de Britto Negreiros  
UFS- DCS  
Coorientador

---

Profº. Drº. Cristiano Wellington Norberto Ramalho.  
UFS/DCS/NPPA  
Examinador Externo

---

Prof.<sup>a</sup>. Drº. Ronaldo Gomes Alvim  
UFS/PRODEMA  
Examinador interno

CARLA TACIANE FIGUEIREDO

**MODERNIDADE E EXCLUSÃO EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS:  
OLARIAS E CERÂMICAS NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DE  
ITABAIANA – SE**

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Carla Taciane Figueiredo  
Universidade Federal de Sergipe

Profº Drº. Marcelo Alário Ennes  
Universidade Federal de Sergipe

Profº. Drº. Emílio de Britto Negreiros  
Universidade Federal de Sergipe

CARLA TACIANE FIGUEIREDO

**MODERNIDADE E EXCLUSÃO EM ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS:  
OLARIAS E CERÂMICAS NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DE  
ITABAIANA – SE**

É concedido ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Carla Taciane Figueiredo  
Universidade Federal de Sergipe

Profº Drº. Marcelo Alário Ennes  
Universidade Federal de Sergipe

Profº. Drº. Emílio de Britto Negreiros  
Universidade Federal de Sergipe

## AGRADECIMENTOS

Às forças superiores, acima de tudo, por me proporcionar saúde, força e sabedoria para vencer mais uma etapa da minha vida.

Ao Professor Dr. Marcelo Alario Ennes, orientador desta dissertação, pela compreensão e, acima de tudo, paciência. Ressaltando a possibilidade de crescimento profissional propiciado através da confiabilidade depositada em diversos momentos dessa trajetória.

Ao Professor Dr. Emílio de Britto Negreiros, meu coorientador pela oportunidade de compartilhar experiências, e pelos ensinamentos através do seu exemplo profissional, demonstrando o que é ser um pesquisador, um avaliador constante e um verdadeiro acadêmico.

Esses pré-requisitos que foram fundamentais em minha orientação constituíram-se, para mim, em um dos grandes exemplos de trabalho intelectual compartilhado. Agradeço, portanto, pelo privilégio que me proporcionaram de ter apreendido com a convivência acadêmica.

Gostaria de agradecer a todos os professores que contribuíram direta e indiretamente com a construção do conhecimento, mediando o processo de ensino- aprendizagem durante o cumprimento dos créditos optativos e obrigatórios, ratificando a competência, participação com discussões, correções, sugestões que fizeram com que concluísse este trabalho.

À coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA, Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares, pela oportunidade de crescimento, aprendizado, realização profissional e pessoal e pela confiança em mim depositada, pela viabilização desse estudo desde os primeiros momentos quando cheguei à cidade de Aracaju.

Às Secretárias do PRODEMA, Najó Glória, Sr.<sup>a</sup> Julieta e Aline, pela dedicação e atenção que prestam a todos os alunos do Núcleo. Ao motorista Sr. Amaral, que tanto contribuiu com sua receptividade e com a gentil dedicação ao trabalho, o seu perfil de “pesquisador-nato” facilitou uma aproximação com os entrevistados.

Manifesto também meu agradecimento valoroso a CAPES, pelo financiamento desse trabalho e pelo fomento exemplar à pesquisa em geral, e a todos aqueles que me auxiliaram, direta ou indiretamente, nesta jornada sem os quais não poderia concretizar essa pesquisa.

À minha mãe, Maria Otília, pela dedicação e apoio mesmo desconhecendo o caminho e significação de um mestrado, pois entende a importância do estudo. Aos meus sobrinhos, e Menandro e Leonardo pelo apoio diante das turbulências compartilhadas cotidianamente. E especialmente a Cidinho e Ana Caroline que mesmo distantes geograficamente fizeram-se presentes na superação de cada obstáculo. Aos meus familiares que sempre me deram amor e força, valorizando meus potenciais.

A todos os meus amigos e amigas da turma 2010, que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação. Em especial, às colegas Haidine, Christiane Donato, Mayra Cristina, Sindianny, Cátia Santos, Anne Grazielle, Sheila Pink e Isaac Tchikundama pela prestatividade, força e companheirismo dedicados desde os primeiros momentos compartilhados até a conclusão dessa dissertação.

A todos representantes de empresas e órgãos que se dispuseram a colaborar com as entrevistas, contribuindo dessa forma com o sucesso deste trabalho, e principalmente aos gestores das olarias e cerâmicas, sujeitos informantes da minha pesquisa, sem cujos dados e informações que me foram prestadas não seria possível à realização desse trabalho. A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução dessa Dissertação de Mestrado, o meu muitíssimo obrigada.

“Não é a crise do capitalismo como modo racional de gerenciamento econômico que acabou por dominar a nossa era. É, sem dúvida, a crise ecológica em torno da qual muitas tensões - mas também muitas possibilidades estão, hoje, agrupadas. A crise ecológica é a crise de uma “modernidade danificada...”

(Anthony Giddens, A constituição da Sociedade, 2003).

## RESUMO

O amadurecimento teórico-conceitual, no debate entre ciências ambientais e modernidade tardia, via discussão das questões referentes à reprodução das disparidades socioeconômicas em áreas ambientalmente protegidas, é essencial para a reflexão sobre a compreensão das transformações socioambientais. Desse modo, essa pesquisa busca responder: A implantação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana como materialização de iniciativa preservacionista, tem contribuído para a superação das desigualdades sociais nos povoados Rio das Pedras, Mundês, Gandu I, Gandu II, Lagoa dos Fornos I e II, município de Itabaiana e Chico Gomes, município de Areia Branca? Quais as estratégias econômicas utilizadas por olarias e cerâmicas localizadas no entorno do PARNASI para viabilizar suas atividades? Qual a capacidade de resposta das olarias e cerâmicas às exigências jurídicas decorrentes da implantação do parque? Assim objetiva-se: 1) caracterizar as estratégias econômicas e capacidade das olarias e cerâmicas dos referidos povoados de cumprir as exigências jurídicas decorrentes da implantação do PARNASI, 2) identificar a possível utilização de recursos oriundos do PARNASI pelas olarias e cerâmicas, 3) analisar as transformações vivenciadas por essas unidades de produção como resultado de ações do desenvolvimento sustentável e seu possível papel na recriação de desigualdades sociais. Para responder às questões e atingir os objetivos propostos, recorreremos aos conceitos de modernidade, conflito ambiental e de crítica à noção de desenvolvimento sustentável. Essa fundamentação teórica explicita a interconectividade entre diversas áreas do saber, predominando a complexidade, o caráter global e interdisciplinar da problemática ambiental. A investigação dos processos de modernização, fundamentada na teoria da estruturação, tem como hipótese a ideia de que a criação do PARNASI se configura numa ação de inserção da região na modernidade tardia favorecendo os detentores de poder, personificados nos ceramistas. O recurso metodológico para efetivação da pesquisa fundamenta-se na investigação qualitativa, associada ao método etnográfico. Os instrumentos como pesquisa de campo, entrevista semiestruturada, com gravação em áudio, pesquisa documental, constituíram as ferramentas de coleta de dados. A investigação contou com entrevistas aos proprietários das olarias e cerâmicas e pesquisadores envolvidos na implantação do PARNASI. A análise das entrevistas foi operacionalizada através do desmembramento do texto, examinando as variáveis complexas e relacionando os fenômenos com a teoria da estruturação e concepções da modernidade, fundamentada na história oral temática. Os resultados afirmam a invisibilização dos atores sociais durante a institucionalização do parque, esse contexto configura pressuposto para os conflitos socioambientais. A problemática ambiental insere essa região no contexto global da modernidade excluindo parcialmente as olarias de algumas dimensões institucionais modernas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria da Estruturação, Áreas Ambientalmente Protegidas, Modernidade Tardia.

## ABSTRACT

The theoretical and conceptual maturity, the debate between environmental sciences and late modernity, through discussion of issues relating to the reproduction of socioeconomic disparities in environmental transformations. Thus, this research seeks to answer: The implementation of the National Park of Serra de Itabaiana, as the embodiment of preservation initiative, has contributed to the overcoming of social inequalities in villages Rio das Pedras, World, Gandu I, Gandu II, Lake of the Ovens I and II, the city Itabaiana of Chico Gomes, Areia Branca. What are the economic strategies used by potters and pottery found in the vicinity of Parnassus, to enable their activities? What is the responsiveness of pottery and ceramics to legal requirements arising from implementation of the park? So the objective is to: 1) characterize the economic strategies and capacity of pottery and ceramics of these villages to fulfill legal requirements arising from implementation of Parnassus, 2) identify the possible use of funds from the pottery and ceramics by Parnassus, 3) analyze transformations experienced by these units of production as a result of actions of sustainable development and its possible role in rebuilding social inequalities. To answer the questions and achieve the proposed objectives, we will use the concepts of modernity, environmental conflict and criticism of the notion of sustainable development. This explains the theoretical interconnectivity between different areas of knowledge, predominantly complexity, global and interdisciplinary nature of environmental problems. The investigation of processes of modernization, based on structuration theory, the idea is hypothesized that the creation of Parnassus is configured in the act of entering the region in late modernity in favor of the holders of power, personified in the potters. The methodological approach for the execution of the research is based on qualitative research associated with the ethnographic method. Instruments such as field research, semi-structured interviews with audio recording, document research, were the tools of data collection. The investigation relied on interviews with the owners of the pottery and ceramics and researchers involved in the implementation of Parnassus. Analysis of the interviews was operationalized through the dismemberment of the text, examining the complex variables and phenomena relating to the theory of the structure and concepts of modernity, based on the thematic oral history. Os findings affirm the invisibility of social actors in the institutionalization of the park, This context creates the prerequisite for social and environmental conflicts. The environmental problems that region falls within the overall context of modernity partially excluding the potteries of some modern institutional dimensions.

**KEYWORDS:** Theory of Structuration, environmentally protected areas, Late Modernity.

## LISTA DE SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas e Técnicas  
ADEMA- Agencia de Desenvolvimento e Meio Ambiente  
APA- Área de Proteção Ambiental  
BM – Banco Mundial  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
EPIs- Equipamentos de Proteção Individual  
I&C – Informação e Comunicação  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.  
CDS - Comissão para o Desenvolvimento Sustentável  
PARNASI- Parque Nacional da Serra de Itabaiana  
SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
ONU - Organização das Nações Unidas  
ONG - Organização Não Governamental  
UC – Unidade de Conservação  
UPI – Unidade de Proteção Integral  
UFS – Universidade Federal de Sergipe

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Mapa cartográfico social do Parque Nacional da Serra de Itabaiana.
- Figura 2- Parque Nacional da Serra de Itabaiana
- Figura 3 e 4 - Atividades produtivas das olarias
- Figura 5 - Cerâmica desativada localizada na BR 235
- Figura 6 – Emissão de fumaça oriunda do processo produtivo das olarias e cerâmicas localizadas no entorno do PARNASI.
- Figura 7 - Funcionário responsável pelo controle da produtividade da cerâmica.
- Figura 8- Funcionário responsável pelo controle do barro da cerâmica.
- Figura 9 – Selão matéria prima utilizada na fabricação de telhas, tijolinhos e blocos.
- Figura 10 – Mistura e preparação do selão com argila (barro), etapa do processo produtivo de fabricação da telha.
- Figura 11- Forno da olaria utilizado para queima da telha e tijolinhos.
- Figura 12- Abastecimento do forno com lenha para queima da telha.
- Figura 13 – Abastecimento do forno de cerâmica com o bloco para o processo da queima.
- Figura 14- Máquina computadorizada de finalização na produção do bloco corte controlado pelo sistema computacional.
- Figura 15 – Máquina de processamento do barro para fabricação do bloco
- Figura 16- Mistura do selão e argila utilizando a tração animal.
- Figura 17 – Homogeneização do barro, preparação inicial para a produção do tijolinho.
- Figura 18- Etapa do processo produtivo dos tijolinhos, colocação na fôrma.
- Figura 19- Etapa do processo produtivo dos tijolinhos, colocação na fôrma, e retirada do excesso de barro.
- Figura 20- Desenformando tijolinhos para secagem inicial e posterior queima.
- Figura 21 – Secagem inicial das telhas e posterior queima.
- Figura 22 – Lanceamento das telhas etapa do processo produtivo realizado por mulheres.
- Figura 23 - Mulheres transportando as telhas para as grades local da secagem.
- Figura 24 - Dimensões Institucionais da Modernidade
- Figura 25 – Argila matéria prima utilizada na fabricação de blocos, telhas e tijolinhos.
- Figura 26 – Selão sendo colocado na máquina para fabricação de telhas.
- Figura 27 – Selão estocado, sendo retirado para utilização no processo de fabricação da telha.
- Figura 28 – Mistura do barro e selão, etapa do processo produtivo da telha.
- Figura 29 – Olaria localizada no povoado Bom Jardim, município Campo do Brito.
- Figura 30 – Cerâmica localizada no povoado Rio das Pedras, município de Itabaiana.
- Figura 31 – Mapa territorial do Parque Nacional da Serra de Itabaiana –SE
- Figura 32 – Plantação de feijão na área do PARNASI.
- Figura 33 e 34 – Plantações localizadas nos limites do PARNASI.
- Figura 35 – Preparo do solo para o cultivo de hortaliças na área do PARNASI.
- Figura 36 – Localização de uma cerâmica na zona de amortecimento do PARNASI.
- Figura 37 – Lenha utilizada pelas olarias no processo produtivo das telhas e tijolinhos
- Figura 38 – Paisagem aérea de uma cerâmica evidenciando o processo de degradação através da retirada da argila.
- Figura 39 – Resíduos da produção de blocos de uma cerâmica.
- Figura 40 - Resíduos da produção de telhas de uma olaria.
- Figura 41 – Filtros de controle da emissão de poluentes atmosféricos através da fumaça.
- Figura 42 – Rio das Pedras, localizado ao fundo de uma olaria e cerâmica.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I - DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>19</b>
1.1 Origem da Pesquisa .....	19
1.2 Delimitação e caracterização da área de estudo .....	24
1.3 Instrumentos de coleta de dados e Técnicas de Pesquisa .....	30
1.4 Análise dos dados .....	36
<b>CAPÍTULO II - DIÁLOGOS ENTRE A MODERNIDADE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS: OLARIAS, CERÂMICAS E O PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA-SE. ....</b>	<b>39</b>
2.1 Expressão da Modernidade nos povoados do Parque.....	39
2.2 Teoria da Estruturação e Conflitos Socioambientais .....	52
2.3 Modernização Ecológica como paradigma contextualizado na realidade local .....	71
2.4 Da Tradicionalidade à Modernidade Reflexiva: Olarias e Cerâmicas e o Parque Nacional da Serra de Itabaiana.....	77
2.5 A reflexividade das práticas oleiras e ceramistas no entorno do PARNASI.....	85
2.6 Modernização, instituições modernas e globalização.....	93
<b>CAPÍTULO III - PROLIFERAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SERGIPE: POLÍTICA GOVERNAMENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....</b>	<b>106</b>
3.1 Contextualização da institucionalização do PARNASI e conflitos socioambientais .....	110
3.2 A invisibilização dos atores sociais em Unidades de Conservação: Conflitos socioambientais manifestos no Parque Nacional da Serra de Itabaiana.....	117
3.2.1 Ausência de Plano de Manejo.....	119
3.2.2 Inexistência de conselho consultivo .....	119
3.2.3 Conflitos referentes à regularização fundiária.....	120
3.2.4 Construções indevidas .....	123
3.2.5 Conflitos referentes à disposição dos resíduos sólidos domésticos.....	125
3.2.6 Utilização dos recursos naturais lenha e argila.....	126
3.3 Mitigação dos conflitos socioambientais preponderantes no PARNASI e estratégias para melhor gestão de áreas ambientalmente protegidas. ....	127

<b>CAPÍTULO IV - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA E CONSEQUENTE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO SEU ENTORNO NA MODERNIDADE TARDIA. ....</b>	<b>132</b>
4.1 Estratégias econômicas das olarias e cerâmicas e os parâmetros da modernidade através da legislação ambiental .....	136
4.2 Desenvolvimento Sustentável ou sustentação do desenvolvimento.....	143
4.3 Contribuições para o desenvolvimento local propiciado pelas olarias e cerâmicas versus legislação ambiental. ....	156
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>167</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de livre concessão de informações.....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE B- Consentimento da participação como sujeito de pesquisa</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista semiestruturada. ....</b>	<b>174</b>

## INTRODUÇÃO

O contexto ambiental e as transformações nos ecossistemas podem ser melhor compreendidas a partir do processo de apropriação dos meios de produção e da análise das relações sociais de produção. A caracterização socioeconômica propiciada pelo modelo econômico vigente remete ao questionamento sobre os rumos do progresso científico, tecnológico e se seu estímulo configura-se num perigo para a natureza e para espécie humana.

Assim, o foco dessa pesquisa visa o amadurecimento teórico-conceitual sobre o debate entre as ciências relacionadas ao meio ambiente e a modernidade tardia, por meio da discussão de questões referentes às disparidades socioeconômicas em áreas ambientalmente protegidas.

A compreensão sobre as imposições decorrentes da proliferação de unidades de conservação implica em considerar fatores sociais, políticos, históricos e as dimensões institucionais da modernidade. Esses aspectos nos remetem as dimensões do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e suas implicações na sociedade denominada pós-industrial, tal como definida por Giddens (1997), Lash (1997) e Beck (2010).

Diante do exposto, o objetivo principal dessa pesquisa foi caracterizar as transformações nas atividades das olarias e cerâmicas existentes nos povoados Rio das Pedras, Mundês, Gandu I, Gandu II, Lagoa dos Fornos I e II e Chico Gomes, todos localizados nas imediações da cidade de Itabaiana-SE, em função da implantação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana - PARNASI, à luz da teoria da estruturação fundamentada por Giddens (1991).

Com base no desenvolvimento do referencial teórico-conceitual várias dimensões referentes ao processo de institucionalização de Unidades de Conservação de Proteção Integral incitam a análise, nesse estudo específico, da implantação do PARNASI, que a priori evidencia uma problemática passível de uma abordagem associada a uma teoria sociológica ambiental.

A realização de um estudo sobre as estratégias econômicas e o cumprimento da legislação ambiental pelas olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana objetivou: 1) evidenciar a possível utilização de recursos oriundos da área do PARNASI nestas unidades de produção, 2) analisar a contribuição dessas atividades econômicas para o desenvolvimento local e sua representatividade como atividade tradicional

da região e; 3) explicitar categorias da teoria da estruturação na realidade estudada. Assim, pretende-se contribuir com o debate sobre a questão ambiental através da articulação e conexões interdisciplinares abordadas nesse estudo.

Desse modo, o trabalho buscou responder aos seguintes questionamentos:

1. Quais as estratégias econômicas utilizadas por olarias e cerâmicas para viabilizar suas atividades tendo em vista o contexto e sua localização no entorno de uma unidade de conservação?
2. A existência de estratégias distintas por parte de olarias e cerâmicas modifica as relações que essas unidades de produção mantém entre si?
3. Como essas unidades produtivas estão cumprindo as exigências legais impostas pela legislação ambiental decorrentes da criação do PARNASI?
4. A implantação do PARNASI, como materialização de iniciativa preservacionista tem contribuído para a melhoria das condições de vida e para superação das desigualdades econômicas e sociais dos povoados?

Pretendeu-se, assim, 1) caracterizar o redimensionamento das atividades das olarias e cerâmicas em função da implantação do PARNASI; 2) compreender a realidade observada no povoado estudado como expressão da tensão gerada por sua inserção via criação do parque no contexto da modernidade tardia; 3) entender as transformações vivenciadas pelas olarias e cerâmicas como resultado de ações de desenvolvimento sustentável e seu papel na recriação das desigualdades sociais.

De acordo com Carneiro, a ideia de desenvolvimento sustentável considera necessário e possível compatibilizar o “desenvolvimento econômico” indefinido com a diminuição contínua das desigualdades sociais e a preservação dos “recursos” e equilíbrios naturais”. Porém, o autor destaca um movimento crescente de um novo “enquadramento teórico conceitual” da chamada questão ambiental, e indica autores<sup>1</sup> que “realizam uma reflexão crítica sobre nexos e práticas sociais de apropriação das condições naturais e os fundamentos da sociedade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento histórico” (CARNEIRO, 2005, p.27).

Para responder às questões e atingir os objetivos propostos, recorreremos ao conceito de modernidade reflexiva (GIDDENS, 1991; 2000; 2003), de áreas protegidas (DIEGUES, 1994), e de crítica à noção de desenvolvimento sustentável (SACHS, 2007, LEFF, 2007, SPAARGAREN e MOL, 2003). Essa fundamentação teórica explicita a interconectividade

---

<sup>1</sup> Acselrad (2004), Foladori (2001), Zhouri (2001), Carneiro (2003), O'Connor (1988, 1991)

entre diversas áreas do saber como, a Sociologia, História, Ciência Jurídica e Filosofia, essencial para estabelecer esse estudo, predominando a complexidade, o caráter global e interdisciplinar da problemática ambiental.

Assim o Capítulo I, apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, explicando os instrumentos de coleta de dados utilizados no momento da pesquisa de campo, destacando as principais dificuldades na abordagem aos sujeitos pesquisados e que se dispuseram para as entrevistas, justificando-se assim a opção pela pesquisa qualitativa.

Nos procedimentos metodológicos, discorre-se sobre a trajetória acadêmica que influenciou as escolhas teóricas e metodológicas do objeto de estudo e dos conceitos utilizados nessa pesquisa. Ainda nesse capítulo, foi feita a caracterização da área de estudo, com informações da dimensão socioeconômica trazendo à análise os dados estatísticos populacionais sobre os povoados estudados. Por último, procuramos aprofundar a relação existente entre os dados obtidos e a teoria utilizada nesta dissertação.

É válido ressaltar que essa discussão e análise dos dados realizaram-se partindo da hipótese de que a desproteção social e precarização do trabalho<sup>2</sup>, percebidas nas atividades desempenhadas pelas olarias e cerâmicas localizadas no entorno do PARNASI, são implicações da questão ambiental e de ações norteadas por iniciativas preservacionistas pautadas no desenvolvimento sustentável.

O Capítulo II, intitulado Diálogos entre a modernidade e o processo de institucionalização de áreas ambientalmente protegidas: olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana-SE, discute os elementos conceituais da modernidade, teoria da estruturação, e faz uma crítica aos princípios do desenvolvimento sustentável com ênfase na institucionalização do PARNASI, e as transformações decorrentes da sua implantação.

A proposta de investigar os processos de modernização e seus desdobramentos, fundamentada na teoria da estruturação teve como pressuposto a ideia de que a criação do PARNASI configura-se numa ação de inserção da região na modernidade tardia de modo a reforçar as disparidades socioeconômicas. Ao analisar os dados dialogando-se com a modernidade e as dimensões institucionais modernas, ficou evidente a preponderância do industrialismo e capitalismo no desenvolvimento das atividades de olarias e cerâmicas.

---

<sup>2</sup>Para melhor discussão dessa temática consultar as obras de Ricardo Antunes: Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, (1995), O caracol e sua Concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho (2005); Os Sentidos do Trabalho, (1999), entre outros livros.

Ressalta-se que essas dimensões são encaradas de forma diferenciada por essas unidades produtivas. Enquanto nas olarias as práticas sociais se aproximam da sociedade pré-moderna, baseada na tradicionalidade, as cerâmicas têm em seu modo de produção e reprodução da vida social e econômica, uma prática condizente com a modernidade, tendo como aparato os sistemas peritos<sup>3</sup>, fundamentados na capacidade técnica dos diversos profissionais que auxiliam no desenvolvimento das etapas do processo produtivo.

Diante disso, a pesquisa buscou preencher a lacuna epistemológica referente à modernidade associada às iniciativas preservacionistas do parque e sua consequente influência nas atividades produtivas e práticas sociais da área do seu entorno.

Os conflitos socioambientais, e reconfiguração das práticas sociais no entorno do PARNASI, analisados a partir das estratégias econômicas e do cumprimento da legislação ambiental pelas olarias e cerâmicas, foram abordados na parte do trabalho que trata “Da tradicionalidade à modernidade reflexiva: Olarias e Cerâmicas do Entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana”.

A proliferação de iniciativas preservacionistas e conservacionistas<sup>4</sup> é um dos aspectos centrais do paradigma do desenvolvimento sustentável e uma das estratégias da política ambiental utilizada é a criação de Unidades de Conservação. Nesse sentido, no Estado de Sergipe, a criação do PARNASI é uma expressão condizente com esse modelo, porém a forma como foi implantado caracteriza-se pela inviabilização das peculiaridades dos territórios limitados por esta área designada como de proteção integral.

Sendo assim foi imprescindível uma abordagem sistemática dessa temática no Capítulo III que discorre sobre o processo de institucionalização de UC's e os conflitos socioambientais, além de informações referentes à política ambiental do Estado de Sergipe e o processo de proliferação de unidades de conservação. Realizou-se assim uma contextualização da institucionalização do PARNASI e uma análise dos diversos conflitos decorrentes e atrelados a isso. Além disso, realizou-se uma crítica a forma de institucionalização desta UPI e da participação dos atores sociais, quando muitos deles foram invisibilizados durante todo o processo.

Nesse sentido, a criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana gerou um impasse, de um lado relativo à necessária preservação da biodiversidade e de outro um processo anti-

---

<sup>3</sup> Sistema de excelência técnica, conforme Giddens (1991).

<sup>4</sup> Enquanto o preservacionismo aborda a proteção da natureza independente de seu valor econômico e/ou utilitário, apontando o homem como causador da quebra deste “equilíbrio”, fundamenta-se na criação de santuários, intocáveis, sem sofrer interferências relativas aos avanços do progresso e sua consequente degradação. O conservacionismo contempla o amor à natureza, mas aliado ao uso racional e manejo criterioso pela nossa espécie, executando um papel de gestor e parte integrante do processo, concilia preservacionismo e desenvolvimentismo.

participativo com restrição do acesso da comunidade, algo imposto pela legislação ambiental e trabalhista, estes pressupostos para o desencadeamento de conflitos socioambientais<sup>5</sup>.

Este impasse tem se intensificado, em decorrência da não elaboração do plano de manejo para a Unidade de Conservação que contemple os diversos significados (valores religiosos, cultural, medicinal extrativista e econômico) que a serra tem para a comunidade local, temática que foi desenvolvida com mais profundidade ao longo do Capítulo III.

A complexidade verificada pelos cientistas naturais, ao identificar as causas do declínio da diversidade biológica, sobretudo pela ação do homem, principalmente em face do aumento da população e dos contínuos avanços tecnológicos, agravados pela pobreza e distribuição de renda inadequada, remete a uma análise deste contexto, apontando para a necessidade de reversão desta tendência, e adoção de modelos de conservação eficientes que considerem os atores sociais envolvidos.

No Capítulo IV discutiu-se a institucionalização do PARNASI e a conseqüente inserção (ou não) dos povoados na modernidade tardia, as implicações da criação dessa UPI para a realidade estudada, as atividades de olarias e cerâmicas, finalizando-se com as contribuições dessas unidades produtivas para o desenvolvimento local e contrapondo-se com as premissas do desenvolvimento sustentável.

Nesse capítulo procurou-se realizar uma crítica à noção de desenvolvimento sustentável, tendo em vista a cooptação desse conceito pelo modelo econômico vigente. Realiza-se essa crítica a partir das ideias formuladas por Sachs (2007) e Leff (2007), Spaargaren e Mol (2003) e complementadas pelas concepções de Carneiro (2005) e Zhouri (2005).

Nessa análise confirmou-se a repetição da exclusão, ruptura dos laços sociais, e 'desfiliação' de algumas categorias sociais, presentes nos arranjos societários da comunidade do entorno do PARNASI que representam possíveis transformações que atingem as olarias e cerâmicas e revelam características preeminentes da modernidade.

---

<sup>5</sup>Os conflitos que surgem a partir da disputa pelo acesso aos bens e serviços ambientais, ou seja, são conflitos travados em torno dos problemas do uso e da apropriação dos recursos naturais; confronto entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, conforme Acsehrad (2004).

## CAPÍTULO I - DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*A crítica e a inquietação pública vivem fundamentalmente da dialética da perícia e da contraperícia, sem argumentos científicos e crítica anticientífica de argumentos científico, ela fica apática, ou pior: pode mesmo nem chegar a perceber o objeto e o procedimento, no mais das vezes “invisíveis”, de sua crítica e de seus temores. Para parafrasear uma expressão célebre: racionalidade científica sem racionalidade social fica vazia, racionalidade social sem racionalidade científica, cega (BECK, 2010, p. 36).*

### 1.1 Origem da Pesquisa

As inquietações latentes diante da problemática ambiental após a institucionalização do PARNASI, e especificamente a noção de invisibilização da comunidade do entorno e a dinâmica peculiar dos povoados, foram os pressupostos básicos que desencadearam o interesse por essa temática<sup>6</sup>. As indefinições acadêmicas e pessoais diante de uma dada realidade empírica suscitaram uma curiosidade epistemológica e científica diante da configuração peculiar e da dinâmica dos territórios de Rio das Pedras, Mundês, Lagoa dos Fornos I e II, Gandu I e Chico Gomes, localizados no entorno do PARNASI.

As minhas percepções identificadas durante as observações das unidades produtivas de olarias e cerâmicas presentes em número considerável no entorno da Unidade de Conservação, complementada com a notoriedade da problemática ambiental estabeleceu o fundamento dessa pesquisa. O que mais chamou atenção foi a fumaça que saltam aos olhos dos que transitam na BR 235 (rodovia Aracaju-Itabaiana), oriunda do momento da queima dos produtos produzidos nas olarias e cerâmicas; esta fumaça promove a emissão de gases poluentes e conseqüente poluição atmosférica, refletindo as questões ambientais implícitas nesse processo implicando no despertar científico de uma pesquisadora da temática ambiental.

Com esta intenção, passei a olhar com maior cuidado para o funcionamento das esferas de poder que estão a montante dos efeitos concretos de estratégias de preservação baseadas na criação de áreas naturais protegidas, o que direcionou a busca pelos lugares

---

<sup>6</sup> Quero ressaltar que os questionamentos tanto do ecólogo Adauto Ribeiro professor da disciplina ministrada no mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como as contribuições na construção do conhecimento realizadas pela professora Laura Jane Gomes marcaram uma inflexão nos rumos da pesquisa.

sociais onde se produzem discursos que expressam a realidade social; esses lugares sociais se constituíram nas unidades produtivas de olarias e cerâmicas localizadas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana-SE, unidade de proteção integral institucionalizada em 2005.

Esse configura o campo de estudo dessa pesquisa. Concebendo “campo” segundo Silva (2006);

O campo não é somente nossa experiência concreta (...) que se realiza entre o projeto e a escrita (...). Junto a essa experiência, o ‘campo’ (no sentido amplo do termo) se forma através dos livros que lemos sobre o tema, dos relatos de outras experiências que nos chegam por diversas vias, além dos dados que obtemos em ‘primeira mão’ (SILVA, 2006, p.27).

Diante dessas inquietações e concepções foi imprescindível, na elaboração dessa dissertação, esforçar-me para perceber as “sutilezas” que mobilizam pesquisadores possuidores de domínio técnico e produtores de versões científicas vinculadas à interface entre a premência de institucionalizar unidades de conservação e/ou preservação, em contraponto com a garantia de direitos a grupos sociais subalternos que vivem no entorno das unidades de conservação institucionalizadas. Segundo Gerhardt:

Enquanto o tema da “biodiversidade” deve ser tratado como ponto principal das ações envolvendo unidades de conservação, os “benefícios para os habitantes locais assumem importância secundária”. O que faz com que discussões sobre justiça ambiental, desenvolvimento local sustentável, desigualdades sociais envolvendo acesso ao uso de recursos naturais, situações de risco ambiental e relações de poder estabelecidas entre mediadores sociais (incluindo aí “funcionários de parques”) e as pessoas atingidas por restrições ambientais não sejam temas tão relevantes quanto à questão da biodiversidade e a conservação da natureza (GERHARDT, 2007, p.13).

Essas indagações e algumas discussões realizadas nas reuniões do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder (GEPPIP) também foram instigantes para preencher as lacunas da temática. Porém é válido ressaltar que a vivência do campo propiciou o envolvimento e sede de conhecer as implicações de medidas preservacionistas, e como se constitui a implementação de uma UPI.

A pesquisa foi articulada sob a ótica dos seus objetivos cujo processo metodológico e epistemológico seguido foi baseado no método etnográfico (WEBER e BEAUD, 2007). A ordem científica desse paradigma fenomenológico, tratado na obra de Triviños (1995), argumenta que a compreensão e o entendimento dos fenômenos são oriundos da experiência humana, na busca da essencialidade do ser como parte do mundo complexo e dinâmico. A opção pela pesquisa qualitativa se deu também pela unidade indissolúvel entre o

metodológico e o epistemológico. Conforme afirma González Rey (2002b, p. 50-51):

A pesquisa qualitativa não corresponde a uma definição instrumental, é epistemológica e teórica, e apoia-se em processos diferentes de construção do conhecimento (...); se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo: a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto. A história e o contexto que caracterizam o desenvolvimento do sujeito marcam sua singularidade, que é expressão da riqueza e plasticidade do fenômeno subjetivo.

Assim, a pesquisa partiu da compreensão e interpretação das práticas dos oleiros e ceramistas, buscando apreender a realidade vivida, cujas experiências humanas manifestam a intencionalidade da consciência presente no entendimento dos fenômenos. Essa reflexão e dinâmica metodológica esclareceu a intencionalidade da consciência que sempre está direcionada a um objeto. É evidentemente, que foram nessas “lacunas de informação” que a pesquisa etnográfica teve sua importância específica.

Quanto à natureza da pesquisa, essa abordagem incidiu sobre a investigação compreensivo-interpretativa para a análise dos dados, na qual apresentou uma relação dialética entre os conceitos teóricos que guiam a investigação e os dados empíricos. Nesse caso, “[...] a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento” (LAKATOS, MARCONI, 2008, p. 269).

Fidedigna à teoria abordada, é nas concepções de Giddens que se afirma que “a pesquisa pressupõe uma apreensão da ação situada e de significados sem a qual as categorias formais da metalinguagem teórica empregada pelo investigador não teria sentido nem aplicação” (GIDDENS, 2003, p.393).

Nessa dialética das ciências sociais, Giddens afirma que os “dados sociais nunca são apenas um “indicador” de um fenômeno independentemente dado, mas sempre, ao mesmo tempo, exemplificam aquilo de que “tratam” – isto é, processos de vida social” (GIDDENS, 2003, p.394). Nesse estudo específico os processos sociais evidenciados nas práticas dos oleiros e ceramistas.

Assim, a realização dessa pesquisa analisou os processos de vida social, evidentes nas práticas sociais dos oleiros e ceramistas, gestores das unidades produtivas localizadas no entorno do PARNASI, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas realizadas durante

a pesquisa de campo e posterior análise das respostas expressas pelos sujeitos da pesquisa.

As observações empíricas das consequências da ação humana e das práticas sociais dos oleiros e ceramistas, nos povoados estudados, permitem interconectar o local ao global principalmente tendo como viés um estudo da temática ambiental. Já que na realidade estudada é perceptível o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios. Destaca-se que tais observações empíricas não se tornariam tão “evidentes” sem modificações no plano da percepção e do conhecimento.

Como fica compreensível ao longo da dissertação, a reação a algumas indagações são frutos de vivências relatadas acima e originou considerações explícitas no capítulo III, quando é realizada a abordagem sobre as áreas naturais protegidas e os conflitos socioambientais. Ressalta-se que não se trata de ter ou não “uma posição” ou “um ponto de vista”, e, sim, de perceber que os pronunciamentos indicam diferentes posições e expressam distintos pontos de vista, corroborando as afirmações expressas em Gerhardt (2008), sobre a linguagem utilizada por cientistas sociais e naturais quando abordam sujeitos-objetos de estudo.

Para a análise desse contexto das olarias e cerâmicas utilizou-se o subsídio teórico fundado em Giddens e suas concepções sobre Teoria da Estruturação que concebe a problemática ambiental, apresentando o meio ambiente na condição de estrutura (como regras e recursos) e, portanto, na perspectiva, desta teoria, como resultado da ação humana, como afirma Lenzi (2006). Complementando, com as ideias Diegues (1994), referentes ao tema das áreas naturais protegidas e as concepções de Leff (2007) e Sachs (2007), a crítica à noção de desenvolvimento sustentável. O diálogo com outros autores foi imprescindível na elaboração de um quadro teórico e metodológico que procurou a crítica ao invés do maniqueísmo.

A análise de um objeto de estudo pretendendo resgatar a relevância de um elemento social, associado a um referencial teórico e especificamente um modelo de conhecimento, como é o caso da modernidade, requer a utilização de procedimentos metodológicos que possibilitem apreender as características e peculiaridades da realidade empírica estudada, além de estabelecer fundamentos teóricos bem definidos.

Nesse sentido, as categorias analisadas à luz da teoria da estruturação e das dimensões institucionais modernas correlacionadas com os dados das entrevistas proferidos pelos gestores das olarias e cerâmicas foram à própria expressão da modernidade, os sistemas peritos e especialistas, a agência como forma de poder, e as práticas tradicionais contextualizadas como num tipo de sociedade pré-moderna, associada parcialmente às olarias.

Cabe lembrar que se trata de uma categorização provisória e contextual, construída

para atender a um objetivo específico, qual seja dar visibilidade, por meio da sistematização de algumas ideias que se encontravam esparsas, o modo como as atividades produtivas de olarias e cerâmicas tem desenvolvido suas práticas diante da institucionalização de uma unidade de conservação de proteção integral, denominada PARNASI.

Para melhor visualização, a caracterização da área de estudo é realizada no tópico seguinte, onde as informações sobre aspectos geográficos como dimensão de área, dados sobre atividades econômicas e agrícolas, dados estatísticos populacionais fornecidos pelo IBGE e EMBRAPA são abordados.

## 1.2 Delimitação e caracterização da área de estudo

A serra de Itabaiana, a serra Comprida e serra da Cajaíba (Figura 1) localizam-se dentro dos limites da unidade de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Com aproximadamente 7.966 hectares de área, o PARNASI estende-se entre os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Itaporanga D’Ajuda e Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

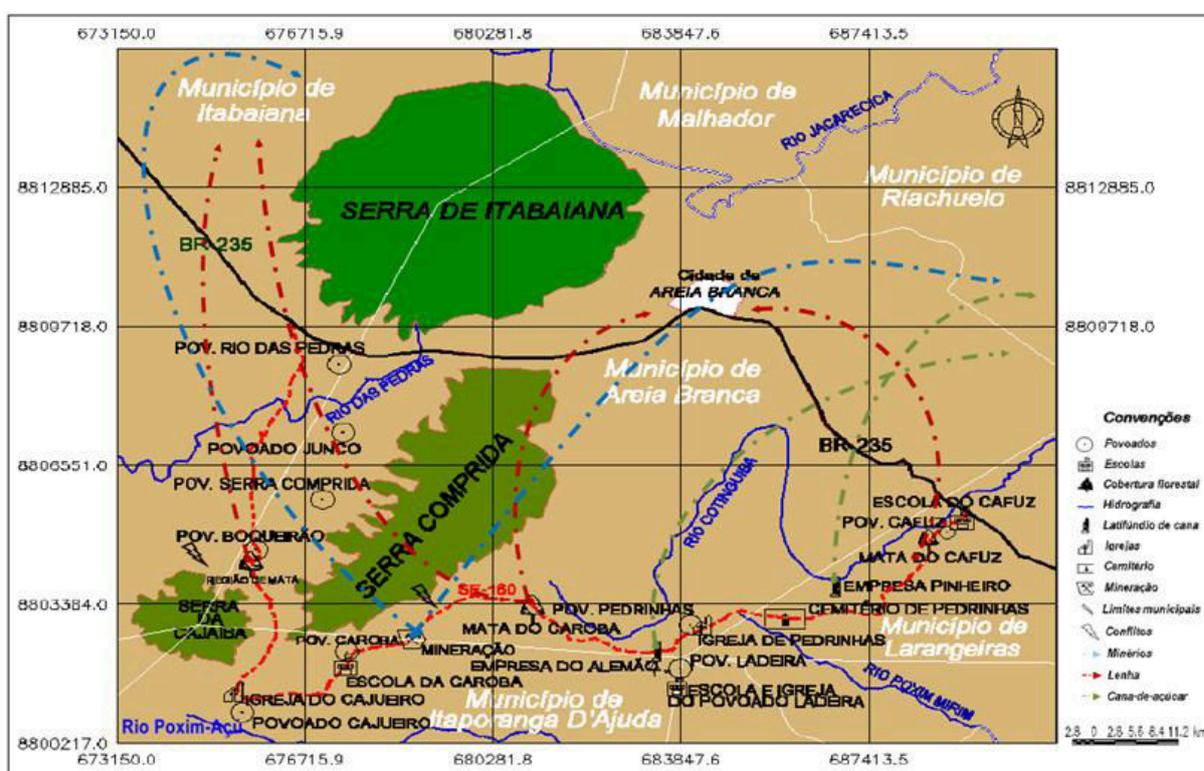


Figura 1 - Mapa cartográfico social, Fonte: LIMA, J. S. (2010).

O PARNASI conglo mera uma extensa área de zona de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga e se destaca pela particularidade dos seus habitats, pela presença de espécies endêmicas e pelo seu valor econômico e cultural dado pelas comunidades locais (VICENTE et al., 2005). O parque está localizado no km 36 da BR 235 (10°25’S, 37°25’W), entre os domínios morfoclimáticos da caatinga e da mata atlântica.

A institucionalização de uma unidade de conservação de proteção integral, categoria do PARNASI (Figura 2), implicou no redirecionamento das práticas sociais da população do entorno, principalmente dos povoados que possuem especificidades com dinâmicas diferenciadas dos demais. As olarias e cerâmicas – objetos empíricos deste estudo - (Figura 3

e 4) encontram-se localizadas nesses povoados, e produzem artefatos para construção civil, que em algumas etapas do seu processo produtivo caracterizam-se como agressoras ao ambiente natural pressupostos do desencadeamento de conflitos socioambientais.

Destaca-se que os limites<sup>7</sup> do parque impõem juridicamente a extensão territorial da área, e normalmente isto implica em conflitos, por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Dentre os atores envolvidos nesta UC, esse trabalho deu relevância às práticas dos oleiros e ceramistas, devido aos impactos ambientais próprios dessa atividade socioeconômica.

Os conflitos socioambientais das práticas das olarias e cerâmicas são evidenciados desde da aquisição de matéria-prima, como a argila e o selão, até o momento da queima, finalização da produção, quando o impacto torna-se mais visível mediante a emissão de gases poluentes na atmosfera. Dessa configuração decorre o impasse entre a lógica da sobrevivência dos oleiros, a lógica industrial das cerâmicas versus a lógica da sustentabilidade explícita na política de criação de áreas protegidas.

Assim, desencadeia-se uma arena de disputas, e a emergência de conflitos socioambientais, estes recorrentes na criação de UPI, podendo ser considerados problemática reincidente na institucionalização de unidades de conservação com essa categoria, implementadas sem a participação efetiva da população do entorno, ou dos atores sociais envolvidos.



Figura 2 - Parque Nacional da Serra de Itabaiana.

Figura 3 - Atividade Produtiva nas olarias. Fonte: FIGUEIREDO, 2011. Atividades de Campo Julho 2010.

<sup>7</sup> Conforme Sarita Albagli, 2004, 'Limite' expressa uma interface biossocial, que evolui ao longo da história. Limites podem ser estabelecido de modo tanto individual como coletivo, inclusive por meio da propriedade privada.



Figura 4 - Atividade Produtiva olaria.

Figura 5 - Cerâmica desativada localizada na BR 235.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo outubro de 2010.

O município de Itabaiana localiza-se na região agreste do Estado de Sergipe, ocupa uma área de 337 Km<sup>2</sup>, geograficamente privilegiado devido o acesso rodoviário e comercial, conta com uma população de 86.981 habitantes (IBGE, 2010), sendo que 67.717 na zona urbana e 19.264 na zona rural. Suas principais atividades produtivas são desenvolvidas por olarias e cerâmicas complementadas pelas principais culturas agrícolas conforme Tabela 1, que propiciam uma dinâmica diferenciada para os povoados localizados no entorno do PARNASI.

Apesar de significativa produção agrícola em Itabaiana, o município caracteriza-se pela diversidade de atividades econômicas. Como a ênfase desse estudo recai sobre as olarias e cerâmicas, percebeu-se a importância econômica desse ramo de atividade para a economia do município e do Estado. Essas práticas produtivas datam do início da década de 50 quando essa atividade predominava no bairro Marianga, zona urbana da cidade de Itabaiana.

Tabela 1-Área colhida e produção das principais culturas do município de Itabaiana

Culturas	Área Colhida (ha)		Produção Toneladas (t)	
	2009	2010	2009	2010
Amendoim	210	200	231	220
Batata-doce	2100	2000	23.100	22.000
Feijão	456	405	252	223
Mandioca	1650	1650	19.800	19.800
Milho	105	100	88	88
Melancia	255	250	5.355	5.250
Tomate	200	190	3.200	3.040

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2009 e 2010, fornecida pela ENDAGRO.

O município de Areia Branca conta com uma população de 16.882 habitantes, dos quais 8.191 residem na zona urbana e 8.691 na zona rural. Nesse município a atividade predominante é agricultura dos produtos mencionados na Tabela 2, sendo imprescindível explicitar esses dados.

Porém os entrevistados informam que a mão-de-obra empregada nas olarias, e cerâmicas é predominantemente oriunda do município de Areia Branca, inclusive a prefeitura disponibiliza um transporte coletivo utilizado pelos funcionários para o deslocamento até os povoados onde existem as unidades produtivas estudadas.

Essa conjuntura é sempre evidenciada pelos ceramistas, que colocam os povoados como precursores de um desenvolvimento econômico local que segundo os sujeitos pesquisados, interfere na dinâmica tanto do município de Itabaiana como o município de Areia Branca.

O município de Areia Branca tem como atividade produtiva em expansão o cultivo de cana-de-açúcar utilizada como matéria prima na agroindústria canavieira, que inclusive é citada como atividade agressora ao meio ambiente.

Tabela 2 -Área colhida e produção das principais culturas do município de Areia Branca

Culturas	Área Colhida em (ha)		Produção em Toneladas (t)	
	2009	2010	2009	2010
Amendoim	125	130	150	156
Cana-de-açúcar	680	687	38.080	42.594
Feijão	89	43	44	85
Mandioca	300	300	3000	3000
Milho	115	110	97	93
Melancia	90	80	1800	1600
Tomate	30	25	480	400

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2009 e 2010, fornecida ENDAGRO.

O município de Campo do Brito tem uma população de 16.766, ressaltando que 8.334 são residentes na zona urbana e 8.432 na zona rural. Destaca-se que neste município percebemos a complementaridade das atividades produtivas agrícolas e algumas relacionadas às olarias e cerâmicas, verificáveis no bairro Bom Jardim, unidades produtivas oriundas do bairro Marianga, fato comprovado pelos gestores dessas unidades produtivas durante entrevistas realizadas no campo.

Tabela 3- Área colhida e produção das principais culturas do município de Campo do Brito

Culturas	Área Colhida em (ha)		Produção em Toneladas (t)	
	2009	2010	2009	2010
Batata doce	65	50	660	600
Feijão	260	250	143	138
Mandioca	700	700	8.400	8.400
Milho	285	280	242	238

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2009 e 2010, fornecida pela ENDAGRO.

A problemática socioambiental verificada nos povoados Rio das Pedras, Mundês, Lagoa dos Fornos I e II, Gandu I e Chico Gomes<sup>8</sup>, no município de Areia Branca, remeteu à investigação da capacidade de resposta das olarias e cerâmicas ao modelo de desenvolvimento sustentável.

Os povoados situam-se à margem da rodovia BR 235 e tem como principal atividade econômica a produção de artefatos destinados à construção civil produzidos em olarias e cerâmicas, atividade visivelmente agressora à Unidade de Conservação de proteção integral e área protegida pelo PARNASI.

O povoado Mundês conta com 889 habitantes (IBGE, 2007); o perfil sócio econômico, de acordo com estudos realizados pelo Grupo de Estudos Processos Identitários e Poder (GEPIP) revela que aproximadamente 1/3 dos chefes de domicílio possui renda inferior a um salário mínimo. O nível de escolarização demonstra que 58% da população acima de cinco anos é alfabetizada, a diversidade ocupacional é notória, onde 16,1% é agricultor, 12% aposentado, 20,4% dona de casa e 12,9% oleiros.

Os povoados de Gandu I e II segundo dados do IBGE (2010) tem uma população de 659 habitantes, Lagoa dos Fornos I e II possui aproximadamente 733 habitantes, Rio das Pedras, conta com 800 habitantes e Chico Gomes, povoado de Areia Branca aproximadamente 600 habitantes. Essa dimensão populacional propicia o desenvolvimento de algumas características que diferenciam esses povoados de outros localizados no entorno do PARNASI, principalmente em virtude das atividades econômicas observáveis nessa região.

A dinâmica econômica desses povoados em virtude da presença das unidades produtivas de olarias e cerâmicas incitou inquietações para a produção do conhecimento sobre as implicações da institucionalização de áreas ambientalmente protegidas, tendo como fio condutor teórico dessa investigação as concepções de modernidade, e da teoria da estruturação de Giddens (2003).

Assim os instrumentos e técnicas de utilizados como procedimentos de pesquisa para concretização desse estudo são evidenciados no tópico seguinte.

---

<sup>8</sup> Povoados que compõe o objeto de estudo, sendo denominados povoados do entorno.

### 1.3 Instrumentos de coleta de dados e Técnicas de Pesquisa

Os dados secundários coletados através da pesquisa documental em órgãos como ADEMA, SEFAZ, foram de suma importância para obtenção de informações referentes à contribuição das atividades ceramistas através de impostos. Segundo dados do SEBRAE (2010), existem aproximadamente noventa e dois empreendimentos que trabalham com cerâmica vermelha no Estado, sendo que aproximadamente 40% são informais.

A pesquisa desenvolvida foi de caráter qualitativo; utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas direcionadas a 39 respondentes, sendo 12 ceramistas, 4 gestores, 8 proprietários ou sócios das cerâmicas e 25 proprietários de olarias, uma secretária de cerâmica e um menor que trabalha em olaria De acordo com a tabela 1 abaixo relacionada.

As entrevistas por serem semiestruturadas necessitaram de elaboração de um roteiro preliminar de perguntas (Apêndice C), reelaborado na medida em que novas questões foram surgindo. Esta técnica possibilitou uma entrevista do tipo pessoal, onde o investigador se apresentou frente ao entrevistado, com formulações de perguntas, objetivando a obtenção de dados que interessavam à investigação.

<b>Relação dos sujeitos pesquisados através de entrevista semiestruturada durante pesquisa de campo.</b>					
<b>Nome do entrevistado</b>	<b>Função desempenhada</b>	<b>Atividade desenvolvida</b>	<b>Tempo na função</b>	<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Número de Funcionários</b>
Genilson	Sócio proprietário	cerâmica	30 anos	1º grau incompleto	55
Jakson	Sócio e gestor	cerâmica	18 anos	1º grau incompleto	30
Jailson Fraga	proprietário de olaria	olaria	16 anos	semi analfabeta	8
Joelma Santos	proprietária de olaria	olaria	25 anos	semi analfabeta	14
Adeilson Tavares	proprietário de olaria	olaria	18 anos	1º grau completo	9
José Antônio Santos	Sócio proprietário	cerâmica	19 anos	1º grau incompleto	55
Regivaldo Santos	proprietário de olaria	olaria	20 anos	2º grau completo	10
Valdemir	sócio proprietário olaria	olaria	21 anos	1º grau completo	8
Adeilson	sócio proprietário	cerâmica	22 anos	2º grau incompleto	21
Gerivaldo	sócio proprietário	cerâmica	23 anos	1º grau incompleto	21

Janison	gestor	cerâmica	24 anos	2º grau completo	55
Marcos Silva	proprietário de olaria	olaria	25 anos	2º grau incompleto	10
José Carlos	proprietário de olaria	olaria	26 anos	1º grau incompleto	6
José Hamilton	Gestor Cerâmica	cerâmica	27 anos	2º grau completo	21
Gilza	Proprietária olaria	olaria	28 anos	semi analfabeta	8
Genilson dos Santos	sócio gestor cerâmica	cerâmica	29 anos	2º grau completo	41
Jailson	Proprietário de olaria	olaria	30 anos	1º grau incompleto	12
Ruberval Lima	proprietário de olaria	olaria	31 anos	semi analfabeta	8
José Augusto	sócio proprietário	cerâmica	32 anos	1º grau incompleto	20
Silvânia	funcionária cerâmica	cerâmica	33 anos	2º grau completo	55
Luiz dos Santos	antigo oleiro	olaria	34 anos	1º grau incompleto	-
Antônio Santos	proprietário de olaria	olaria	35 anos	semi analfabeta	10
Edevaldo	gestor cerâmica	cerâmica	36 anos	1º grau incompleto	10
José Roberto	proprietário de olaria	olaria	37 anos	2º grau incompleto	8
Roosevelt	proprietário de olaria	olaria	38 anos	1º grau incompleto	8
Jailson Fraga	proprietário de olaria	olaria	39 anos	semi analfabeto	5
Ademar	proprietário de olaria	olaria	40 anos	1º grau completo	3
Dejanilson	trabalha na olaria	olaria	41 anos	1º grau incompleto	possui 12 anos
Veranilson Mesquita	proprietário de olaria	olaria	42 anos	1º grau incompleto	7
Alex dos Santos	proprietário de olaria	olaria	43 anos	1º grau incompleto	13
*	proprietário de olaria	olaria	44 anos	1º grau incompleto	10
Nielton	Gestor Cerâmica	cerâmica	45 anos	2º grau completo	48
Ednaldo	Gestor Cerâmica	cerâmica	46 anos	2º grau completo	81
José	proprietário de olaria	olaria	47 anos	1º grau incompleto	6
Toca	proprietário de olaria	olaria	48 anos	1º grau incompleto	5
Delega	proprietário de olaria	olaria	49 anos	semi analfabeto	4
Cristiano	proprietário de olaria	olaria	50 anos	1º grau completo	8
Roberto	proprietário de olaria	olaria	51 anos	semi analfabeto	6
Josimar	proprietário de olaria	olaria	52 anos	1º grau incompleto	5

A abordagem qualitativa, segundo Bogdan & Biklen (1994) possui características imprescindíveis para a determinação da investigação, tais como: o ambiente natural como fonte direta dos dados, tendo o investigador como instrumento principal; e os dados

analisados minuciosamente estabeleceu uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.

A opção pela entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados se deu pela possibilidade de uma melhor compreensão da realidade em estudo, pois, segundo Ludke (1986), “por ser um instrumento mais flexível permite o aprofundamento das informações”.

Na concepção de Sá (1996) a coleta e interpretação extraídas das entrevistas e das observações sistemáticas dão conta dos fenômenos. O autor defende que esta técnica assegura a consistência teórica do método, pois possibilita que o “não dito” seja revelado.

Essas entrevistas semiestruturadas foram coletadas com o auxílio de um MP4-gravador de voz, de forma individual, com autorização expressa de cada participante (Apêndice A), preservando o anonimato dos mesmos (quando demandado). Posteriormente foi realizada a transcrição na íntegra de todas as entrevistas coletadas. Referindo-se ao documento gravado Freitas (2006) explica:

O documento gravado, como qualquer tipo de documento, está sujeito a diversas leituras. O procedimento do historiador/pesquisador diante de tal documento deverá ser o mesmo no que concerne sua análise e problematização. A história oral fornece documentação para reconstruir o passado recente, pois o contemporâneo é também história (FREITAS, 2006, p. 46).

A análise das informações prestadas pelos oleiros e ceramistas, sujeitos e construtores da realidade empírica dessa pesquisa, possibilitou verificar a influência do poder e do predominante discurso legitimado pelos órgãos governamentais e pelas instâncias de poder Municipal, Estadual e Federal. Essas concepções são discutidas no decorrer da dissertação, principalmente no capítulo IV.

Os instrumentos de coleta de dados foram essenciais para as informações obtidas, além disso, a utilização das anotações do diário de campo durante as observações livre e os depoimentos orais coletados nas entrevistas com os atores sociais envolvidos na problemática estudada foram utilizados como instrumentos em complementaridade com a pesquisa documental, esta realizada nos órgãos governamentais, ADEMA, SEMARH, SEFAZ.

A opção pela história oral temática e entrevista semiestruturada foi fundamental, pois oportunizou recuperar testemunhos relegados pela história que, de acordo com Freitas (2006) são um registro de reminiscências orais, que se destaca, pois permite a documentação de pontos de vistas diferentes ou até mesmo opostos, e estes normalmente são omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, e ficariam condenados ao esquecimento.

O procedimento metodológico fundamentou-se no método histórico que “consiste investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade hoje” (LAKATOS, 2008) e o uso da história oral que de acordo Freitas (2006):

Essa metodologia abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes “versões” sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradição no discurso do depoente (FREITAS, 2006, p.49).

A realidade estudada implicou em adotar esses princípios metodológicos de forma imprescindível, tendo em vista que o processo investigativo trata-se de um passado recente; as transformações verificadas nas práticas das olarias e cerâmicas advindas da implantação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana institucionalizado em junho de 2005.

Essa institucionalização do parque é o pressuposto para a problemática ambiental abordada, conflitos socioambientais e uma conduta local peculiar pela comunidade/população, observada durante a realização das entrevistas e os da análise dos dados.

A história oral e sua aplicabilidade na pesquisa desenvolvida proporcionou aperfeiçoar o saber sobre os diversos aspectos dessa realidade, em especial as disparidades existentes entre essas unidades produtivas, no que se refere às estratégias no enfrentamento do processo de modernização e cumprimento das exigências legais impostas pela legislação ambiental e trabalhista.

Como a especificidade das entrevistas realizadas perpassa por uma temática principal, a questão ambiental e a modernidade, explícita nos povoados estudados, e decorrente de sua dinâmica e localização no entorno de uma unidade de conservação, optou-se pela história oral temática. Assim, Freitas afirma que na história oral temática “[...] a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico. Essa entrevista, que tem características de depoimento, não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante” (FREITAS, 2006, p.21).

Nesse sentido, o roteiro de entrevista semiestruturado destinado aos proprietários e ou gestores das olarias e cerâmicas enfocaram a transversalidade do processo produtivo, a questão ambiental, a modernidade com suas dimensões, principalmente o industrialismo e o capitalismo, o auxílio da capacidade técnica, sistemas peritos e abstratos, a tradicionalidade, as transformações advindas após o parque. Objetivou-se resgatar oleiros e ceramistas como sujeitos históricos ativos nesse processo, e explicitar as categorias elencadas pertinentes à

fundamentação teórica utilizada nesse estudo. De acordo com a autora essa metodologia:

Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes “versões” sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso dos depoentes. A maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito histórico. Conseqüentemente, reativa o conflito entre liberdade e determinismo ou entre estrutura social e ação humana (FREITAS, 2006, p.49).

Freitas (2006) ainda explicita a necessidade de obter depoimentos mais numerosos, pois resulta em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva.

Os depoimentos coletados durante a pesquisa de campo tornaram perceptível a convergências de alguns posicionamentos dos oleiros, como exemplo a reincidência nas reclamações sobre a utilização da mão de obra infantil. Como evidenciada no depoimento abaixo, de um oleiro local:

Fica mais difícil né, o que mais tem querendo trabalhar é menor de idade, aí de menor também não pode que ainda essa semana tinha dois rapazinho novo, uma menina com 15 e o rapaz com 16, mora junto na casa da sogra aí veio pedir serviço aqui, e os dois estudam à tarde. Aí eu fui a Itabaiana para ver o que podia fazer, se eles podia deixar ou não... Aí eles disseram de jeito nenhum, que eles falam que olaria é parte de risco. Mas risco tá aqueles dois meninos que está ali passando na parte do maquinário, os outros só pegam essa telha aqui bota na mão, pega daqui e bota para cá... aí ele disse que não podia de jeito nenhum (Adeilson Tavares, proprietário de olaria do povoado Rio das Pedras).

Em consonância com esse pensamento um proprietário de olaria informa as dificuldades de encontrar mão de obra, e as implicações em trabalhar com ‘de menor’. “O certo que não pode trabalhar com gente de menor mais, mas agora assim tem que trabalhar clandestino, sem fichar né. Por que no caso assim abrir uma firma e assinar a carteira de *todo mundo eu sei que era bom, mas o ganho dessa telha é pouco de mais*”. (Josemar, oleiro do povoado Mundês). Convergindo com essa posição outro proprietário de olaria informa:

[...] aí pronto agente trabalhava com o que menino, entenda de 15, 16, 17, por que eles estuda e nos inventamos de trabalhar meio dia todo dia, vamos trabalhar até meio dia e de tarde vai para o colégio, mas depois que a fiscalização começou a pegar no pé os meninos de menor não quer trabalhar e os homens não querem trabalhar para ganhar 20, 25 por dia (Valdomiro, sócio proprietário de olaria no povoado Rio das Pedras).

O trabalho de campo foi realizado entre março e julho de 2011. Esse tempo foi

necessário para a realização de um número cada vez maior de entrevistas em razão da complexidade da temática abordada e também por conta do contexto da investigação científica das unidades produtivas localizadas em uma ampla área do entorno de uma unidade de conservação de proteção integral, o PARNASI.

Ressalta-se que a imposição da legislação ambiental e a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) implicaram em transformações significativas resultando numa nova dinâmica e reorganização das práticas sociais desses povoados. Foi nesse contexto que a pesquisadora foi confundida com representantes dos órgãos fiscalizadores, fato esse que criou dificuldades para a realização das entrevistas, uma vez que alguns oleiros e ceramistas inicialmente se negavam a conversar, ou omitiam informações já que temiam ser multados.

Entretanto essa dificuldade foi superada ao longo das visitas de campo e da conquista da confiança dos entrevistados à medida que perceberam que se tratava de um trabalho acadêmico, com finalidades de pesquisa.

Desse modo para compreensão do objeto de estudo a pesquisa documental, a observação livre, procedimento utilizado durante as visitas a campo e na realização das entrevistas, complementaram-se.

No momento inicial da pesquisa a expectativa se fez presente, diante das informações obtidas com os órgãos governamentais SEDETEC, ADEMA, SEFAZ. Por exemplo, no caso da SEDETEC, as técnicas do órgão oficial informaram que inexistiam olarias nos povoados estudados, já que supostamente todas já estavam mecanizadas. Esta informação foi contestada com as visitas in loco, onde se constatou a presença de olarias totalmente manuais. Situações como essa revelam o desconhecimento pelo poder público da realidade dessas unidades produtivas.

É importante informar que a viabilidade dos instrumentos de coleta de dados esteve associada à parceria com os proprietários e gestores das olarias e cerâmicas, possibilitados pela disponibilidade em responder à entrevista e explicitar a problemática vivenciada por esses atores sociais. Entretanto a temática da pesquisa não se concluía em um único encontro, necessitando de outros momentos, essenciais para consistência das informações objetivadas e o cumprimento dos objetivos propostos pela pesquisa.

Nesse ínterim foram realizadas visitas às unidades produtivas com a finalidade de devolução de dados, onde foi entregue um CD-ROM com a gravação das entrevistas realizadas com os respectivos gestores de cerâmicas ou proprietários de olarias. Esse processo

propiciou um reconhecimento dos respondentes da sua importância na pesquisa. Aproveitou-se o momento para georeferenciar as unidades produtivas cujos donos ou gerentes foram entrevistados.

Os critérios de precisão científica seguiu uma amostragem aleatória subsidiada por informações de um oleiro que reside no povoado desde o seu nascimento Sr. Nissinho, subsidiando as informações do primeiro entrevistado que facilitou o acesso com conhecimento prévio na identificação dos sujeitos a serem abordados.

Esses procedimentos proporcionaram a obtenção de dados relativos às estratégias utilizadas pelas olarias e cerâmicas após a implantação do parque para enfrentamento da legislação ambiental. A dinâmica e complexidade das relações sócio culturais observadas em seu entorno, serviu de base para a realização de diversas análises e abordagens configurando-se um laboratório para outras pesquisas. Inclusive permitiu identificar outras temáticas de estudo, como a questão de gênero, explicitada através da mão-de-obra empregada nas olarias predominante feminina, enquanto nas cerâmicas, é fundamentalmente masculina.

Condizendo com o ofício de pesquisadora e corroborando com essas concepções Luís C. de Oliveira (2007, p.4) amplia a compreensão sobre como se faz a pesquisa e a relação com o objeto de estudo e afirma:

[...] frequentemente, o objeto teórico da pesquisa é redefinido após a pesquisa de campo, quando cessa a interação com os sujeitos da pesquisa. (...) é normalmente raro ou pelo menos difícil que o pesquisador tenha uma definição clara e definitiva do seu objeto de pesquisa, — ou do problema que irá abordar no livro ou no artigo a ser publicado no futuro — no momento em que ele está tendo a interação com os sujeitos da pesquisa (OLIVEIRA, 2007, p.4).

É válido ressaltar que tais observações empíricas não se tornariam tão “evidentes” sem modificações no plano da percepção e do conhecimento, e sem o auxílio conceitual e prático dos orientadores desse estudo.

## **1.4 Análise dos dados**

Esta etapa da pesquisa se refere ao tratamento das informações coletadas no decorrer deste estudo. Para desenvolver a análise e interpretação dos resultados obtidos, organizei a escrita em momentos distintos: a) leitura da bibliografia referente ao tema, b) levantamento dos dados através da pesquisa de campo e, c) análise dos dados relacionada com a teoria da estruturação e modernidade reflexiva.

A realização da análise dos dados coletados permitiram a visualização detalhada e discussão dos mesmos atendendo aos objetivos e resultados que venham responder aos questionamentos pertinentes à temática pesquisada. As informações foram analisadas à luz da teoria da estruturação que segundo Giddens (1991) se baseia nas instituições práticas no tempo e espaço, tendo em vista a premissa da ação e estrutura mutuamente influente na construção das práticas sociais das olarias e cerâmicas, concebendo uma análise nos aspectos relativos à ação social e estrutura, associada às concepções sobre modernidade definidas pelo autor supracitado.

Apresentando interesse pelo processo, a análise dos dados realizou-se de forma indutiva, onde as abstrações foram construídas à medida que os dados recolhidos foram agrupados, importando-se pelo significado do fenômeno estudado.

Esta ação foi essencial para a reflexão na condição de pesquisadora, pois propiciou uma ressignificação dos dados numa busca teórica constante para dar novo sentido ao que foi encontrado durante todo o processo da pesquisa.

A discussão dos dados se fez de forma dialógica, utilizando a fundamentação teórica e correlacionando diretamente os discursos dos sujeitos da pesquisa, no caso deste como já informado, os proprietários ou gestores das cerâmicas e os proprietários das olarias. Como já foi dito a observação empírica da realidade local foi possível graças à relação de confiança adquirida ao longo das visitas de campo pela pesquisadora.

O subsídio teórico e o diálogo com as entrevistas realizadas foram essenciais para análise dos dados obtidos, pois possibilitou um aprofundamento na discussão e uma melhor articulação da teoria da estruturação, das concepções da modernidade, das instituições modernas, das premissas do desenvolvimento sustentável, das concepções de sustentabilidade e principalmente da análise dos conflitos socioambientais manifestos (ou latentes) e decorrentes da implantação do PARNASI.

Nesse aspecto os depoimentos dos sujeitos da pesquisa foram imprescindíveis, pois evidenciaram uma problemática recorrente em áreas ambientalmente protegidas que são os conflitos socioambientais, além de tornar explícitas as opiniões de sujeitos da pesquisa, invisibilizados no processo de institucionalização da unidade de conservação.

O roteiro de entrevista aplicado durante a pesquisa de campo compôs um conjunto de dados que permitiu análises tanto de informações referente à temática ambiental, realizada através do diálogo com a teoria da estruturação, as características da modernidade, os conflitos socioambientais, como também, sobre outras dimensões passíveis de análise tanto a

cultural e quanto a jurídica.

Esses caminhos metodológicos foram identificados diante das abordagens realizadas, ratificadas e comprovadas quando percebemos que a presença das olarias se confunde com as narrativas de história de vida da comunidade residente nesses povoados, justificando a opção pela história oral.

Desse modo o conjunto de procedimentos metodológicos como já mencionado permitiu apreender as especificidades das unidades produtivas de olarias e cerâmicas qualitativamente estudadas. Ressalta-se que a análise da institucionalização do PARNASI, permitiu verificar que a lógica do desenvolvimento sustentável é passível de crítica por desconsiderar os atores sociais e sua especificidade sociocultural.

## **CAPÍTULO II - DIÁLOGOS ENTRE A MODERNIDADE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS: OLARIAS, CERÂMICAS E O PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA-SE.**

### **2.1 Expressão da Modernidade nos povoados do Parque.**

*Para onde quer que aponte o holofote que rastreia as causas, irrompe o fogo, por assim dizer; é preciso que os “bombeiros argumentativos”, rapidamente mobilizados e parcamente equipados, apaguem e salvem, com um forte jato de contra interpretação, o que ainda der para apagar e salvar... A imagem diversifica-se. O acesso à mídia torna-se crucial. A incerteza no interior da indústria aprofunda-se: ninguém sabe quem será o próximo sob o holofote da moral ecológica. (Ulrich Beck, 2010, p.38).*

*As sociedades modernas transformam a natureza num quadro de alta especialização do trabalho e numa escala que é atualmente, global. Desse modo práticas industriais e de consumo passam a ser questões chave para uma sociologia preocupada com as questões ambientais (Cristiano Luiz Lenzi, 2006, p.157).*

A modernidade como paradigma conceitual é objeto de estudo de várias abordagens, a exemplo da antropológica, filosófica ou histórica. Nesse sentido, esse estudo contribui com a discussão nas concepções sociológicas e teóricas fundadas em Anthony Giddens, que converge com a análise proposta pela teoria da estruturação.

A conjuntura de transição paradigmática é caracterizada por uma polissemia conceitual, assim Giddens afirma:

[...] uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida pra esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a “sociedade de informação” ou “sociedade de consumo”), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedentes está chegando a um encerramento [...] (GIDDENS, 1991, p.11).

Alguns autores das ciências sociais como Boaventura de Souza Santos e Lyotard concluem que, no século XX, entramos numa era pós-moderna, contudo optamos pelo caminho teórico fundamentado em Giddens (1991) que afirma vivermos numa época de

transição caracterizada principalmente pelas transformações institucionais, particularmente por aquelas que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro marcado pelos sistemas de informação, decorrentes da globalização dos meios de comunicação.

Giddens ressalta que vivemos num período de consequências da modernidade, e nos informa:

Para compreender esta afirmação devemos olhar novamente para a natureza da própria modernidade a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrigada, até agora, pelas ciências sociais. Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas, e perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é “pós-moderna”, mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de “pós - modernidade”. (GIDDENS, 1991, p.12-13).

Referente a esse campo conceitual, Giddens (1991) apresenta o termo modernidade com suas características socioculturais, situando em seu tempo histórico, e destacando:

O termo “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isso vincula a modernidade a um período de tempo e uma localização geográfica inicial (GIDDENS, 1991, p.11).

Corroborando com essa afirmação, divergindo apenas no período histórico Helmut Peukert em artigo publicado na coletânea da obra “Modernidade em discussão” (s/d), afirma:

O olhar do historiador consegue discernir os contornos de uma era histórica e as tendências fundamentais que a determinam vão mais nitidamente se desenhando. É justo, por isso, falar da modernidade como de uma época, mesmo que seu início possa ser rastreado até os séculos XIII e XIV, e nos últimos dois séculos e meio ela própria tenha apresentado simplesmente a linha de frente de um desenvolvimento cultural da humanidade que, no conjunto vem se tornando cada vez mais vertiginoso. [...] O que nos leva a falar de um limiar epocal crítico é a impressão de que as consequências da modernidade, como desenvolvimento social, com sua dinâmica de constantemente ultrapassar-se, revertem sobre ela própria e ameaçam, auto ameaçando-se, a modernização como movimento histórico torna-se objetivamente reflexiva (PEUKERT, s/d, p.25).

Figueiredo (2011) parafraseando Giddens (1991) identifica a modernidade com características conjecturais pautadas por transformações sociais, econômicas, culturais e políticas e afirma as consequentes interferências da modernidade nas práticas sociais,

pressupondo a reflexividade da ação social, transformando as consequências dessas práticas sociais individuais em abrangência global, como se caracterizam as transformações nas olarias e cerâmicas de Itabaiana. De acordo com Beck et al (1997):

[...] no nível global, a modernidade tornou-se experimental. Queiramos ou não, estamos todos presos em uma grande experiência, que está ocorrendo no momento da nossa ação - como agentes humanos -, mas fora do nosso controle, em um grau imponderável. Não é uma experiência do tipo laboratorial, porque não controlamos os resultados dentro de parâmetros fixados - é mais parecida com uma aventura perigosa, em que cada um de nós, querendo ou não, tem de participar. A grande experiência da modernidade, repleta de perigos globais, não é de maneira alguma o que os pais do Iluminismo tinham em mente quando falaram da importância de se contestar a tradição (BECK et al, 1997, p. 40).

No campo político Giddens (2000) explica a notável falência da social democracia, e sugere novos programas políticos, norteados pela social democracia renovada, denominada pelo autor Terceira Via<sup>9</sup>, como caminhos para essa contemporaneidade. No aspecto sociocultural, sugere a implementação de programas que atendam as demandas sociais e análise atenciosa das ações dos agentes imergidos na estrutura, esta como regra e recurso. No campo econômico a análise do sistema capitalista como norteador das relações de produção, é essencial.

De acordo com Giddens (2000) o mundo atual, longe de estar organizado, previsível e sob controle, se encontra irregular, desequilibrado e descontrolado e afirma que “temos que nos preocupar menos com a globalização e mais com as mudanças no comportamento do mundo em que vivemos”.

Nesse sentido, constitui-se um desafio realizar uma reflexão crítica da realidade, norteador a análise empírica desse estudo tendo como fio condutor a modernidade e as dimensões institucionais modernas (industrialismo, capitalismo, poder militar e supervisão definidas por Giddens).

De acordo com o autor é impossível dissociar a constituição das sociedades modernas, em sua complexidade atual, sem considerar as consequências dramáticas que a globalização ou os riscos sociais impressos tanto ao indivíduo quanto à coletividade contribuem para afetar os aspectos mais pessoais da nossa existência.

<sup>9</sup> “Rótulo que usam para as discussões no mundo sobre como construir políticas de centro esquerda responsáveis por mudanças na sociedade global. Sabemos que as duas tradições mais antigas o socialismo tradicional com espaços para propriedade coletiva e gerenciamento econômico Keynesiano não são mais relevantes, mas também sabemos que não faz mais sentido tratar o mundo como gigantesco mercado, a Segunda via chegou a uma via sem saída. É uma filosofia incompleta, não tem justiça social”. (Giddens em Entrevista ao Programa Roda Viva, em julho de 2000).

As ações individuais e os mecanismos de auto identidade, que são constituídos pelas instituições da modernidade, influenciam reflexivamente em sua constituição. Segundo Giddens, (2000) a democracia estatal pode ser associada à democracia das relações interpessoais. A globalização comunicacional evidencia novos caminhos e alternativas que interferem nas intimidades individuais e transformam a mesma.

Assim sendo, por não ser uma entidade passiva, determinada por influências externas; e ao forjar suas auto identidades independentes de quão locais os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem com influências sociais que são globais em suas consequências.

Nessa dialética tanto Giddens (1991) como Peukert (s/d) delimitam a modernidade como época e auxiliam na reflexão sobre a sociedade contemporânea de forma intensa, explicitando considerações sobre a sociedade moderna. Peukert (s/d) questiona quais são os fenômenos que nos permitem delimitar a modernidade como época e apreendê-la em suas tendências básicas, também do ponto de vista filosófico:

São, sobretudo, três inovações que, reunidas, levam-nos a diferenciar internamente as sociedades modernas em subsistemas: as ciências modernas para o terreno cultural em sentido estrito, a economia capitalista de mercado no terreno econômico, e o Estado democrático constitucional no terreno político (PEUKERT, s/d, p.26).

A inovação da economia capitalista através da mecanização no processo produtivo perceptível nas práticas sociais das olarias e cerâmicas reflete características expressas nos depoimentos dos gestores dessas unidades produtivas, que podem ser consideradas como subsistemas econômicos. Durante a coleta de dados, período de observação e entrevista presenciou-se entre os oleiros e ceramistas o medo do “destino adscrito” e instabilidade diante das imposições legais que regulamentam a prática dessas atividades. Esse medo refere-se à imprevisibilidade no desenvolvimento das práticas produtivas e das relações de produção estabelecidas pelos oleiros e ceramistas diante da atuação dos órgãos fiscalizadores.

Tendo em vista a imposição pela regulamentação legal já que estas unidades produtivas são inquiridas a cumprir as exigências da legislação ambiental prevista no SNUC (2000) e trabalhista, observa-se a instabilidade ordinária no desenvolvimento da atividade oleira. Por exemplo, Sr.<sup>a</sup> Joelma proprietária de uma olaria em entrevista destaca: “o Ministério ainda não chegou aqui na minha olaria, mas a gente vive com esse medo”, essa informação evidencia a “força” cultural e política dos órgãos fiscalizadores. Os oleiros, principalmente, convivem com o medo cotidiano da imposição legal e das “multas”

notificadas pela ADEMA, ou Ministério do Trabalho.

De acordo com Beck:

Na modernidade desenvolvida, que surgiu para anular as limitações impostas pelo nascimento e para oferecer as pessoas uma posição na estrutura social em razão de suas próprias escolhas e esforços, emerge um novo tipo de destino “adscrito” em função do perigo, do qual nenhum esforço permite escapar (BECK, 2010, p.8).

Essa afirmação permite contextualizar a imprevisibilidade no desenvolvimento das atividades oleiras, permeada por perigo e medo, advindo da ilegalidade e incapacidade de responder as exigências dos parâmetros impostos pela legislação que se diferenciam das práticas dos ceramistas. Estes detém capital econômico e dentro das limitações do domínio da informação cumprem mais com as demandas legais do que as olarias.

Em condições de modernidade, de acordo com Giddens “o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico [...] são completamente penetrados e moldados em termos de influencias sociais distantes deles” (GIDDENS, 1991, p.27). As olarias e cerâmicas caracterizam-se pela influência cotidiana da legislação ambiental e são “moldadas” pelas questões ambientais de âmbito global, como a interferência climática decorrente da poluição atmosférica oriunda da fumaça advinda da queima, etapa do processo produtivo da fabricação de blocos, telhas e tijolinhos (Figura 6).



Figura 6 - Emissão de fumaça oriunda das olarias e cerâmicas do entorno do PARNASI.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 27/05/2011.

Assim, a fiscalização dos órgãos ambientais como IBAMA, ADEMA, Ministério Público, Ministério do Trabalho e Conselho Tutelar, impõem condições que transformam as atividades produtivas em inconcebíveis forças destrutivas e ilegais. A influência cotidiana da legislação ambiental e pelas questões ambientais em âmbito global decorrem da poluição atmosférica, que conseqüentemente implicam no aquecimento global e no efeito estufa.

As práticas ilegais, em especial das olarias, começam desde a aquisição da matéria prima e dos meios de produção (lenha) até o processo de venda do produto como comprovam as informações de um gerente de cerâmica:

Com lenha às vezes tem, o IBAMA, essa lenha aí não pode mesmo, essa lenha é caatinga de porco, e não pode usar ela. Compra uma carradinha dessa, mistura com a outra, que a outra é caríssima de mais, eucalipto e algaroba também, que o pinho também, e caríssima demais. **E não compensa, com eucalipto não compensa não. Compensa ir variando misturando as duas.** Agora só com ela só, não compensa não (Roosevelt, proprietário de olaria em Campo do Brito).

O enfrentamento dessa legislação ocorre de forma diferenciada<sup>10</sup>, enquanto para as olarias é via ilegalidade, nas cerâmicas as alternativas são o auxílio técnico de um sistema especialista como afirma Sr. José Antônio:

**Bem, as leis ambientais, botei uma técnica de segurança no trabalho para fazer um serviço aí e estamos ajeitando e trabalhando.** Graças a Deus trabalhando até certo né, e estamos tirando as licenças aí, com dificuldades, mas tira. A licença do selão da gente demorou cinco anos, antes mesmo da criação do parque, começou e veio sair agora já faz cinco anos. Já daqui das outras cerâmicas faz uns três anos, já com o parque e conseguiu (José Antônio, sócio proprietário da Cerâmica Nascimento).

Este auxílio da capacidade técnica é definido por Giddens (1991) como ação dos sistemas peritos, considerando a ficha simbólica da modernidade. Os sistemas peritos removem os indivíduos de um contexto micro, caracterizado pelas trocas econômicas normalizadas pelas relações locais, muito comum na sociedade pré-moderna. Ocorre uma inserção da ação social num contexto macro, onde as trocas econômicas tornaram-se

<sup>10</sup> As cerâmicas se utilizam de licenças ambientais, do aparato tecnológico e do subsídio informacional dos sistemas peritos e capacidade técnica de profissionais como advogados, contadores, técnicos em saneamento ambiental, já as olarias desenvolvem as práticas produtivas na informalidade e utilizam a experiência ou subsídio informacional aleatório de outros oleiros que trabalham com o ramo de atividade mais tempo, ou mesmo com estratégias de “combinar” práticas legais e ilegais, principalmente referente à obtenção da lenha legalizada com lenha proibida.

universais, reguladas pelo dinheiro e garantidas pelos sistemas peritos.

O desenvolvimento desses sistemas peritos possibilita os indivíduos depositarem sua confiança nas instituições modernas; destaca-se que estas operam em um ambiente de risco. Este ambiente de risco é diferenciado do pré-moderno que sofria transformações análogas. Nele os “perigos não derivam mais primariamente do mundo da natureza” (idem, 1991, p.111).

De acordo com Giddens (1997) o risco refere-se a adversidades avaliadas em relação às possibilidades futuras, ao devir, diante da dinâmica mobilizadora da sociedade propensa a mudança que deseja determinações futuras, desprendendo-se da confiança em religião, tradição ou normas regulamentadoras. Esses riscos distinguem-se em risco externo, experimentado de uma origem externa, da fixidez da tradição ou mesmo da natureza, e o risco produzido, que é criado pelo impacto do crescente conhecimento sobre o mundo. Esse risco Beck (2010) o define como risco fabricado.

A operacionalização das atividades ceramistas é permeada por um ambiente do risco “fabricado”, já que no seu processo produtivo verificam-se etapas que dependem da utilização de máquinas de domínio informacional dos sistemas especialistas. Além disso, essas práticas são regulamentadas por sistemas peritos que contribuem com informações essenciais para adequarem aos parâmetros e exigências da legislação ambiental e trabalhista.

A crescente aceleração do processo de industrialização propicia uma realidade onde poucos aspectos do meio natural permanecem intocados pelo homem, pela urbanização, pela produção, pela poluição industrial, pelos projetos de agricultura em larga escala, a política energética e os programas de energia nuclear, constituem formas de impactos sobre o ambiente natural pela ação humana (GIDDENS, 2003).

Giddens (1991) argumenta que “a natureza das instituições modernas” está profundamente ligada ao mecanismo de confiança em sistemas abstratos e para esses sistemas operarem é necessário à ação das esferas de controle, centros de poder da economia mundial e dos principais empreendimentos econômicos capitalistas, assim o subsistema econômico prepondera nas relações sociais.

Os sistemas abstratos identificados nas práticas ceramistas se referem ao auxílio da capacidade técnica profissional como mencionado pelo Sr. José Antônio, complementado pela confiança depositada no maquinário utilizado no processo produtivo ou no profissional responsável pelo controle de toda parte mecânica (Figura 7). Associado a isso outro ceramista menciona as dificuldades na implementação das máquinas e afirma: “*Oh*”! Em umas partes

originou mais dificuldades por que é muito maquinário a pessoa tem que ter bastante cuidado, e olaria não... é um negócio simples, só usa dois aparelhos para trabalhar e aqui são muitos (José Augusto, sócio proprietário de cerâmica em Gandu I). Destaca-se a necessária diversidade funcional no controle da produção, como confirma uma funcionária em entrevista: “*Não, por que depende da área; o marombeiro que trabalha com solda é difícil de encontrar mesmo*”... Esse daqui mesmo... Mas é difícil, pois é uma área de muita responsabilidade, se der problema implica na produção inteira... (Silvânia secretária da cerâmica União).



Figura 7 – Funcionário responsável pelo controle da produtividade da cerâmica.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 28/05/2011.

Os sistemas peritos surgem como resultado das revoluções científicas, do aumento em conhecimento técnico e consequente especialização. Por causa da afirmação de suas formas de conhecimento “científica” e “universal” estes sistemas especialistas não são dependentes de um contexto e podem, a partir disso, estabelecerem relações sociais através de grandes períodos de tempo e espaço.

As atividades produtivas de olarias e cerâmicas necessitam de sistemas de controle eficazes, caso contrário às implicações adquirem consequências financeiras nas receitas, complicando a previsibilidade de lucro inerente a essa prática.

**Já perdi foi muitas... Eu e outros controlava o forno, mas agora eu fico mais no pé direto, por que eu já tenho mais experiência.** Se você apertar o

fogo de mais ela lasca todinha a telha, fica rachada, por que botou fogo apressado de mais, tem que colocar devagarzinho para ela ir secando, enxugando tirando a agua dentro dela né, por que é enxuta. Mas tem água dentro dela, por que se for apertar o fogo de mais ela lasca todinha. Quanto mais fogo melhor, mas demora mais, gasta mais tempo, por que vai colocando lenha de pouquinho em pouquinho, adianta se colocar muito; mais pode perder tudo (Marcos, proprietário de olaria povoado Rio das Pedras).

Enquanto esses sistemas especialistas criam seus grupos de experts em conhecimento, um abismo social é criado, decorrente do aumento entre o profissionalismo dos praticantes e dos seus grupos de clientes.

As sociedades modernas passaram a confiar nestes sistemas peritos, mas quando elas fazem isso, diz Giddens (1991), significa que a “confiança” é, com uma certeza cada vez maior, a chave do relacionamento entre o indivíduo e esses sistemas peritos. O autor sugere essa confiança como o “cimento” responsável por manter as sociedades modernas juntas. Onde a confiança é o que pessoas podem questionar aquilo que Giddens chama, de “insegurança ontológica”. Literalmente, indivíduos e grupos sociais, irão sentir certa insegurança no que se refere à sua realidade social.

A confiança na capacidade técnica também visível em outras etapas do processo produtivo ceramista caracteriza-se como uma referência que norteia a relação indivíduo e os sistemas abstratos, evidenciado na Figura 8.



Figura 8 – Funcionário responsável controle do barro da cerâmica.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 28/05/2011.

Com isso, Giddens (1991, p.82) argumenta que “a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente em sistemas peritos”. Na operacionalização dos sistemas peritos, é necessário que as esferas do controle, principais centros de poder da economia mundial e os empreendimentos econômicos capitalistas sejam subsidiados pelos sistemas especialistas.

A realidade empírica estudada tem como objeto as olarias e cerâmicas e suas práticas produtivas como evidenciado ao longo do trabalho. É válido destacar que durante a pesquisa de campo ficou notório o subsídio dos experts, dos detentores de capacidade técnica no desenvolvimento das atividades produtivas acima mencionadas e a confiança nos mecanismos de controle vinculados à lógica econômica mercadológica local.

Giddens complementa que é impossível analisar o desenvolvimento das sociedades modernas sem levar em conta consequências negativas da globalização ou riscos atraídos para a vida social do indivíduo. Diante do exposto se faz necessário evidenciar a natureza das sociedades modernas. Segundo Giddens (1991, p.22) “ao explicar a natureza das sociedades modernas temos que capturar características específicas do estado-nação, um tipo de comunidade social que contrasta de maneira radical com os estados pré-modernos”. E acrescenta:

Para compreender a natureza da modernidade [...] temos que romper com as perspectivas sociológicas existentes a respeito de cada um dos pontos mencionados. Temos que dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais (GIDDENS, 1991, p.25).

As “forças destrutivas” mencionadas corroboram com as dimensões institucionais modernas conceituadas por Giddens (1991). Nessa direção à dimensão capitalista se expressa por inferências mais contundentes na ação prática tanto das olarias como das cerâmicas. Segundo Giddens essa dimensão institucional condiz com a ordem social emergente na modernidade, que:

[...] é capitalista tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições. O caráter móvel, inquieto da modernidade é explicado como um resultado do ciclo investimento-lucro-investimento que, combinado com a tendência geral da taxa de lucro a declinar, ocasiona uma disposição constante para o sistema expandir (GIDDENS, 1991, p.20).

Nesse aspecto, as atividades produtivas desenvolvidas pelas olarias e cerâmicas são incentivadas e resultam do ciclo investimento-lucro-investimento, condizendo com as

dimensões institucionais da modernidade, capitalismo e industrialismo. A resposta de um antigo proprietário de olaria e atual gerente de cerâmica, quando questionado sobre a margem de lucro (vendas de telhas e tijolinhos) e sobre o investimento na matéria prima (argila, selão) e instrumentos de produção (lenha, máquinas) diante do contexto de exigência de licenças ambientais, afirma:

**É cara [...] A olaria está trabalhando com essa lenha mais o lucro é muito pouco, devido vamos supor: uma olaria queima 10.000 peças com um caminhão de lenha. Uma cerâmica passa a queimar 25.000 peças, você viu como o pequeno é engolido pelo grande? É como em cerâmica, 20 lances esse é o forno dela, ele queima 60.000 blocos. Um caminhão 60.000 blocos, aqui, vamos supor: que gastasse R\$2.000,00 de lenha, uma cerâmica aqui ela queima 200.000 vai aumentar para R\$3.000,00 de lenha. E essa cerâmica é de pequeno porte. De grande porte é Santo Antônio, Mandeme, Batula, aqui está iniciando (José Hamilton, Gerente da Cerâmica povoado Chico Gomes).**

Assim, percebe-se que o capitalismo e o industrialismo, dimensões institucionais modernas, são evidenciados nessa entrevista e são preponderantes nas práticas sociais e produtivas das olarias e cerâmicas. Como também essas práticas desencadeiam uma problemática ambiental decorrente da localização dessas unidades produtivas nas proximidades de uma UPI; as implicações desse contexto são parcialmente mencionadas pelos entrevistados quando questionados sobre as transformações decorrentes da institucionalização do PARNASI.

**Não sei informar... sei que era pra fechar, a informação era que no raio de 10 km, era pra fechar, é por que existe uma zona de amortecimento, né? Mas... ai não entendo, tem uma cerâmica lá a de Alexandre, aquela lá em cima que é vizinho a serra, mas quando o parque chegou as olarias já existiam, o problema todo é esse, por isso que todo galpão que vai fazer a ADEMA cai logo em cima. Meu irmão é dono de um galpão na entrada de Itabaiana. Quando ele colocou o galpão para aumentar tudo a ADEMA já chegou falando: quem mandou fazer isso? Rapaz... Não já tirei a licença pra areia! Eles responderam. Você já tirou para areia, agora para galpão não mandei você fazer... Aí embargou na hora, e até hoje ele está brigando. Não deram a liberação (Regivaldo, proprietário de olaria povoado Mundês).**

Essas afirmações permitem associar as concepções de Gerhardt (2007) que realiza uma abordagem problematizadora sobre áreas naturais protegidas e sobre a postura de pesquisadores das ciências ambientais diante das populações do entorno de UC, de acordo com autor:

[...] o que nos interessa... Será perceber e problematizar alguns dos “lugares” conferidos a grupos subalternos que vivem dentro ou próximos de áreas naturais protegidas nas interpretações profissionais da ciência. Como estes sujeitos sociais estariam sendo identificados e avaliados por pesquisadores? Como apareceriam e que papéis lhes estariam sendo identificados e avaliados por pesquisadores? (GERHARDT, 2007, p.02).

Adverte-se para a disparidade existente entre esses dois tipos de unidades de produção, implicam nos papéis distintos identificados nas práticas das olarias e das cerâmicas. Enquanto a cerâmica produz uma grande quantidade de blocos, as olarias sobrevivem na ilegalidade e com baixa produtividade, impossibilitando muitas vezes aos seus proprietários prosseguir com a atividade. Assim as olarias acabam ocupando um lugar subalterno no enfrentamento da institucionalização de uma UPI e sua indissociável legislação, essa situação se explicita:

**Agente é pequeno não pode lidar como os grandes, eles apertam agente de um jeito de outro, mas tem que trabalhar.** O certo que não pode trabalhar com gente de menor mais, mas agora assim tem que trabalhar clandestino assim sem fichar né. Por que no caso assim abrir uma firma e assinar a carteira de todo mundo eu sei que era bom, mas o ganho dessa telha é pouco de mais. Agora agente só trabalha para gente mesmo, por que é a gente que faz quase tudo, quer dizer... Que juntando uns cinco ou seis trabalhadores e eu e ele, são oito pessoas trabalhando, agente que é dono. Mas é seis lanceando, dois marombando e um cortando, colocando barro na máquina. No caso, no mínimo tem que ser oito pessoas, se não tiver oito pessoas não trabalha, **aí nos não pode assinar a carteira dos seis (seis), por que o ganho é pouco. O que sobra para gente é R\$250,00 por semana**, se agente fosse trabalhar pros outros dava quase a mesma coisa, mas não tem comparação de você trabalhar para você e trabalhar com os outros, é melhor você ganhar mais pouco no seu do que mais no dos outros, por não esta sendo mandado. Ou pouco ou muito é melhor você está mandando do que ser mandado (Valdemir sócio proprietário de olaria no povoado Rio das Pedras).

Nesse aspecto, percebe-se um processo de modernização nas atividades produtivas analisadas, sendo essencial a capacidade e domínio dos princípios básicos administrativos para ser proprietário e gerenciar uma olaria, confirmados nas informações de Sr. Luiz dos Santos:

Olha era o seguinte, quando comprei essa olaria, no tempo era mais ou meno. Depois comecei trabalhar com barro... Aí foi ficando diferente. **Só dava pra trabalhar sozinho e se fosse colocar trabalhador aí já não dava, aí vendi.** Quando entrou o real, 92 ou 94. Vendi numa semana e na outra semana entrou o real. Olaria é uma coisa boa, aqui no povoado. O povo trabalha malhada<sup>11</sup>, olaria e cerâmica, no máximo vêm mais de 200 pessoas

<sup>11</sup>Atividades práticas de agricultura cultivando milho, feijão, mandioca de acordo com definições dos sujeitos da pesquisa moradores no

trabalharem aqui, vem gente de Itabaiana, Areia Branca de todo lugar, vem da cidade. **Daqui mais ou menos uns 10 anos você vai ver como vai tá esse lugar aqui vai crescer, vem gente de todo lugar, da Bahia, de Alagoas também.** E hoje trabalho com uma carroça de burro, carrego uma lenhinha, carrego barro (Luiz dos Santos, antigo proprietário da olaria, povoado Mundês).

Assim, é imprescindível conceituar modernização ecológica e Modernidade Reflexiva pautada nas concepções de Spaargaren & Mol (2003) e Lash (1997), respectivamente.

A concepção de “Modernização Ecológica” constitui um paradigma cabível nesse estudo por ser uma abordagem que condiz parcialmente com as práticas perceptíveis nas olarias e cerâmicas principalmente as cerâmicas que conciliam desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Partindo do pressuposto que a legislação ambiental impõe algumas precauções que contemple a questão ambiental no desenvolvimento das atividades produtivas, como a utilização de filtros, a obtenção de licenças ambientais. Conciliando premissas do desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento econômico propiciado pela produtividade e lógica mercadológica que as olarias e cerâmicas estão imersas.

De acordo com Spaargaren e Mol (2003):

O conceito de Modernização Ecológica é usado como um conceito teórico para analisar o desenvolvimento necessário de instituições centrais nas sociedades modernas para resolver o problema fundamental da crise ecológica. Neste nível a Modernização Ecológica pode ser vista como uma alternativa a outros conceitos e análises da relação entre desenvolvimentos institucional em diferentes domínios da modernidade e do ambiente. Segundo, num nível mais prático, o conceito de modernização ecológica é usado como um programa político para direcionar uma política ambiental (SPAARGAREN e MOL, 2003, p.32).

Porém destaca-se que Modernização Ecológica não atende a dimensão da problemática ambiental da contemporaneidade, em virtude da necessária contemplação das peculiaridades culturais, sociais e históricas de cada realidade.

A Modernidade Reflexiva como corrente teórica que caracteriza as relações da conjuntura social em análise, pressupõe melhor profundidade discursiva, já que podemos associar a reflexividade dessa modernização “sobre as regras e recursos que produz a desintegração flexível nos distritos em rede de empresas de conhecimento intensivo, pequenas, mas relativamente autônomas” (GIDDENS, 1997, p.139), as cerâmicas e olarias.

Destaca-se que a convergência das considerações de Beck (2010) e Giddens (1991)

sobre a Modernidade Reflexiva, refere-se à emergência de riscos impactantes que contribuem para o surgimento dessa modernidade.

Numa análise da realidade social em estudo a teoria que mais se aproxima e é mais aplicável para explicar as transformações e rupturas dos laços sociais, percebidas nos territórios Rio das Pedras, Mundês, Gandu I, Gandu II, Lagoa dos Fornos I e II, Chico Gomes após a implantação do PARNASI, é designada Teoria da Estruturação conceituada por Giddens, em sua obra *Constituição da Sociedade*.

De acordo com Lenzi (2006), nessa teoria a ação social torna-se uma macro ação, reconstrói a si própria com a reflexão da própria ação social, numa interdependência da relação sociedade-indivíduo. Essa reflexividade traz ao debate a modernidade tardia e reflexiva, e principalmente os elementos que compõem a teoria supracitada, desenvolvida no tópico seguinte.

## **2. 2 Teoria da Estruturação e Conflitos Socioambientais**

A análise das transformações decorrentes da implantação do PARNASI, especificamente nas atividades de olarias e cerâmicas nos povoados Rio das Pedras, Mundês, Gandu I, Gandu II, Lagoa dos Fornos I e II, Chico Gomes, requer o subsídio teórico das concepções da teoria da estruturação discutida por Giddens.

Giddens (2003) afirma que as elucidações das conotações substantivas das noções essenciais de ação e estrutura implicam relacionar a teoria da estruturação com a pesquisa empírica, referenciadas nas implicações lógicas do objeto de estudo pretendido. Ao analisar as estratégias econômicas utilizadas pelas olarias e cerâmicas, o cumprimento das normas jurídicas impostas pela legislação ambiental, a reconfiguração das relações sociais em função da implantação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana nos povoados do seu entorno, tornam-se perceptíveis características preeminentes da teoria da estruturação, tendo em vista a reflexividade da ação presenciada nas práticas das unidades produtivas.

Concepções da teoria da estruturação discutidas por Lenzi (2006, p. 107) informam: “na teoria da estruturação nós poderíamos dizer que o meio ambiente se apresenta na condição de estrutura e, portanto, na perspectiva desta teoria, como um meio e resultado da ação humana”.

Giddens (2003) analisa as formas de transformação elencando algumas categorias, dentre elas os recursos autoritários e alocativos. É válido destacar que as estruturas são constituídas por regras e recursos abordados identificados no objeto de estudo. Ainda de

acordo com Lenzi (2006, p.107) os recursos autoritários “seriam recursos materiais envolvidos na produção de poder, que incluem o ambiente natural e os artefatos físicos que derivam do domínio humano sobre a natureza”.

Os recursos alocativos segundo Giddens (2003, p. 39) “referem-se à capacidade, ou, mais precisamente, a formas de capacidade transformadora – gerando controle sobre objetos, bens ou fenômenos materiais”. Nas relações socioambientais visíveis nos povoados estudados um dos recursos alocativos que aparece de forma concreta como matéria-prima é a argila e o selão utilizada no processo produtivo das olarias e cerâmicas, como demonstra a Figura 9 e 10.



Figura 9- selão, matéria prima utilizada na fabricação (telhas, tijolinhos, e mistura para fabricação do bloco) Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 24/05/2011.



Figura 10- preparação e mistura do selão e argila, para a fabricação da telha.  
Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 24/05/2011.

Ainda consoante com Giddens (2003), a materialidade dos recursos acontece quando esses são incorporados à estruturação. Assim a relação dos atores sociais observadas nos povoados do entorno do PARNASI, sendo norteadas pelo poder implicam na análise de interferência dos recursos alocativos.

A concepção do papel econômico, segundo o autor é a seguinte: “esta esfera é dada, antes, pelo papel inerentemente constitutivo dos recursos alocativos na estruturação das totalidades sociais” (2003, p.41), esse papel econômico se concretiza na transformação da matéria-prima em produtos utilizados na construção civil que contribuem na estruturação das totalidades visíveis nos povoados estudados.

Os recursos alocativos evidenciados no desenvolvimento das atividades em análise podem ser associados às práticas sociais, destacando os aspectos materiais submergidos na produção de poder, composto pelo ambiente natural e artefatos físicos, resultam do domínio antrópico sobre a natureza. Segundo Lenzi os recursos alocativos são compostos por:

- a) aspectos materiais do meio ambiente (matérias primas e fonte de energia utilizada);
- b) os meios de produção e reprodução material (instrumentos de produção/tecnologia), bens produzidos (artefatos criados pela interação de (a) e (b)). Os recursos alocativos derivam do domínio humano sobre a natureza.” (LENZI, 2006, p.107).

No estudo das olarias e cerâmicas do entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana a representação seria a seguinte: a) matérias prima – argila, selão; fontes de energia- lenha ou fornos mecanizados a depender da unidade produtiva, b) as máquinas (retroescavadeira, aloque, misturador), o fornos de lenha, que utilizam fonte energética o carvão (Figura 11 e 12). E os bens produzidos são artefatos para construção civil (tijolinhos e telhas nas olarias, blocos nas cerâmicas) (Figura 13), ou seja, os artefatos criados pela interação entre (a) e (b).

Nesse aspecto a teoria da estruturação se explicita nas práticas sociais desenvolvidas pelas unidades produtivas estudadas, já que as mesmas tem como princípio básico a utilização dos recursos naturais e em seu processo produtivo, os instrumentos da reprodução material fundamentam-se no aparato tecnológico e na capacidade técnica, essenciais na fabricação dos objetos para a construção civil.

Além disso, o meio natural na condição de estrutura se configura no “palco” onde se processam as relações produtivas e essas práticas socioeconômicas, que após a institucionalização de uma UPI, o PARNASI, se redimensiona adquirindo outra forma de realização.



Figura 11- Forno de olaria utilizado para queima das telhas e tijolinhos.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 24/05/2011.



Figura 12- Abastecimento do forno com lenha para queima da telha.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 24/05/2011.



Figura 13- Abastecimento do forno de cerâmica com bloco para queima.

Fonte: FIGUEIRÊDO, 2011, pesquisa de campo em 24/05/2011.

Ainda de acordo com Lenzi (2006), os fatores ambientais encontram-se diretamente associados com a capacidade cognitiva dos seres humanos na medida em que as estruturas só podem ser reproduzidas pelas capacidades cognitivas dos agentes humanos. O meio ambiente, na condição de um recurso alocativo, pressupõe a dimensão cognitiva que está implícita na prática social.

Nesse aspecto é imprescindível evidenciar outra categoria de análise da teoria da estruturação, utilizada para explicar o comportamento dos agentes dentro do sistema. Giddens usa a noção de dualidade de estrutura e a define “estrutura como meio e o resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão cronicamente envolvidas em sua produção e reprodução” (GIDDENS, 2003, p. 441). O autor complementa procurando reconciliar o dualismo entre estrutura e os agentes envolvidos, reunindo essas duas noções em uma dualidade:

[...] as propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam [...] A estrutura não é algo externo, que impõem coerção, sobre a ação humana, mas algo interno que serve como condição e consequência da ação humana. Ela não deve ser vista como uma restrição, mas simultaneamente restritiva e facilitadora [...] (GIDDENS, 2003, p.30).

A ação dos ceramistas e oleiros, estruturada nos povoados do entorno do PARNASI, compreendem o meio e o resultado, onde se organizam recursivamente as práticas dos atores sociais envolvidos. O meio natural configura-se como estrutura onde se retiram a matéria prima e os instrumentos de produção (lenha) utilizados no processo produtivo prático das olarias e cerâmicas. Estas práticas sociais se encontram imbricadas na condição estrutural do contexto onde se desenvolvem nas proximidades do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, esta por ser uma unidade de conservação de proteção integral impõe uma legislação que regulamenta e estabelece regras aos atores sociais envolvidos e que se utilizam dos recursos.

O PARNASI surge nessa arena e traz consigo uma legislação ambiental que introduz um processo conflitivo, diante das práticas sociais pré-existentes, as atividades de olarias e cerâmicas, essa regulamentação legal restritiva condiciona a ação dos oleiros e ceramistas.

É válido ressaltar que a teoria da estruturação não percebe o papel da natureza, como suposta “natureza intocada”, a natureza numa visão estruturalista, está implicada em práticas sociais e configura-se como uma natureza socializada. De acordo com Giddens (1997):

Uma maneira de ler a história humana, desde a época da ascensão da agricultura, e particularmente das grandes civilizações, em diante, é como

destruição progressiva do ambiente físico. [...] o meio ambiente, que não parece ser mais um parâmetro independente da existência humana, realmente é seu oposto: a natureza completamente transfigurada pela intervenção humana. Só começamos a falar sobre o ‘meio ambiente’ uma vez que a natureza, assim como a tradição, foi dissolvida. Hoje em dia, entre todos os outros termos, podemos falar – em um sentido real – do fim da natureza, uma maneira de nos referirmos a sua completa socialização (GIDDENS, 1997, p.97).

Diante do exposto as novas concepções sobre a visão da natureza permite uma inovação que deve ser problematizada envolvendo todos os atores sociais e não considerada como dada, uma vez que, estes são sujeitos ativos, que criam e recriam as estruturas de legitimação, dominação e de significados nas práticas sociais.

As alterações nas categorias tempo-espaço permitem averiguar a inferência da modernidade nas práticas sociais e nas ações dos indivíduos, segundo Giddens:

O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo espacial preciso da vida social; desencaixe dos sistemas sociais [...] ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das entradas de conhecimento afetando ações de indivíduos e grupos (GIDDENS, 1991, p. 25).

A problematização de uma questão ambiental fundada na abordagem da teoria sociológica da estruturação implica numa análise de complementaridade entre a macrosociologia e microsociologia. A partir do conjunto de conceitos, Giddens propõe aliar a modernidade às questões do meio ambiente, e a estrutura é co-significada como algo diferenciado do habitual nas ciências sociais.

Ainda segundo Giddens (2003) na teoria da estruturação ao considerar estrutura como conjunto de regras e recursos implicados de modo recursivo, na reprodução do sistema social; pode se associar as características institucionalizadas de sistemas sociais que tem propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e espaço.

[...] estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a “delimitação” de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, lhes emprestam uma forma “sistêmica” [...] (GIDDENS, 2003, p.20).

Assim, percebe-se uma transformação epistemológica referente ao conceito de estrutura, transcendendo as analogias concretas de visualização. Giddens (2003) afirma “estrutura é uma “ordem virtual” de relações transformadoras, significa que os sistemas

sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm estruturas, mas antes, exibem “propriedades estruturais”<sup>12</sup>. Sendo as regras e os meios recursivamente envolvidos das instituições, importantes aspectos da estrutura.

É válido ressaltar que essas propriedades implicadas na reprodução das totalidades sociais, o autor designa como “princípios estruturais”<sup>13</sup>, a longitude espaço-temporal das práticas sociais são denominadas instituições.

Considerando a referência mencionada de estrutura e as propriedades de estruturação elencadas por Giddens, pode-se indicar que as práticas sociais reproduzidas pelas olarias e cerâmicas delimitadas tempo-espacialmente no sistema social que envolve a produção de artefatos para construção civil, estão recursivamente implicadas.

No que se refere às propriedades estruturais explícitas institucionalmente no objeto empírico estudado, identifica-se o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, por possuir características estruturadas de sistemas sociais institucionalizados e complementados pelos princípios que organizam as totalidades sociais presentes tempo-espacialmente. O PARNASI, personificado no seu gestor, por sua vez é desconhecido literalmente dos atores sociais envolvidos nessa problemática. Como confirma um ceramista:

**Eu vejo falando nesse gestor; mas nunca vi reunião sobre isso. Só disseram que não pode tirar barro** e os donos de terreno fecharam né, com medo eles falaram que ia multar. E os donos de terreno foram indenizados? Nenhum, que eu saiba nenhum, até agora foram indenizados (Marcos, proprietário de olaria povoado Mundês).

Seu José Antônio complementa as referências em relação ao conhecimento sobre a gestão do parque e informa:

Não... **Existe só um vigia para não tirar lenha**, não bagunçar o poço das moças, por que a maioria é imunda mesmo e joga lixo mesmo, e tem que organizar. É, mais para não roubar lenha, por que antigamente roubavam lenha era muito mesmo aí, o IBAMA já diminuiu 90%, é só para isso que existe esse parque aí, **não existe parque não...** É pra controlar que quando chegam ao verão eles tocam fogo (Sr. José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União, povoado Rio das Pedras).

Lenzi (2006) aborda os fatores ambientais associando-os a capacidade cognitiva humana na medida em que as estruturas podem ser reproduzidas exclusivamente através das

<sup>12</sup> Conforme Giddens, 2003, p.443, Características estruturadas de sistemas sociais, sobretudo as institucionalizadas, estendendo-se ao longo do tempo e do espaço.

<sup>13</sup> Conforme Giddens, 2003, p.443, Princípios de organização de totalidades sociais, fatores envolvidos no alinhamento institucional global de uma sociedade ou tipo de sociedade.

capacidades cognitivas dos agentes humanos. Esses agentes identificados como atores sociais, quando deparados com uma medida conservacionista ou preservacionista, se utilizam da cognição para representar os espaços criados através de Unidades de Conservação. Complementando essas ideias Diegues (2000) afirma:

O parque nacional acaba representando um hipotético mundo natural primitivo, intocado, mesmo que grande parte dele já tenha sido manipulada por populações tradicionais durante gerações, criando paisagens mistas de florestas já transformadas e outras que raramente sofreram intervenções dessas mesmas populações (DIEGUES, 2000, p. 32).

Segundo Giddens (2003) o domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo.

As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto reprodutores na natureza, são recursivas. Quer dizer, elas são criadas por atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores. (Giddens, 2003, p. 03).

O autor afirma que as regras sociais são propriedades estruturantes da ação social, as estruturas sociais são antes de tudo condição social que se reproduzem através da ação social, assim Giddens define “estrutura como meio e o resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão cronicamente envolvidas em sua produção e reprodução” (Giddens, 2003, p. 303).

Um aspecto de tais atitudes, de acordo com Giddens (2003, p.04-05) embora relativamente superficial, encontra-se na observação banal de que as razões que os atores oferecem discursivamente para o que fazem podem divergir da racionalização da ação quando realmente envolvida no fluxo de conduta desses atores.

Outro elemento imprescindível da teoria da estruturação é a conceituação de regras, que necessariamente devem ser conceituadas de forma atreladas aos recursos “os quais se referem aos modos pelos quais as relações transformadoras são realmente incorporadas à produção e reprodução de práticas sociais, as propriedades estruturais expressam formas de dominação e poder” (Giddens, 2003, p.21).

A “Agência”, categoria de análise e elemento constituído dentro da teoria da estruturação não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas a capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo, por isso, que agência

subentende poder: “alguém que exerce poder ou produz um efeito”), (Giddens, 2003, p.10).

Dentre as relações de poder explícitas na institucionalização do PARNASI, de acordo com Morales (2011) destaca-se o poder político:

A institucionalização do Parque Nacional da Serra de Itabaiana deve ser compreendida como uma forma de atuação política. A política ambiental de implementação de unidades de conservação, resultam das intervenções políticas. Sabe-se que todo campo político possui lutas simbólicas, posições e interesses distintos. [...] a criação do PARNASI só foi possível mediante uma forte articulação político partidária. O empenho de instituições detentoras de saber por si só não levaria a concretizar a mudança de escolha [...] para Parque Nacional, mas o interesse político partidário em conquistar esta mudança foi decisivo para aquela realidade (MORALES, 2011, p.91).

Mesmo não sendo aprofundadas neste estudo as relações de poder estão explícitas entre os atores sociais da comunidade do entorno do PARNASI, e especificamente nas relações de subordinação verificadas entre olarias e cerâmicas, e no processo de institucionalização desta UPI, configurando um modelo de desenvolvimento pautado na premissa da dimensão institucional do capitalismo e do poder político.

Nos modelos alternativos de desenvolvimento, as inovações tecnológicas também devem desempenhar um papel importante. Entretanto, devem ser considerados os contextos estruturais e culturais em que se processam a difusão, não em prol da tecnologia. Esta não deve ser a referência principal, mais sim o usuário ou os adotantes da inovação, dentro de um sistema.

De acordo com Lenzi (2006), a teoria da estruturação de Giddens com seu enfoque na dualidade de estrutura, nas práticas sociais com os elementos estruturais dentro de um sistema social, pode ser um caminho complementar nos estudos de intervenção de difusão, pois contribui no entendimento das diferenças no uso e ou adoção de tecnologias, quando aplicadas em diferentes contextos estruturais de ação e interação humana, considerando que tais intervenções acontecem em estruturas sociais complexas e diferenciadas.

Enfocar a complexidade do meio ambiente na condição de recurso alocativo implica na análise da utilização dos recursos naturais no processo produtivo das olarias e cerâmicas, associado ao domínio técnico na apropriação do selão e argila como matéria prima desta produção, ou seja, a finalidade e a informação sobre a funcionalidade do recurso e suas propriedades ‘aproveitáveis’ no processo produtivo.

Nesse sentido a ação social no desenvolvimento das práticas produtivas das olarias e cerâmicas é pressuposto básico na mobilização técnica dos agentes sociais. Lenzi (2006) complementa:

Seres humanos não se relacionam com uma matéria inerte, mas apenas com propriedades dessa mesma matéria. A manifestação dessas propriedades sempre depende de uma técnica ou conhecimento que deve ser mobilizado para que essas propriedades sejam reconhecidas. Recursos naturais ou matérias primas, por exemplo, só existem em função, de um “ator capaz de mobilizar uma técnica” (LENZI, 2006, p.108).

A utilização ou não de tecnologias variam de acordo com o contexto analisado, as olarias e cerâmicas, possuem algumas peculiaridades que permitem afirmar que a utilização de aparato tecnológico de máquinas (Figura 14) e tecnologias informacionais principalmente pelas cerâmicas permite visualizar a interferência determinante dessas práticas na ação recursiva dos atores sociais envolvidos na estrutura social analisada.



Figura 14- Máquina computadorizada de finalização da produção do bloco.  
Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 13/07/2011.

O domínio das inovações tecnológicas complementa-se com a capacidade técnica dos especialistas no desenvolvimento prático ceramista, como demonstra a Figura 14 e 15, condizente com a continuidade tradicional e peculiar das práticas oleiras, caracterizada por um domínio artesanal (Figuras 16, 17, 18, 19, 20).



Figura 15- Máquina de processamento do barro para fabricação de bloco.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 28/05/2011.

No processo produtivo dos tijolinhos e telhas nas olarias, a utilização da força motriz através da tração animal, durante a mistura do selão com a argila é a única etapa da produção com auxílio tecnológico (Figura 16).



Figura 16- Mistura do selão e argila utilizando a tração animal.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 13/07/2011.



Figura 17 – Homogeneização do barro, preparação inicial para a produção do tijolinho.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 13/07/2011.

Na produção dos tijolinhos, nas unidades produtivas das olarias, a repetição dos movimentos obedece a uma lógica que pode ser associada ao modelo fordista de produção. A fabricação inicia com o preparo do barro, e posterior colocação em formas (Figura 18 e 19), (Figura 20) seguindo com a secagem inicial (Figura 21) e finalizando com a queima.



Figura 18- Etapa do processo produtivo dos tijolinhos, colocação na forma.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 13/07/2011.



Figura 19- Etapa do processo produtivo dos tijolinhos, colocação na forma, e retirada do excesso de barro. Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 13/07/2011.

O desencadeamento do processo produtivo se faz de forma manual, tendo apenas o domínio técnico do oleiro, caracterizando um processo produtivo que preserva características da tradicionalidade íntegra definida por Giddens.



Figura 20- Desenformando para secagem inicial e posterior queima. Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 13/07/2011.



Figura 21-Secagem das telhas inicial e posterior queima.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 13/07/2011.

É perceptível a continuidade nas práticas oleiras, que persistem com uma tradicionalidade, e permite afirmar que os oleiros estão excluídos parcialmente da modernidade, pois não rompem com os modos tradicionais associados a sociedades pré-modernas. De acordo com Giddens:

[...] A continuidade de práticas presume reflexividade, mas esta por sua vez só é possível devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente “as mesmas” através do “espaço e do tempo”. Logo, a “reflexividade” deve ser entendida não meramente como “auto-consciência”, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. [...] (Giddens, 2003, p.03).

Considerar no contexto estrutural do sistema, o conhecimento prioritário das práticas sociais na adoção de uma tecnologia, e como os atores envolvidos nessas práticas podem reagir às inovações é fundamental para enfrentamento das regras econômicas, jurídicas e trabalhistas. Nesse sentido, a reação das olarias difere de forma considerável das cerâmicas, devido à capacidade de resposta as exigências impostas pela legislação ambiental, o domínio da informação e acesso a tecnologia, detido pelas cerâmicas em contraponto a informalidade da prática oleira.

O “usuário” como definidor da ação social condizente com o sistema social que se

insere é confirmado pelo ceramista Jackson que evidencia essa diferenciação. Ele afirma:

Rapaz veja bem... Para eu que já trabalhei com olaria e hoje trabalho com cerâmica o principal motivo, é, **por exemplo, uma olaria que fabrica 25.000 telhas por semana a produção é bem baixa, o custo de mão de obra é bem alto, por que uma olaria você tem que ter 12 ou 15 funcionários. Aqui, você vê que eu tenho a cerâmica e tenho 35 funcionários, tenho uma média de 35.** Em relação à matéria prima que ficou na região escassa para fazer a telha, por que a argila é diferente. Hoje em dia a gente sabe, trabalha com olaria e cerâmica, a mesma argila que faz o bloco não é a mesma argila que faz a telha. A telha não admite nenhum trinco nela, se ela tiver um trincosinho já é refugo e o bloco pode ter um trincosinho, dois ou três e vai embora em relação a isso né. E em relação aos filtros também, uma olaria não pode colocar um filtro no seu forno, não tem condições. Apesar de que meu pai tinha um olaria aqui quando a gente chegou para aqui meu pai fez uma cerâmica e fez uma olaria para trabalhar com meu irmão ele tinha um tipo de forno aqui que ele poderia se ele quisesse colocar o filtro, mas não é nem todo dono de olaria que tem condições de fazer esse forno. É muito caro, é o forno bola tem uma estrutura por cima dele de bola, que você tinha como fazer um filtro (Jackson, proprietário da cerâmica Sagrado Coração de Jesus, povoado Rio das Pedras).

A Teoria da Estruturação diz respeito à reprodução de sistemas sociais. Estes, em que a estrutura está recursivamente implicada, compreendem as atividades e relações entre atores, organizadas como práticas sociais reproduzidas através do tempo e do espaço. A interpretação da teoria implica entender que, essas práticas envolvidas entre os atores sociais são recursivas, ou seja, elas não são internalizadas por eles mais são continuamente criadas e recriadas pelos mesmos.

Analisar, portanto a estruturação de sistemas sociais é estudar como são produzidas e reproduzidas as relações das atividades dos atores envolvidos em tais sistemas, que se apoiam em estruturas (regras e recursos) recursivamente implicados na reprodução de sistemas sociais. De acordo com Giddens (2003, p.30) “a estruturação de sistemas sociais significa estudar os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognitivas de atores localizados que se apoiam em regras e recursos na diversidade de contexto de ação, são produzidos e reproduzidos em interação”.

O uso dos recursos autoritários e alocativos, pelos atores nas práticas sociais, resultam na produção e reprodução de estruturas de dominação (política, econômica, intelectual). Da mesma maneira, por meio de implementação de regras, os seres humanos criam e recriam estruturas de legitimação, (instituições legais) e estruturas de significação (discursos institucionalizados).

Nesse aspecto as regras impostas pela legislação ambiental são atreladas a institucionalização do PARNASI, permitindo a criação de estruturas de legitimação, política desde seu processo de implementação, como afirma Santana:

O IBAMA; o Ministério do Meio Ambiente; as duas prefeituras de Areia Branca e de Itabaiana foram decisivas, pois fizeram uma aliança para apoiar a criação do parque; a câmara de vereadores dos dois municípios e as associações comunitárias de lá da região da serra. E na parte técnica e científica foi fundamental a participação da Universidade Federal de Sergipe, sem a universidade o processo não seria tão ágil, o estudo não teria sido daquela forma utilizando só recursos públicos, nós não pagamos para uma empresa fazer o estudo, então foi feito mesmo com o potencial que nós temos em Sergipe, com a disponibilidade dos nossos pesquisadores, com a participação dos alunos (Valdineide Santana, entrevista realizada em 2010 pelo GEPPIP).

Através da interação entre essas estruturas vão se criando e recriando formas legitimadas de discursos e expectativas sobre o papel dos atores sociais olarias, cerâmicas, universidade e poder local e como eles se relacionam. Destaca-se que o papel da gestão do PARNASI, não tem sido desempenhado como proposto para uma UPI, reflexo do processo de proliferação de UC's no Estado como analisa a professora pesquisadora da UFS, Laura Jane:

Bom, hoje a atuação para criação de Unidades de Conservação está mais ampla, mas considero que estão criando muita unidade em áreas que, em minha opinião, não é prioritária para conservação. E outros são louváveis, mas ainda que o critério político tenha sido superior ao critério ambiental. Tem mais áreas importantes em Sergipe que deveria ter virado unidade de conservação, como a Serra da Miaba do que a Mata do Junco. Então eu vejo que a atuação é mais política. **Não existe um critério técnico ecológico, que levasse de fato se está ou não conservando a biodiversidade. Daí, alguns técnicos acabam agindo assim: “Ah, se assim então vamos criar unidades de conservação, onde o político quer e não onde deveria ser”... mas pelo menos estamos criando uma Unidade de Conservação.** Eu não concordo com isso. Acho que deveria ter uma discussão mais profunda para de fato criar uma unidade de conservação em Sergipe (Laura Jane Gomes, entrevista realizada em 2010 por MORALES, 2011).

As afirmações da referida professora-pesquisadora podem ser associadas aos pressupostos que desencadeiam conflitos com a comunidade do entorno de unidades de conservação, esses decorrem da ação dos indivíduos que são inquiridos pela estrutura recriada, diante das regras jurídicas e os recursos disponibilizados nas áreas ambientalmente protegidas.

Portanto, para Giddens (2003), a ação dos atores e a estrutura se pressupõem

mutuamente. Os indivíduos por meio de suas ações fazem a história e isto acontece sempre dentro de estruturas já existentes que vão se modificando ou sendo recriadas, através da ação dos atores.

Os principais atores envolvidos nessa pesquisa são os oleiros, ceramistas, e representantes dos órgãos fiscalizadores. A recriação das ações dos oleiros se constitui como estratégia para enfrentar a legislação ambiental (regra advinda da institucionalização do PARNASI), como afirma o proprietário de olaria:

Vem da Bahia, é muito caro e pra gente dono de olaria fica difícil por que não compensa queimar não. Aí a gente fica queimando fruteira, cajueiro, mangueira. Essa fruteira vem daqui mesmo da região, por perto o povo vão cortando no sítio para plantar, fazer plantação aí vai comprando, de vez quando compra uma algaroba, da BA para ir misturando. Se agente pudesse comprava pinho e eucalipto mais é muito caro. Não tem condições, nós comprar uma carrada de eucalipto, nem que trabalhe o mês todo para pagar. É de R\$ 2500,00 a R\$3000,00 a carrada (Marcos, proprietário da olaria povoado Rio das Pedras).

De acordo com as concepções de Giddens a Teoria da Estruturação, informa sobre a circunstância da ação no cotidiano da vida social, nesse estudo dos oleiros e ceramistas, diante do contexto de mudança imposta pela criação de uma UPI.

Segundo o autor (2003, p.31), na teoria da estruturação a circunstância da produção da ação é simultânea ao momento de reprodução “nos contextos de desempenho cotidiano da vida social, mesmo durante as mais violentas convulsões ou as mais radicais formas de mudança social”, Giddens acrescenta ao conceituar a ideia de estrutura:

A “estrutura” pode ser conceituada abstratamente como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação. Os recursos também são de duas espécies: recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos, e recursos alocativos, que procedem do controle de produtos materiais ou de aspectos do mundo material (GIDDENS, 2003 p. 35).

Ao analisar a estrutura organizacional das olarias e cerâmicas percebe-se que os recursos impositivos podem ser associados também na análise dos representantes dos órgãos fiscalizadores e as estruturas de legitimação da política ambiental do PARNASI, que redimensionam as ações e reações das olarias e cerâmicas em função da implantação do parque. De certa forma esses recursos impõe o processo de reflexividade nas práticas dessas unidades produtivas.

A coordenação das atividades nas cerâmicas difere da forma significativa de como é realizada nas olarias, tendo em vista a capacidade técnica e informacional que as primeiras detêm em relação as segundas, condicionalmente incomparáveis.

No que diz respeito aos recursos alocativos as condicionantes impostas pela modernidade proporcionam um acesso maior das cerâmicas, pois estas unidades produtivas caracterizam-se por ser mais capitalizadas economicamente o que lhes garante maior acesso aos bens materiais.

As atividades dos ceramistas respondem com mais facilidade as imposições legais e econômicas do que as olarias, demonstrando uma disparidade acentuada dessas atividades. A questão econômica é uma categoria que reorienta as práticas sociais, já que a questão ambiental implica num redimensionamento prático no desenvolvimento das atividades oleiras e ceramistas.

A institucionalização do PARNASI, não garantiu a proteção dos recursos naturais, em virtude de duas questões básicas: inicialmente o seu processo de implantação, mesmo se utilizando de audiências públicas, não foi legitimado por toda comunidade do entorno, sendo perceptível a exclusão dos oleiros desse processo. Quando questionados sobre o momento de criação do parque, os oleiros informam:

**Com agente mesmo nas olarias, eu mesmo não estou ouvindo ninguém comentando que apareceram, mas teve reunião com donos de cerâmica, que era os donos de terra perto, ai... eu não sei se fizeram reunião, mas com a gente dono de olaria eles não conversam não (Valdemir, sócio proprietário de olaria, povoado Rio das Pedras).**

Os ceramistas, por sua vez, tiveram uma participação superficial, entretanto o domínio informacional propicia conhecimento sobre a regulamentação legal. A segunda questão se refere à institucionalização da unidade de conservação, onde é perceptível uma gestão pouco comprometida em virtude da ausência de um plano de manejo, pressupostos que desencadeiam processos conflituos entre o PARNASI e os diversos atores sociais presentes nesses territórios.

Os oleiros no desenvolvimento do processo produtivo podem ser percebidos como excluídos parcialmente das dimensões institucionais modernas e excluídos totalmente da efetivação das exigências ambientais. Exclusão esta, decorrente da incapacidade técnica, econômica e informacional, características explícitas nos relatos e nas práticas sociais dos proprietários das olarias abordadas, evidentes nas relações sociais desses atores sociais nesses

territórios.

É necessário considerar que essa “incapacidade” refere-se ao contexto “imposto” pela implementação do PARNASI. As disparidades existentes entre as olarias e cerâmicas iniciam desde o momento de aquisição da matéria-prima como informa o Sr. José Antônio:

Não é muito diferente por que a pessoa que é acostumada a trabalhar com barro, aí só muda a mistura, por que o barro de telha é complicado, o barro de telha se colocar um barro meio ruim e se trincar na grade... Às vezes trinca mais no forno, às vezes no sol secando, às vezes não esquento o forno, e já o bloco é mais fácil por que se o barro for trincador já mistura com mais fraco, com argila ou mais selão aí já trinca menos aí agente vai ajeitando né. Já fica muito mais fácil trabalhar com cerâmica do que com olaria (José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União).

Por se tratar de um objeto empírico inserido numa problemática ambiental, faz necessário discutir conceitos do desenvolvimento sustentável na perspectiva de uma análise crítica, tendo em vista a cooptação desse conceito pela lógica do capitalismo. Pois como dimensões institucionais modernas, o industrialismo e o capitalismo são reforçados nas diferenças existentes entre as unidades produtivas estudadas.

Ressaltando a essencialidade em analisar as divergências e contrassenso da lógica da sobrevivência versus a lógica ambiental. Diante do exposto surge o questionamento, a ser explicado e desenvolvido no capítulo IV, como subtítulo uma indagação Desenvolvimento Sustentável ou sustentação do desenvolvimento?

### **2.3 Modernização Ecológica como paradigma contextualizado na realidade local**

O paradigma conceitual da modernização ecológica fundamenta-se em dois conceitos distintos, o teórico: que analisa o desenvolvimento necessário de instituições centrais nas sociedades modernas para resolver a problemática da crise ecológica. Nessa pesquisa as olarias e cerâmicas se inserem numa dialógica, entre a lógica de sobrevivência e as premissas do desenvolvimento sustentável. Este como conceito prático: de acordo com a Modernização Ecológica consiste num programa político, um direcionamento da política ambiental.

Nessa perspectiva as concepções de Spaargaren & Mol (2003) norteiam essa discussão onde os autores explicitam que:

[...] os maiores problemas da sociedade atual [...] estão relacionados com a colonização “dominação” da biosfera e da biosfera pelo sistema industrial ou tecnosfera. Sistema industrial- tecnosfera, o mundo da vida- biosfera,

biosfera – natureza” (SPAARGAREN, MOL, 2003, p.34).

Os autores concebem a problemática ambiental oriunda de um processo de colonização da sociedade e da biosfera (o meio natural) pelo sistema industrial e implementação dos avanços tecnológicos na produção industrial.

O arcabouço conceitual de modernização ecológica compreende a economização ecológica depositando valor econômico sobre a força de produção: a natureza (recursos naturais). Nesse ponto de vista as atividades analisadas contêm princípios dessa concepção teórica, já que as mesmas concentram no uso dos recursos naturais e apropriação do mesmo como matéria prima no seu processo produtivo.

De acordo com as informações de Spaargaren & Mol (2003, p.37) que informam a “Modernização Ecológica focaliza primeiro e com exclusividade a relação entre o tecnossistema e a natureza”, podemos ressaltar que muitos autores chamam atenção para a ênfase nos fatores econômicos constituído na modernização ecológica. Lenzi (2006, p.64) informa que, “afinal ela busca tanto “ecologizing the economy (ecologizar a economia) como economizing the ecology (economizar a ecologia)”“. Ainda de acordo com Lenzi (2006) a linha central da narrativa discursiva da Modernização Ecológica:

Sustenta-se na ideia de que pode haver uma compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental. É um discurso que vê a crise ambiental como resultado das falhas ou deficiências das instituições das sociedades modernas, mas que acredita que as reformulações dessas instituições podem promover um processo de proteção ambiental (LENZI, 2006, p.60).

O processo de modernização é visível no desenvolvimento das atividades dos oleiros e ceramistas. Esta tecnologia propicia um redirecionamento nas práticas sociais que estão explícitas no discurso dos atores sociais entrevistados. Situando conceitualmente Spaargaren & Mol explicitam:

O foco da modernização ecológica está [...] no desenvolvimento do sistema industrial. A reconstrução ecológica da sociedade moderna está limitada à mudança na organização da produção e atividade de consumo, e não atinge o sistema de produção de Schnaiberg (1980) [...] a teoria ME abraça uma visão evolucionária e tecnológica determinista do desenvolvimento social, que é característica da sociedade industrial. Nessa visão tecnologias e inovação tecnológica é o motor para a mudança sócio-ecológica (SPAARGAREN & MOL, 2003, p. 36).

A implementação de pequenas máquinas para o processamento do barro evidencia

uma ruptura das práticas tradicionais, mesmo se tratando de uma reconstrução constante na organização da produção. Presencia-se propensão de inovação tecnológica recorrente nas práticas e discursos dos oleiros e ceramistas, norteando princípios de mudanças sócio ecológicas e da teoria da Modernização Ecológica, que compartilha o pressuposto:

[...] de que é possível compatibilizar crescimento econômico com proteção ambiental. Assim, o que está por trás das ideias de “emancipação da ecologia” e de “reestruturação ecológica da sociedade industrial” é que crescimento econômico e proteção ambiental podem caminhar juntos, de mãos dadas (LENZI, 2006, p.65).

O proprietário de cerâmica quando questionado sobre o processo de mecanização no processo produtivo, evidencia a contribuição com a exploração agressiva aos recursos naturais (argila, selão) já que o aparato tecnológico propicia facilidades na apropriação desses recursos. Os princípios do industrialismo e subsídio tecnológico nas práticas dos ceramistas buscam contemplar questões ambientais, mesmo por imposição da legislação. Esse contexto torna perceptível uma reestruturação do industrialismo:

Agora melhorou 90% né, não tem pareia não. **Tem a máquina para misturar o barro, tem a retroescavadeira para cavar no barreiro, a diferença é grande. Antigamente não...** Quando eu tinha uma olaria dessas, como eu falei no começo, para colocar uma carrada de barro a gente tinha que ir para o barreiro com a carroça, **tombar cavar o barro, encher carroça colocar no monte que o carro poderia pegar depois pagar o frete do carro para trazer para olaria, ai na maioria das vezes eu preferia já ir buscar de carroça.** Que já trazia e já enchia o aloque, por que só uma carrada de barro, você bota numa olaria ele embebeda, embebeda significa ficar mole né e não tem como trabalhar. Ai na maioria das vezes eu já ia buscar de carroça mesmo no barreiro. Tinha que acordar cedo, por que era muito serviço e depois arrumei um funcionário e ficou eu e ele trabalhando, ai tinha que acordar cedo para quando o funcionário chegar o barro já está amassado para começar a fazer telha, de tardezinha já tinha que encher o aloque (José Antônio, sócio proprietário da cerâmica povoado Rio das Pedras).

A necessidade de inovação e implementação de equipamentos tecnológicos, e a exigência da capacidade técnica e domínio informacional implicam em consequentes transformações na seleção da mão de obra, assim essas práticas sociais são tomadas reflexivamente pelos atores locais, produtores de olaria e cerâmica.

Em referência aos requisitos funcionais de modernização, verifica-se no desenvolvimento das atividades de olarias e cerâmicas, o crescimento econômico, a necessidade de habilidades e capacidade técnica para operacionalizar os equipamentos

implementados em algumas etapas da produção. Estes implicam numa problemática recorrente para os oleiros e ceramistas já que a mão de obra, esta como força de trabalho disponibilizada caracteriza-se por uma capacidade limitada diante do processo de modernização.

Numa análise retrospectiva das transformações na atividade produtiva das olarias, é notória a exigência do domínio informacional<sup>14</sup> na operacionalização das diversas etapas produtivas, desde a fabricação do produto até a venda ao consumidor final. Lash (1997, p.139) afirma que a modernização “pressupõe aumento de individualização, a modernização reflexiva envolve capacitação dos indivíduos”, e complementa:

Se na modernização simples nos fornece um cenário de atomização, normalização e individuação de Foucault, então a contrapartida reflexiva abre uma individualização genuína, abre possibilidades de subjetividade autônoma em relação a seus ambientes naturais, sociais e psíquicos (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p. 139).

Os questionamentos de analistas como Beck e Giddens remete analisar as consequências da reflexão da modernidade sobre si mesma. Lash descreve:

Nessa nova visão, esta nova auto reflexividade da modernidade seria muito mais que a adiada vitória da “vontade livre” sobre as forças do “destino” ou do “determinismo”. Em vez disso seria um desenvolvimento imanente do próprio processo de modernização [...] seria uma condição do desenvolvimento de pré-requisitos funcionais para mais modernização (LASH, 1997, p.138).

Nesse sentido percebemos essa auto reflexividade nas práticas individuais das olarias e cerâmicas nos discursos de seus proprietários. A “vontade livre” prevalece diante do determinismo geográfico. No entanto, essas unidades produtivas localizam-se no entorno de uma unidade de conservação de proteção integral, o que implica em condicionamentos impostos pela legislação ambiental, restringindo essas “vontades livres”. Destaca-se que essa vontade livre ocorre de forma aleatória e dentro da ilegalidade e informalidade, como estratégia no desenvolvimento das práticas nas olarias, e enfrentamento no cumprimento dos ditames da legislação ambiental e trabalhista.

**É porque o dono de olaria, o pequeno né? Esse pequeno faz como aquele camelô que chega na feira e bota a banca dele e seja lá o que Deus quiser.**

<sup>14</sup> Domínio de informações referente à operacionalização de máquinas e do aparato tecnológico, e apreensão das técnicas necessárias para o desenvolvimento das atividades no processo produtivo.

Tem que enfrentar a vida, **tem que ganhar o pão, aí ele vai ali, onde ele puder desviar atenção, ele desvia.** Isso é para fiscal, para venda, fiscal de tributo, para tudo que você pensar que ele possa se defender... Ele vai. (José Hamilton, gerente da cerâmica Santa Rosa Mista, povoado Chico Gomes).

Essa comparação expressa à atomização do indivíduo, a coletividade é desintegrada frente aos parâmetros exigidos na realização prática da ação social. E as exigências são impostas pela legislação ambiental e pela legislação trabalhista, que implicam em transformações significativas nas práticas sociais e na reprodução da vida social dos povoados localizados no entorno do PARNASI.

Enquanto as comunidades supõem significados compartilhados, as coletividades supõem apenas interesses compartilhados. Estes de ordem econômica tendo em vista que as atividades de olarias e cerâmicas configuram uma coletividade e, compartilham os interesses pelos recursos naturais utilizados no processo produtivo como matéria prima e instrumentos produção.

Nesse sentido o significado compartilhado pela comunidade diz respeito às práticas religiosas realizadas no dia de Santo, onde os fiéis subiam a serra em procissão numa expressão de fé. Como relembra o ceramista:

Antes, aqui todo ano a gente subia a serra no dia de santo, subia e descia pelo poço das moças. **Hoje para subir tem que pegar uma licença ou uma ordem. Parou, tem alguns que ainda fazem né...** Como o senhor mesmo, o resto todo mundo deixou, era no dia 01 de novembro e dia de São José que o povo gostava de subir a serra. E hoje ninguém faz mais, foi proibido. O IBAMA, por que você tem que pegar autorização, pois você é responsável pela turma que foi. A romaria tinha o padre Gilson também sempre fazia e acabou (José Antônio dos Santos, sócio proprietário da cerâmica Nascimento).

No que se refere ao compartilhamento de interesses da coletividade composta por ceramistas e oleiros, ainda nota-se no discurso dos oleiros, a constante reclamação contra as implicações da legislação trabalhista e ambiental. Dentre as divergências a questão cultural religiosa é recorrente, assim como a dificuldade e impossibilidade legal de utilização da mão de obra infantil, e a crítica pelo descaso dos órgãos governamentais evidenciada pela maioria dos entrevistados.

Sugerem como ações a serem efetivadas pelo poder governamental o incentivo financeiro através de linhas de créditos e subsídio informacional para auxiliar nas práticas das unidades produtivas, objetivando o cumprimento da legislação ambiental no que se refere à utilização do barro, selão e lenha.

Os interesses compartilhados, repetidos nas falas tanto dos ceramistas como dos oleiros, podem ser considerados como premissas de uma sociedade moderna, que se caracterizam por ter “ultrapassado” as pré-condições que rompem com os laços comunitários. Essa “ultrapassagem” ocorre distintamente com maior intensidade nas cerâmicas.

Nas concepções de mudança social os autores afirmam a “transição da tradição para a modernidade simples à modernidade reflexiva.” E para caracterizar essas sociedades os autores diferenciam:

Onde as sociedades tradicionais pressupõem estruturas comunitárias (**compreendendo estrutura no sentido de regras e recursos de Giddens**) as sociedades modernas pressupõem estruturas coletivas [...] pressupõe que os laços comunitários já estejam rompidos e que o “nós” tornou-se um conjunto de indivíduos abstratos e atomizados (grifo nosso, LASH, 1997, p.140).

Figueiredo (2011) associa o “nós” mencionado por Giddens (2003) vinculando-os aos territórios da Lagoa dos Fornos I e II, Gandu I, Chico Gomes, Rio das Pedras, Mundês compostos por um conjunto de indivíduos atomizados pela estrutura (regras e recursos) em que estão inseridos, personificados nos oleiros e ceramistas. Atomização decorre do contexto conjectural desses povoados, da estrutura burocrática, legal, e territorial e principalmente da relação de forças implícitas nas redes sociais e práticas produtivas desenvolvidas nos mesmos.

O processo de individualização é concebido teoricamente como produto da reflexividade, em meio ao qual o processo de modernização assegurado pelo Estado de Bem Estar Social, destradicionaliza as formas de vida instaladas na sociedade industrial (BECK, 2010. p. 231).

Esse processo de destradicionalização mencionado por Beck e complementado por Giddens (1997) afirma:

O fim de siécle tornou-se amplamente identificado como sentimento de desorientação e mal estar, a tal ponto que se pode conjecturar se toda essa conversa de finalizações, como o fim da modernidade – ou o fim da história – simplesmente reflete esses sentimentos [...] Modernidade x tradição: Durante a maior parte da história a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia” (GIDDENS, 1997, p.73).

Percebe-se assim uma mudança descontínua das instituições tradicionais em instituições modernas condizendo com as peculiaridades do processo de modernização e globalização. Giddens (1997, p.73) ainda acrescenta que “estamos em um período de evidente transição – e o nós aqui não se refere apenas ao Ocidente, mas ao mundo como um todo”.

A tradição entendida pelo viés da abordagem de Giddens, íntegra e temporal, pode ser

entendida como marca no tempo e pela continuidade das práticas sociais recursivamente organizadas no tempo e espaço, e também pode indicar o momento de ruptura para o moderno. Esta temática desenvolvida com mais profundidade no tópico seguinte.

## **2.4 Da Tradicionalidade à Modernidade Reflexiva: Olarias e Cerâmicas e o Parque Nacional da Serra de Itabaiana**

Processos produtivos norteados pelo sistema capitalista, as práticas das olarias são atividades caracterizadas pela simultaneidade do moderno com a particular tradicionalidade, específica dessas atividades, predominante quantitativamente nos territórios estudados.

De acordo com Giddens (1997):

A nova agenda da ciência social diz respeito a duas esferas de transformação, diretamente relacionadas [...] Por um lado, há a difusão extensiva das instituições modernas, universalizadas por meio dos processos de globalização. Por outro, mas imediatamente relacionados com a primeira, estão os processos de mudança intencional, que podem ser conectados à radicalização da modernidade. Estes são processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição (GIDDENS, 1997, p. 74).

O processo de globalização atinge de maneira contundente as práticas produtivas das cerâmicas e olarias, tendo em vista que essas unidades produtivas estão engendradas numa lógica mercadológica e capitalística. Coexistindo a tradição, que de acordo com Giddens:

[...] está de algum modo, envolvida com o controle de tempo [...] a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência, ou mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente [...] a repetição, de uma maneira que precisa ser examinada, chega a fazer o futuro voltar ao passado, enquanto também aproxima o passado para reconstruir o futuro (GIDDENS, 1997, p.80).

As olarias são geridas pelos próprios proprietários que participam de várias etapas do processo produtivo juntamente com outros membros familiares, e as cerâmicas normalmente são administradas por famílias de referência na localidade que constituídas no passado influenciam de forma preponderante as práticas do presente, como afirma Sr. José Hamilton, antigo proprietário de olaria e atual gerente de uma cerâmica:

A cerâmica iniciou foi o seguinte: alguém teve a curiosidade de visitar Itabaianinha, e chegou um cidadão e falou: - rapaz vamos juntar as famílias.

A família Higino que é tradicional no ramo do barro, aí juntaram ele para trabalhar, aí juntaram sete irmãos e venderam tudo que tinha: casa, tudo que tinha de terreno, e juntaram compraram um maquinazinho. Fraquinho de menor porte, mas compraram e foram crescendo com aquilo e o pessoal vai criando aquela visão e aí foi puxando e hoje Itabaiana está cheio de cerâmica. Queira ou não eu acho, eu acho que o material de mais qualidade dentro do Estado é o material de Itabaiana. É por que o pessoal daqui tem mais cuidado com qualidade de material, não está visando só quantidade, mas qualidade (José Hamilton dos Santos, gerente da cerâmica Santa Rosa Mista, povoado Chico Gomes).

Essa fala denuncia a influência do poder local e predominância da representatividade transgeracional de algumas famílias do município de Itabaiana e associa as práticas oleiras e ceramistas a uma tradição.

Giddens (1991, p. 44) considera “a tradição como um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade”. Em entrevista D. Joelma explica: *“a atividade de olaria é uma tradição sim, esse povoado de Rio das Pedras, é muito conhecida por causa das olarias”* (proprietária de olaria no povoado Rio das Pedras). Jackson proprietário de cerâmica corrobora com a ideia da tradicionalidade temporal da atividade e afirma: *“Com certeza, há mais ou menos uns 50 anos pra cá existe essa atividade”* (proprietário da cerâmica Sagrado Coração de Jesus, povoado Rio das Pedras). Além do tempo de existência, a prática oleira é autêntica e preserva sua integridade.

É válido destacar o caráter orgânico da tradição informado por Giddens (1997, p.81) “elas se desenvolvem e amadurecem, ou enfraquecem e ‘morrem’. Por isso, a integridade ou autenticidade de uma tradição é mais importante para defini-la do que seu tempo de existência”.

Essa caracterização é identificável nas práticas das olarias e cerâmicas do entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, referência do território, estes conhecidos pela prática dessas atividades produtivas, e integridade das atividades desenvolvidas nas olarias que persistem mesmo num contexto de competitividade emergido nos ditames capitalistas, e uma contemporaneidade caracterizada pela preponderância do uso de aparatos tecnológicos.

Na pesquisa realizada nos povoados do entorno do PARNASI, pode-se considerar os proprietários de olarias e cerâmicas sujeitos do seu próprio desenvolvimento, tendo em vista a história de vida destes. A referência comprobatória dessa afirmação se faz com a história de Seu José Antônio; ex- proprietário de olaria, que relembra a sua condição de oleiro no passado, e destaca as dificuldades de “desenformar telha com o forno ainda quente”, e das estratégias utilizadas para enfrentar as condições de trabalho de um proprietário de olaria.

As falas de seu José Antônio expressam a necessidade de dedicação "de domingo a domingo eu trabalhava, para ter produção... pois olaria é assim tem que pagar tudo depois ver o que sobra... não pode brincar". Na atualidade Seu Zé Antônio é proprietário de uma das maiores cerâmicas do povoado, a cerâmica União, e trabalha com essa atividade aproximadamente 55 anos.

A atividade existe a um longo período de tempo como afirma o oleiro "É por que aqui tem muitos anos que tem essa tradição de olaria aqui e já vem, eu nem era nem nascido aqui. Tem uma senhora que era dona dessa olaria aqui que tem mais de 70 anos e ela trabalhou 50 *anos aqui dentro*" (Valdemir, proprietário de olaria no povoado Rio das Pedras).

Essa tradicionalidade temporal e íntegra é peculiar, pois o discurso dos entrevistados expressam que o domínio técnico obedece a uma lógica transgeracional, normalmente o ofício e conhecimento relativo ao processo produtivo são transmitidos de pai para filho.

**Foi ensinei para os filhos para Jackson e Janison.** Não imaginava quando tinha a olaria ser dono de cerâmica e ensinar pros filhos eles se tornarem independentes. Não, comecei com olaria, no tempo era manual, ai eu tinha vontade de possuir uma olaria com máquina para fazer telha, até que rodou sair daqui do Rio das Pedras fui para Itabaiana comprei um terrenozinho, aí peguei o terreno troquei numa máquina, depois peguei um terreno de junto do posto Pedro branco e fui levando, depois voltei para o Marianga de novo e depois voltei para o Rio das Pedras. É rodada com negócio de olaria sempre tentando comprar uma olaria melhor né, sempre aprimorar o serviço e aprimorando, **ai sempre depois dessa olaria que possuí tinha vontade de fazer bloco pelo sistema do barro né! O barro do bloco é um barro mais fácil de se arrumar, por que o barro daqui é muito complicado, já teve até muita briga pedra.** Ai sempre pensava em fazer bloco, até que chamei meu cunhado e consegui fazer essa ceramicazinha aqui (Sr. José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União).

Porém destaca-se que a tradicionalidade transcende a organização tempo-espacial. As unidades produtivas de olarias e cerâmicas antes predominavam no bairro Marianga, zona urbana de Itabaiana, situado na parte sudeste, próximo à entrada principal do município onde por muito tempo predominaram olarias e cerâmicas. Essa atividade surgiu no bairro quando o mesmo ainda pertencia à zona rural.

Seu José Antônio atualmente proprietário de cerâmica de grande porte no povoado de Rio das Pedras relembra quando começou a atividade de olaria no bairro Marianga e destaca que a mesma remonta há aproximadamente 50 anos. Quando questionei sobre os motivos de ter saído do município de Itabaiana ele informa:

**Então na época do Ministério Público**, eu tinha minha olaria lá, a melhor olaria que eu possuí foi a de lá do Marianga, aí o prefeito botou a gente para sair com uma mão na frente outra atrás. Aí no tempo já estava trabalhando aqui e minha olaria estava arrendada para meu irmão, aí ele saiu de lá, do Marianga, depois de lá vendi o terreno, a olaria tive que arrancar (Sr. José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União).

A instalação das primeiras olarias remonta às décadas de 1950/1960, e gradualmente com o processo de modernização e implementação de máquinas no processo produtivo as atividades oleiras foram sendo suprimidas pela prática de ceramista. Atualmente as olarias sub-existem e sobrevivem.

Outro fator relevante é o desenvolvimento industrial, pressuposto que propiciou aglomerações populacionais e gradativamente a urbanização do bairro. Seu José Carlos antigo fornecedor de matéria prima para as olarias existentes no Marianga relata: “*Marianga era...* as estradas do bairro, Marianga era de barro pior do que essas aqui. Hoje marianga é uma cidade, a cidade cresceu e teve *que acabar as olarias*” (Sr. José Carlos proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos I).

As práticas de olarias e cerâmicas em sua etapa produtiva da queima liberam gases responsáveis pela poluição atmosférica. Essa configuração desencadeou na comunidade insatisfação que levou a população organizar um abaixo-assinado solicitando ao Ministério Público Estadual providências referentes a essa problemática.

A questão ambiental constitui-se assim, uma das forças desestabilizadoras da modernidade por sua capacidade de questionar, por exemplo, os Estados Nacionais e as condições estruturais de cada sociedade, já que soluções para problemas ambientais não podem ficar restritos aos limites de um único país e de suas leis. Nesse sentido, a expressão da globalização expõe dimensões comuns de diferentes partes do mundo, diferentes países, regiões de cada país e, ainda, dos diversos povoados que se interconectam diante da problemática ambiental.

Pode-se dizer, assim, que a questão ambiental insere a realidade social dos povoados estudados em um contexto maior integrando-os ao mundo contemporâneo de modo a conectar a realidade. Esse é o dinamismo típico da modernidade, que penetra a atividade social e as organizações modernas tendo a capacidade de conectar o local ao global.

Beck realiza uma reflexão interessante, referente à problemática ambiental e sua caracterização “democrática”:

É o automóvel o atual “maculador nacional” e, em decorrência, o verdadeiro “desmatador”? Ou é preciso finalmente instalar as termoelétricas, filtros de dessulfurização e de desnitrificação de qualidade e em sintonia com os padrões técnicos modernos? Ou então isto talvez de nada sirva, visto que o poluente que mata a floresta nos é trazido pelos mais diversos ventos das chaminés e canos de escape dos países vizinhos, sendo entregue, sem cobrar frete, “na porta (ou, na “árvore” de casa).”? (BECK, 2010, p.38)

Esses questionamentos implicam numa análise das imposições direcionadas as práticas das olarias e cerâmicas e incita uma investigação que explicita as relações de poder existentes, na institucionalização do PARNASI, uma UPI, que redimensiona as práticas da comunidade do seu entorno, ou as invisibiliza.

Após o abaixo-assinado foi movida uma Ação Civil Pública<sup>15</sup>, reivindicando providências em relação aos danos causados pelas atividades das olarias e cerâmicas do bairro Marianga, encaminhado ao representante do Ministério Público alegando que a fumaça e a poeira exalada pelas olarias e cerâmicas vinham causando terríveis danos à saúde das pessoas que residiam no bairro.

O Ministério Público concedeu uma liminar contra as mesmas para que parassem com suas atividades até colocarem filtros ou qualquer meio de evitar a poluição, caso contrário às unidades produtivas poderiam receber multas diárias de acordo com o processo instaurado.

Os proprietários das olarias e cerâmicas assinaram um acordo com os moradores do Bairro Marianga representados pelo Ministério Público Estadual e Curadoria do Meio Ambiente na Comarca de Itabaiana, determinando o prazo de 10 meses para que as olarias se retirassem do bairro, já que alegam que não tem condições de controlar a emissão de gases poluentes, enquanto as cerâmicas teriam seis meses para colocarem os filtros.

Referente à tradição das atividades de olaria e cerâmicas em Itabaiana autores como Kopte e Laura (1979, p.05) afirmam que “o uso do tijolo é tão antigo como a civilização”. Ainda segundo os autores “a valorização e à urbanização dos terrenos próximos as rodovias de maior tráfego, há muitas olarias em extinção. Nos levantamentos junto às prefeituras, verificamos que a média de abertura de novas olarias em lugares distantes equilibra as extintas” (KOPTE e LAURA, 1979, p.24).

A temática sobre tradição é estudada por Giddens, ampliando a análise sobre conceito:

A tradição... É uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere

<sup>15</sup>Termos da ação conforme processo N° 200052020568, 2002, p.34.

qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, por que ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes (GIDDENS, 1991, p.44).

A reinvenção é constante nas atividades das olarias e cerâmicas. Principalmente no processo produtivo, há aproximadamente oito anos a preparação do barro para fabricação da telha era realizada pelo pisoteamento, de forma artesanal, objetivando misturar o barro e o selão até o mesmo se homogeneizar. O oleiro Regivaldo relembra o processo de degradação:

É tradicionalíssima, isso aqui já tem é anos, esse buraco que tá feito aí já foi tudo barro que tiraram, é muitos anos. Eu mesmo vou ser sincero eu me lembro de quando fazia telha na mão, quando cheguei aqui já tem 25 anos aqui, por que sou de São Paulo. **Eu estou aqui há 25 anos, cheguei aqui não tinha uma máquina assim não, era tudo manual, era telha tijolo tudo na mão [...]** (Regivaldo Pereira, proprietário de olaria povoado Rio das Pedras).

Na atualidade utiliza-se a força motriz com auxílio da tração animal para realizar a mistura da argila com o selão; esse procedimento no processo produtivo das olarias configura como práticas recursivamente organizadas que pode ser identificada como tradição. O ofício de “pelejar com barro” obedece a uma lógica transgeracional como explicitado anteriormente e a técnica empregada transforma-se com o tempo, porém é comprimida no espaço.

Além desse aspecto, percebe-se a dinâmica na reinvenção dessas práticas transformadas ao longo do tempo via processo de mecanização, implicando diretamente na tradição:

A diferença é grande! Quando eu comecei com olaria, eu comecei com minha primeira olaria eu tinha 17 anos, eu levantava todo dia 2 horas da manhã **ia para dentro de uma loca de barro e trabalhava os 06 dias na semana, e às vezes no domingo até 09 ou 10 horas ainda trabalhava, para tentar ir equilibrando.** Minha olaria para você ter ideia, olaria antigamente tinha 2, 3, 4,5 funcionários. **A minha comecei eu sozinho e Deus,** depois eu coloquei um colega meu para trabalhar e lancear telha e tijolinho, mas eu fazia telha, fazia o tijolinho levantava o material a tirava telha de grade, era eu que ia buscar barro no barreiro, comprei uma carrocinha velha que não tinha condição de pagar, era eu que ia buscar o barro no barreiro, encher o aloque, era complicado de 2 horas da manhã até cinco ou 6 da noite eu estava trabalhando, mas venci na vida. **Pegava o barro perto da mangabeira, era mais perto os de lá, uns 35 anos atrás o barro era mais perto, ai pegava mais do lado de Baixa fria, Mangabeira, essa região aí** (José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União).

As mudanças no desenvolvimento das atividades são propiciadas pelo domínio informacional adquirido pelos proprietários das olarias e cerâmicas e pelos avanços nas técnicas produtivas, que perpassam o tempo cronológico. Inicialmente a utilização da força manual no espaço-tempo, é gradualmente substituída pela força motriz, percebe-se uma reinvenção das etapas do processo produtivo.

De acordo com Giddens (1991.p.45) pode-se associar que essas transformações expressam a reflexividade da vida social moderna e esta consiste “no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter, [...] todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas”.

Nesse sentido, associar essas concepções às práticas socioeconômicas das olarias e cerâmicas, implica em explicitar as características do processo produtivo e organizacional dessas unidades produtivas, as inovações tecnológicas que contribuem com a produtividade e sua postura diante da implantação de uma UC (unidade de conservação) de proteção integral como o Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Esse contexto propicia uma reinvenção reflexiva das práticas produtivas, tendo em vista que a institucionalização do parque traz implícito um conjunto de regras regulamentadoras definidas pelo SNUC (2000).

O conhecimento obtido pelos oleiros e ceramistas a respeito das práticas com atividades de olarias e cerâmicas contribui de forma contundente para a estruturação das formas de vida social peculiares nos territórios estudados. Ressalta-se que o exame das práticas sociais é realizado constantemente e influenciado pela experiência dos outros atores sociais que trabalham há mais tempo com atividade oleira ou ceramista como explica um dos sócios da cerâmica.

**Não aqui mesmo a gente procura mais pegar mais informação ajuda daqueles que é mais antigo experiente no serviço, eles ajudam principalmente com o conhecimento que a gente tem, pois desde quando nasceu praticamente foi dentro de olaria, pelejando com barro, até o estudo que a gente tem é pouco por causa do trabalho, pois a dificuldade da mãe era muita então tinha que trabalhar para ajudar dentro de casa ( Sr. José Augusto, ex- proprietário de olaria do bairro Marianga, hoje sócio de uma cerâmica no Gandu I).**

Destaca-se nos relatos dos ceramistas, referência a algumas providências implementadas para colaborar com a minimização dos efeitos da poluição, justificando qual a finalidade dos filtros:

[...] eles medem a poluição, estava normal, mas muita olaria não deu certo, acho que Agamenon fez uns três ou quatro. **Mas esse filtro só serve para cidade, porque na cidade queimando o forno ele solta um carvãozinho tipo uma pelezinha e ela voa longe**, só que na verdade aqui não tem nada haver, não tem muita casa perto, então esse pedaço de carvão voa e cai em cima do barro e pronto (José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União).

Já outro ceramista afirma os benefícios de implementação do filtro que pode ser associada às transformações do ambiente natural, e afirma:

**Eu para mim o filtro foi bom, por que nós tinha aqui e esse pé de planta, era pequeno e não crescia** devido à poluição e a fumaça também que vem mais quente”. Esse pozinho é poluente mesmo, para mim foi uma coisa boa. Só que o negocio é que a ADEMA faz o **projeto e não tem um especialista naquilo para dizer é assim e assim** (Genilson, sócio proprietário da Cerâmica povoado Chico Gomes).

Essa reflexão permite afirmar que alguns dos sujeitos da pesquisa percebem a dimensão da problemática ambiental, mesmo concebendo o ambiente natural como o único a ser preservado, renegando outros preceitos essenciais para compreensão da dinâmica e complexidade da questão ambiental, na conjuntura da modernidade.

Diante do exposto se faz necessário evidenciar a natureza das sociedades modernas, o que segundo Giddens “ao explicar a natureza das sociedades modernas temos que capturar características específicas do estado-nação um tipo de comunidade social que contrasta de maneira radical com os estados pré-modernos” (1991, p.22).

Nesse caráter, Giddens (1991) acrescenta que a separação tempo-espacial é crucial para o dinamismo da modernidade. A sua formação em dimensões padronizadas “vazias” penetra as conexões entre a atividade social e seus “encaixes” nas particularidades dos contextos de presença. As “instituições desencaixadas” dilatam amplamente o escopo do distanciamento do tempo espaço. “Este fenômeno serve para múltiplas possibilidades de mudança liberando-se das restrições, dos hábitos e das práticas locais” (GIDDENS, 1991, p.28).

Nesse sentido, faz-se necessário discorrer sobre como a modernidade reflexiva se expressa na realidade empírica estudada, já que as questões ambientais inserem algumas práticas nessa conjuntura moderna.

## 2.5 A reflexividade nas práticas oleiras e ceramistas no entorno do PARNASI.

Os questionamentos de Beck e Giddens sobre a modernidade permite analisar as consequências da reflexão da modernidade sobre si mesma. Lash et al (1997) define o conceito da reflexividade estrutural, “em que a ação, libertada das restrições da estrutura social reflete as “regras” e os “recursos” dessa estrutura; reflete-se nas condições sociais da existência, há uma auto reflexividade em que a ação reflete a si mesma” (LASH et al, 1997, p.141).

A ação descrita abaixo pelo ceramista propõe uma libertação da ação diante da estrutura social na qual está inserida, estrutura entendida como regras e recursos, predominantes no contexto das atividades produtivas de olaria e cerâmica.

Eu já trabalhei clandestino. **Eu estou dentro dessa história, muitas vezes saía daqui para Aracaju num caminhão sem nota, e conseguia chegar lá né. E muitas vezes não conseguia.** Ih! ... Quando vinham me pegar eu já tinha passado cinco ou dez vezes, então uma coisa, no dia que tomava a multa! Oh porque essa multa? Mas na verdade tinha que aceitar, por que aquela multa ali eu já passei tantas...(José Hamilton gerente da cerâmica Santa Rosa Mista, povoado Chico Gomes).

Para Giddens essa reflexividade da modernidade envolve uma mudança nas relações de confiança [...] uma questão de confiança nos sistemas especialistas, como já explicado anteriormente. De acordo com essas ideias, Lash “assegura que a possibilidade de ocorrer a reflexividade pode ser através da mediação dos sistemas especialistas ou contra a natureza desses mesmos sistemas” (1997, p.142).

O Lash (1997, p.142) complementa: “para Giddens, a reflexividade na modernidade ocorre por intermédio de uma “hermenêutica dupla”<sup>16</sup>, em que (embora o primeiro meio de interpretação seja o agente social) o segundo meio de interpretação é o sistema especialista”.

[...] na modernidade tardia, uma proporção crescente da população tem acesso- de uma forma mais ou menos diluída- a conceitos sociológicos como um meio hermenêutico de reflexão – e potencialmente como um ímpeto para a mudança social – nas regras e nos recursos da estrutura social. Para Giddens, a auto reflexividade, ou a auto-organização das narrativas de vida, ocorre em contra distinção, por intermédio de sistemas especialistas, como a psicologia e psicanálise. Para Giddens, a reflexividade na modernidade envolve uma mudança nas relações de confiança, de tal forma que a confiança não é mais uma questão de envolvimento face a face, mas, em vez

<sup>16</sup> Conforme Giddens (2003, p.441), a interseção de duas redes de significado como parte logicamente necessária da ciência social, o mundo social significativo constituído por atores leigos e as metalinguagens inventadas por cientistas sociais; há uma “oscilação” constante de uma rede para outra envolvida na prática das ciências sociais.

disso, uma questão de confiança nos sistemas especialistas (LASH, 1997, p.142).

A regulamentação das práticas produtivas normalmente recorre à confiança em sistemas especialistas personificados em contadores, administradores ou advogados, que possuem o domínio informacional da ciência jurídica, contábil ou administrativa.

Como afirma o proprietário de olaria *“Se eu precisar de um advogado vou ter que contratar, não tem, não existe uma associação não ter um advogado?”* (José Antônio, sócio proprietário da Cerâmica União povoado Rio das Pedras). Configura-se um meio de interpretação da ação social e das práticas analisadas, assim pode-se afirmar que a reflexividade observável na realidade empírica analisada se expressa na confiança depositada pelos gestores de cerâmicas ou proprietários de olarias nos sistemas especialistas. Lash (1997) discute sobre os sistemas especialistas e informa:

[...] eles se referem ao mesmo tempo às práticas dos chamados profissionais e de outros especialistas; tem um forte aspecto institucional; podem também se referir à especialização objetivada em máquinas, como aeroplanos e computadores, ou em outros sistemas objetivos, como os mecanismos monetários (LASH, 1997, p.144).

Nas práticas das diversas funções existentes no processo produtivo de uma cerâmica, percebemos que existe um profissional com capacidade técnica e domínio informacional para operacionalizar máquinas específicas, como informa o proprietário de uma das cerâmicas pesquisadas:

A gente tem um funcionário aí que comanda o maquinário todo, só um só os outros só trabalha nas partes que enfrenta o maquinário ligado, e ele que comanda o maquinário todo. Ele domina isso sim; rapaz para cerâmica é difícil encontrar um que domina o conhecimento, não é todo mundo não. Com certeza, a informação é a principal coisa, por que se agente tem informação de uma pessoa que estava trabalhando de um jeito e estava se dando mal e fez tal coisa que melhorou agente já vai começar a fazer. A informação com relação à legislação também é importante, pois quando eles chegarem agente já tá... Vamos dizer ele vai fiscalizar uma coisa achando que tá errado quando ele chegar está tudo certo ele vai é parabenizar a gente que no caso esta trabalhando certinho. Por que agente teve informação de como era que tinha que fazer e passou a fazer do jeito que ele queria (Jackson, proprietário da cerâmica Sagrado Coração de Jesus, povoado Rio das Pedras).

Lash destaca que *“a intensidade do conhecimento envolve necessariamente a reflexividade. E envolve a auto reflexividade, pois o monitoramento heterônomo dos*

trabalhadores por regras é substituído pelo auto monitoramento”. (LASH, 1997, p.146); nesse sentido o auto monitoramento é realizado pela prática recursiva dos atores envolvidos no processo produtivo, estes identificados nas cerâmicas como o controlador de máquina.

Isso envolve e implica na “Reflexividade Estrutural”, pois o fato das regras e os recursos (estes últimos, incluindo os meios de produção) do chão de fábrica (Shap floor) não mais controlarem os trabalhadores torna-se o objeto de reflexão da ação. Isto é, os agentes podem reformular e usar regras recursos em uma variedade de combinações para cronicamente, inovar (Idem, p.146).

Um rapaz me falou recorra, **aí eu escrevi num papel, o que estava sentindo na vida e fui atrás de advogado e ninguém quis pegar, quando fala negócio de IBAMA...** Aí o cara me instruiu... Sentei na rua da frente lá mesmo e escrevi tudo que estava sentindo na vida e tal,... Eu não tinha essa estrutura, não tinha de jeito nenhum. Só sei que entreguei para mulher lá e quando veio foi à carta; você ganhou, mas você tem que comparecer na juíza, e eu fomos ela queria que eu pagasse salário mínimo na época era 400,00(Sr. Regivaldo, proprietário de olaria povoado Rio das Pedras).

O processo de inovação nas práticas dos gestores das cerâmicas e de algumas olarias é presenciado. As informações do ceramista evidenciam uma estratégia de reformulação no enfrentamento da ação regulamentadora do IBAMA e numa ação de enfrentamento das regras utilizando-se dos recursos disponíveis. Com a inovação peculiar e pessoal, o oleiro é auxiliado pela capacidade técnica, de forma aparentemente impensada e obteve um resultado satisfatório.

Destacando a regra social, condizente com Giddens (2003, p. 27) que afirma: “as leis, é claro, estão entre os tipos mais fortemente sancionados de regras sociais, e nas sociedades modernas elas têm gradações formalmente descritas de retribuição”.

Outra especificidade na prática oleira é a combinação do instrumento de produção da lenha. Esta é utilizada na produção das telhas e tijolinhos de forma estratégica, onde os oleiros combinam lenha legalizada e proibida pela legislação ambiental configurando uma forma de baratear o custo e de enfrentar as regulamentações legais, esse exemplo pode ser caracterizado como uma reflexividade da ação diante da estrutura.

É assim né a lenha vem do sertão, da caatinga, a gente compra por aqui mesmo alguém que roça uma roça uma coisa, a gente compra uma jurema, fruteira, cajueiro e mangueira e vai misturando né vai queimando. Por que minha filha se for **comprar eucalipto também que é bom para queimar, mas é muito caro, mais de R\$1.000,00 reais R\$1.500,00 por carrada que é muito grande. Os donos de cerâmica que podem.** Eles compram dessa lenha

algaroba para queimar, **mas a gente que é dona de olaria não pode queimar com essa lenha que é muito caro.** E agente vai se virando assim mulher assim mesmo (Sra. Joelma, proprietária de olaria povoado Mundês).

Vem da Bahia, é muito caro e pra gente dono de olaria fica difícil por que não compensa queimar não. Aí a gente fica queimando fruteira, cajueiro, mangueira, e essa fruteira vem de onde? Daqui mesmo da região, por perto o povo vão cortando no sítio para plantar, fazer plantação ai vai comprando, de vez quando compra uma algaroba da BA para ir misturando. Se a gente pudesse comprava pinho e eucalipto mais é muito caro. Não tem condições, nós comprar uma carrada de eucalipto, nem que trabalhe o mês todo para pagar. É de 2500,00 a 3000,00 a carrada (Adeilson, proprietário de olaria povoado Rio das Pedras).

Destaca-se que a reinvenção das práticas produtivas dos oleiros e em certa medida dos ceramistas é realizada sob o julgo da legislação ambiental e das imprevisibilidades dessa ação diante do contexto onde estão inseridos, que implicam em risco os seus próprios negócios.

Lash (1997) questiona que essa reflexividade pode estar em alguns locais e em outros não “podemos encontrar no setor de softwares, produção de computadores”, porém ele interroga o quanto a criação pós-fordista que origina milhões de subempregos, de empregos fabris de nível inferior. (p. 146, 1997). Nas olarias podemos caracterizar a mão de obra empregada como subempregos, tendo em vista que os funcionários trabalham sem EPIs, com desvalorização da mão de obra, sem seguridade da previdência social, na informalidade desprovidos dos direitos trabalhistas.

É valido ressaltar que a mão de obra que predomina nas olarias é feminina, caracterizadas por uma precarização do trabalho<sup>17</sup>, e explicitando uma questão de gênero, isso torna evidentes as disparidades persistentes no mundo do trabalho, onde o feminino continua com baixa remuneração, ocupando cargos que demandam pouca capacidade técnica, como no caso específico das olarias. A função desempenhada pelas mulheres é lancear telha (Figura 22), e colocar nas grades (Figura 23), desprovidas de qualquer equipamento de proteção.

<sup>17</sup> Com relação ao tema da precarização do trabalho ver Ricardo Antunes (2006).



Figura 22 – Lanceamento de telhas, etapa inicial do processo produtivo.  
Fonte: FIGUEIREDO, 2011 pesquisa de campo.

O lançar é uma etapa muito importante na produção das telhas, o cuidado no momento de retirada do lanceador determina a qualidade da produção, complementada pelo controle na hora da queima. Este define a cor ,a resistência e a qualidade das telhas produzidas, como informa Sr. José Hamilton: “O forno, por que é onde vem à responsabilidade do material sair bom, precisa de um bom queimador”. Confirmadas pelo gestor da Cerâmica União Janison: “Eu acho que é a queima se não ficar certinho, vai gerar um problema sério, se não queimar certinho vai ter que queimar de novo”.



Figura 23 – Mulheres transportando telhas para as grades, local de secagem. Fonte: FIGUEIRÊDO, 2011, pesquisa de campo.

Nas entrevistas os oleiros e ceramistas justificam esse fenômeno:

Como eu falei os **adultos mesmo não quer, aí quando você arruma é mulher ou de menor, você pode rodar essas olarias aí tudo pode vim pela manhã, você pode olhar que é quase tudo mulher, é nas olarias tudo, não é só aqui não, pode olhar é quatro, cinco mulheres e dois, quatro homens.** Rapaz o que mais trabalha aqui é mulher aí tem a mulher que tem criança, aí elas trabalham aqui meio expediente, e trabalham aqui até meio dia já por causa disso mesmo. Não pode trabalhar o dia todo por que não tem trabalhador aí nós trabalha com as mulheres de manhã até meio dia e de meio dia pra tarde elas estão com as crianças, aí vem nesse balança mais não cai o tempo todo. Por que homem não quer trabalhar não, os únicos que quer aprender a trabalhar são menores de idade. Aí os de menor a justiça não deixa e os adultos só que fumar maconha, e ficar para cima e para baixo e tomar cachaça. Pode reparar só tem aqueles dois homens aqui que trabalham mais eu. Agora o resto é tudo mulher, tem sete mulheres trabalhando aqui (Adeilson Tavares dos Santos, proprietário de olaria povoado Rio das Pedras).

Ainda de acordo com Lash (1997) é essencial atentar-se para os “perdedores da reflexividade”, categoria importante e aplicável em nossa análise. Nesse estudo específico as olarias localizadas no entorno do PARNASI caracterizam-se como perdedores da reflexividade, considerando obviamente as condições estruturais dessa reflexividade e as dimensões institucionais da modernidade.

A circunstância e a caracterização das olarias enquanto perdedores da reflexividade podem ser associados aos processos de certa “mentalidade costumeira” que impede ou inviabiliza a mudança preponderando a tradicionalidade ou incapacidade de adaptar-se por impossibilidades econômicas, sócio cultural ou no domínio informacional.

Para afirmar que os “vencedores da reflexividade” na realidade estudada são as unidades produtivas das cerâmicas, fundamentamo-nos na premissa de que essas unidades produtivas são detentoras de informação e capital econômico, pressupostos essenciais no enfrentamento da legislação ambiental e trabalhista. Como afirma o ceramista:

Não fizeram assim com os povos da cerâmica que tinha esse barreira encostado no pé da serra, **por que eles que tinham barreiros e transportavam para gente, com os pequenos não por que os pequenos não tinham terreno.** Os terrenos não eram da gente, eles compravam os terrenos e tirava o barro né ai foi fechado os terrenos que eles não podem tirar mais barro (Sr. José Augusto, sócio proprietário de cerâmica no Gandu I).

Não aqui mesmo a gente procura mais pega mais informação ajuda daqueles que tem mais antigo, experiente no serviço, eles ajudam principalmente com o conhecimento que a gente tem, pois desde quando nasceu praticamente foi dentro de olaria, **pelejando com barro, até o estudo que a gente tem é pouco por causa do trabalho**, pois a dificuldade da mãe era muita então tinha que trabalhar para ajudar dentro de casa (Sr. José Augusto sócio proprietário de cerâmica no Gandu I).

Lash (1997, p.147) menciona enfaticamente que na modernidade reflexiva, as oportunidades de vida são uma questão de acesso, “não ao capital produtivo ou as estruturas da produção, mas em vez disso, do acesso e do lugar nas novas estruturas de informação e comunicação”. Um dos proprietários de cerâmica ressalta, quando inquirido, sobre o domínio de informação que: “facilita por que eles dizem o que quer”... E a gente tem que fazer hoje para você ter um poço artesiano aqui você tem que pagar a ADEMA pela abertura do poço, um poço que dá 400 l/h, um poço de 60 metros ( José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União).

Outro proprietário de cerâmica complementa esta ideia sobre a importância da informação no enfrentamento das exigências legais:

Com certeza, a informação é a principal coisa, por que se a gente tem informação de uma pessoa que estava trabalhando de um jeito e tava se dando mal e fez tal coisa que melhorou a gente já vai começar a fazer. **A informação com relação à legislação também é importante, pois quando eles** chegarem à gente já tá... Vamos dizer, ele vai fiscalizar uma coisa achando que tá errado quando ele chegar está tudo certo ele vai é parabenizar a gente que no caso tá trabalhando certinho. Por que a gente teve informação de como era que tinha que fazer e passou a fazer do jeito que ele queria (Jackson, proprietário da cerâmica Sagrado Coração de Jesus, povoado Rio das Pedras).

Quando o entrevistado menciona “eles”, refere-se aos órgãos fiscalizadores como IBAMA, Ministério do Trabalho, Ministério Público e ADEMA, dentro desse contexto percebe-se que decorre uma desigualdade de acesso a premissas do capitalismo informacional. Nesse sentido Lash (1997) destaca:

[...] as desigualdades sistemáticas do capitalismo informacional globalizado, assim como as desigualdades sistemáticas entre as nações centrais e periféricas, devemos, acredito eu, considerar as condições estruturais da reflexividade “[...] e complementa a reflexividade e a desigualdade das “oportunidades reflexivas” devem ter por condição de existência um conjunto inter-articulado de estruturas não sociais (LASH, 1997, p. 147)”.

Portanto, o que, na verdade, sustenta a reflexividade e as desigualdades na modernidade,

[...] não são nem as estruturas sociais (econômicas, políticas e ideológicas) do marxismo nem as estruturas sociais (normativamente regulamentadas e institucionais) do funcionalismo parsonsiano, mas, ao contrário, um entrelaçamento articulado de redes globais e locais de estruturas de informação e comunicação (LASH, 1997, p. 147).

Sendo assim pode-se confirmar que as olarias se constituem como as perdedoras da reflexividade em virtude da especificidade e algumas características como: gestores desinformados falta de domínio informacional, não mecanização no seu processo produtivo, incapacidade técnica, precarização da mão de obra, e presença do padrão fordista nas diversas etapas do processo produtivo, caracterizado pela repetição exaustiva do mesmo movimento, principalmente na fabricação de telha e tijolinho.

De acordo, com essas ideias os relatos de uma proprietária de olaria dizem o seguinte: “Eu acho que a pessoa sabendo mais facilita mais um pouco, e eu não tenho acesso a esses negócios eu quase não estudei nem nada, não tenho muito conhecimento desses negócios assim, não entendo muito (D. Joelma, *proprietária de olaria no povoado Rio das Pedras*).”

Enquanto nas cerâmicas o domínio técnico de algumas informações constituem pressupostos fundamentais no desenvolvimento da atividade produtiva, a mão de obra masculina compõe 90% do quadro funcional das cerâmicas estudadas diferenciando-se da mão de obra presenciada nas olarias que é feminina e o domínio informacional é restrito e limitam-se as informações adquiridas aleatoriamente.

A justificativa dos ceramistas em relação à preferência da mão de obra masculina fundamenta-se na capacidade física masculina, e qualificação profissional para manipular as máquinas utilizadas na produção dos blocos. Como ressalta o ceramista: “mas o serviço é pesado, como gradear bloco, mas geralmente ver mulher nas olarias, e por que olaria também é mais familiar e aqui não é mais peão (José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União, povoado Rio das Pedras)”.

Nesse sentido, o auxílio daqueles que detém a capacidade técnica e domínio dos sistemas especialistas (advogados, contador, administrador, técnico em segurança do trabalho) subsidiam os ceramistas no enfrentamento dos parâmetros legais.

Sendo assim, as cerâmicas por possuírem domínio informacional e poder econômico se enquadram pelo acesso as chamadas novas estruturas de informação e comunicação e conseqüentemente constituem os vencedores da reflexividade.

Giddens (1991) ao enfatizar sua teorização nos informa que “a reflexividade envolve mudanças nas relações de confiança”; está direcionada aos sistemas especialistas, ou sistemas de excelência técnica. Beck (2010) complementa a discussão sobre reflexividade do processo de modernização e afirma que também pode ser explicada com base no exemplo das condições de produção de riqueza e de risco: somente quando o processo de modernização destradiciona seus fundamentos sócio industriais é que se fragiliza o monismo com o qual o pensamento em categorias da sociedade industrial subordina a distribuição de riscos à lógica da distribuição de riquezas.

Diante das concepções sobre modernização, segue o diálogo sobre as instituições modernas e o processo de globalização.

## **2.6- Modernização, instituições modernas e globalização.**

A explicação da visão de Giddens sobre a globalização implica em examinar suas ideias sobre o processo de modernização, isto acontece em virtude da afirmação de que, “as sementes da globalização são plantadas pelos processos de modernização”.

Giddens não concebe a modernização como representante do começo de uma nova era ou época da humanidade. A globalização é uma continuação de tendências postas em movimento pelo processo de modernização que teve início na Europa do século XVIII, essa modernização substituiu as formas de sociedades tradicionais que eram baseadas na agricultura.

Segundo Giddens (1991), o processo de modernização influenciou em quatro grandes grupos de “complexos institucionais da modernidade”. Estes quatro que formam a base do processo de modernização são: poder administrativo, poder militar, capitalismo e industrialização.

O poder administrativo se refere ao crescimento e ao desenvolvimento do Estado-nação. Esta nova forma de Estado é baseada em formas burocráticas e racionais de administração de sua população, lei e ordem caracterizando um estado secular. Tal “Racionalização Administrativa” permite, como afirma Giddens, o desenvolvimento de um Estado envolvido na sua sobrevivência e na de outras populações até então desconhecidas.

Para melhor apresentação das dimensões institucionais da modernidade, a Figura 24, a seguir, explicita essa multidimensionalidade:

Figura 24 - Dimensões institucionais da Modernidade (Giddens, 1991,65).



De acordo com Spaargaren & Mol (2003), a multidimensionalidade da modernidade no âmbito das instituições, representa que cada um dos elementos especificados por várias tradições desempenha algum papel: o capitalismo e a industrialização expressam as novas formas de produção baseadas e centradas na produção fabríco- industrial. Igualmente às novas formas de cálculo econômico como o lucro, tornaram dominantes na economia moderna, substituindo as formas tradicionais de produção baseadas primariamente na agricultura.

A dimensão do industrialismo presente de forma expressiva nas práticas das olarias e cerâmicas é corroborada nas afirmações do antigo proprietário de uma olaria e atual sócio de uma cerâmica,

**[...] ganha dinheiro com olaria, por que nós faz 20.000 telhas por semana ou 18.000 nós não ganha o que você ganha, mas eu disse eu faço 25.000 e vocês vendem mais caro e espera o comprador para vender, e eu vendo a minha, desenfornou já tenho para onde levar, já tenho o cliente né para entregar em Aracaju e fica mais fácil, aquele dinheiro você não vai ter que ter fundo de caixa muito de uma semana para outra, por que você queima o material e você tem para onde vender, é melhor por que você produz mais, pois hoje tudo... O lucro é pouquinho, quanto mais você produz melhora o lucro né. Ai sempre o jogo de cintura foi esse, tentar produzir mais, já que o lucro era pouco e para ganhar mais um pouquinho (Sr. José Antônio, sócio proprietário da Cerâmica União).**

O papel da dimensão institucional do industrialismo é preponderante nas atividades analisadas, ponderando que a viabilização do processo produtivo necessita de interferência e utilização direta dos recursos naturais. Concebendo a ideia de estrutura definida por Giddens (2003) esta como regra e recurso, a natureza pode ser vista como recurso caracterizado como matéria prima para as atividades produtivas.

Giddens complementa “[...] a modernidade é multidimensional no âmbito das instituições, e cada um dos elementos especificados por estas várias tradições representam algum papel” (1991, p.21). Porém, a dinâmica das instituições modernas na análise das olarias

e cerâmicas, e a realidade dos povoados do entorno do PARNASI é expressiva diante das peculiaridades desses territórios.

Constata-se que dentre essas dimensões o industrialismo é evidente nas práticas das olarias e cerâmicas. Além disso, a recursividade da relação unidades produtivas no meio ambiente (área do PARNASI) implica na transformação do ambiente natural via ação dessas unidades produtivas. Essas transformações do ambiente são perceptíveis mediante apropriação dos recursos naturais (Figura 6 e 7) oriundos da área compreendida no PARNASI e territórios localizados nas proximidades.



Figura 25 – Argila, matéria prima utilizada na fabricação de blocos, telhas e tijolinhos.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 13/07/2011.

Ainda no processo produtivo é utilizado o selão, necessário para o processo de fabricação da telha e do bloco, porém de mais difícil acesso, e com características particulares, como caracteriza a Figura 25, 26 e 27.

Esse impacto ambiental da extração da argila é o mais evidente somado a poluição atmosférica advinda da combustão de energias fósseis. A esse respeito Carneiro (2005, p.28) afirma: essas condições naturais são, em “geral tomada pela produção de mercadorias como dadas, na medida em que seu provimento, necessariamente regular e contínuo, não pode ser assegurado apenas pelo funcionamento “espontâneo” do jogo da rentabilidade praticada no mercado”.



Figura 26- Selão sendo colocado na máquina para fabricação da telha.

Fonte: FIGUEIRÊDO, 2011, pesquisa de campo.



Figura 27- Selão estocado, sendo retirado para utilização no processo de fabricação da telha.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo.

No que se referem às dimensões do capitalismo, estas são percebidas na reorganização das formas produtivas, na tradicionalidade das olarias, atividades fundamentalmente estruturadas na manufatura que são sobrepostas pela competitividade das cerâmicas, estas por sua vez se caracterizam por alta produtividade e pela apropriação dos recursos autoritários.

Segundo Giddens (2003, p. 443) recursos autoritários “são recursos materiais envolvidos na geração de poder, incluindo o ambiente natural e artefatos físicos, eles derivam do domínio humano sobre a natureza”. O domínio destes facilita o cumprimento das exigências jurídicas determinadas pela legislação ambiental e as leis mercadológicas norteadas pelos ditames do capitalismo.

Associar essas duas dimensões ao processo de degradação ambiental moderno é imprescindível na realização desse estudo, tendo em vista o eixo central da modernidade, é a conjectura enfocada nesta análise.

Ainda de acordo com Giddens (2003, p.21), “reconhecer que as condições ambientais da sociedade moderna dependem muito dos sistemas tecnológicos dessa sociedade pressupõe que os ambientes já não representam simplesmente limites ao que podemos fazer, mas que estão cada vez mais impregnados do que fazemos”.

A tecnologia empregada na produção de telhas, blocos ou tijolinhos implica numa relação direta com os impactos ambientais, ou seja, a impregnação no meio natural é explícita. Tendo em vista a relação homem/natureza e a práxis, numa concepção marxista, visível nas relações de trabalho e de produção que se estabelecem pela apropriação dos recursos naturais. Destaca-se que estes recursos na atualidade são considerados como finitos e não renováveis e desencadeiam alguns questionamentos. Essa concepção é corroborada pelo discurso de um ceramista:

**Rapaz qualquer atividade acho que agride o meio ambiente, qualquer uma.** A não ser os que cuida do meio ambiente qualquer uma, qualquer atividade não só no Estado no mundo agride o meio ambiente. Não tem como você produzir, vamos dizer uma coisa que você precisa da matéria prima para não agredir o meio ambiente, eu acho né em minha opinião, não tem como. **Como tem as pedreiras, tem a Vale do Rio Doce, ali não tem como não agredir o meio ambiente se você esta explorando uma serra que tem ouro, e tudo e não tem como não agredir, mas tem certas atividades que é mais visada que agride mais o meio ambiente.** A gente agride mais a parte de barro né, em relação à lenha não que esta usando agora lenha de reflorestamento né, só **em questão de matéria prima** (Jackson, proprietário da cerâmica Sagrado Coração de Jesus, povoado Rio das Pedras).

Os modos de vida atuais e as formas produtivas existentes necessariamente se utilizam dos recursos naturais para desenvolver suas atividades. Intensificada desde o processo de industrialização, a apropriação do homem pela natureza é retratada, tanto no desenvolvimento do processo histórico, no mundo do trabalho, quanto numa abordagem filosófica, remetida ao cartesianismo, que separa sujeito/objeto. Além disso, o discurso supracitado remete à análise dos recursos autoritários essenciais nas práticas dos ceramistas, principalmente referindo-se a obtenção de matéria-prima e o domínio sobre áreas estratégicas, que implicam em poder.

É inevitável trazer à reflexão de Pimbert e Pretz (2000, p. 185) que afirmam “todos os atores, especialmente aqueles com envolvimento e interesses sociais e econômicos diretos, tem uma perspectiva diferente sobre o problema e o que consiste numa melhoria nas condições de vida”.

Realmente como afirma o proprietário da cerâmica, diversas atividades ao serem desenvolvidas necessitam de apropriação dos recursos naturais como matéria-prima, entretanto na conjuntura atual por conta da dimensão da problemática ambiental existem atividades mais “*visadas*”, ou melhor, fiscalizadas, em virtude da degradação mais evidente e direta.

As dimensões institucionais da modernidade permitem caracterizá-la com um dinamismo, que segundo Giddens (1991, p.25) “deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo-espacial preciso da vida social, o desencaixe dos sistemas sociais” esse processo de desencaixe tempo-espacial<sup>18</sup> provoca uma reordenação e ordenação reflexiva das relações sociais.

Assim pode-se afirmar que teoria da modernidade é tanto dinâmica quanto histórica. Giddens (1991, p.28) usa a ideia de uma dialética com a qual expressa esse dinamismo, para a maior parte da sua aproximação dialética que está centrada sobre o seu “conceito de “desencaixe do espaço-tempo”; por desencaixe me refiro ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas no tempo-espaço”.

Esse é o conceito central, o qual Giddens usa para explicar o movimento histórico de sociedades tradicionais a modernas e o papel desempenhado pela globalização na aceleração do movimento começado com o processo de modernização. Decorre daí um processo de descontinuidade da organização social e das instituições modernas. Giddens identifica:

---

<sup>18</sup> Giddens define também como ‘desalojamento do sistema social’, isso implica numa compreensão tempo espacial e de surgimento de outras dimensões da realidade como a “virtualidade” e ocasiona uma compressão tempo-espacial.

[...] as descontinuidades da modernidade associado ao ritmo de mudança, ao escopo objetivo de mudança, e a natureza intrínseca das instituições modernas, a exemplo do sistema político do Estado-nação, e dependência da produção de fontes de energia inanimados e transformação em mercadoria de produtos-trabalho assalariado [...] (GIDDENS, 1991, p.16).

Ainda de acordo com Giddens, (1991) na modernidade, a classe trabalhadora e a produção de bens fabricados transformam-se em um momento crucial, ainda que subordinados a rotatividade da produção de bens informacionais.

Uma peculiaridade da modernidade é a reflexividade onde há acumulação de capital ao mesmo tempo de acumulação de informação, “assim os meios de produção, como capital constante fixo e capital constante circulante, são informalizadas, o capital variável como poder e trabalho, e mercadorias produzidas assumem uma proporção cada vez mais do conteúdo informacional”. (GIDDENS, 2003, p.157).

O reconhecimento da necessidade de informação pelos oleiros é confirmado nessas afirmativas:

Não aqui mesmo a gente procura mais pegar mais informação ajuda daqueles que tem mais antigo experiente no serviço, eles ajudam principalmente com o conhecimento que a gente tem, pois desde quando nasceu praticamente foi dentro de olaria, pelejando com barro, até o estudo que agente tem é pouco por causa do trabalho, pois a dificuldade da mãe era muita então tinha que trabalhar para ajudar dentro de casa (Sr. José Augusto, sócio proprietário de cerâmica povoado Gandu I).

O conteúdo informacional é compartilhado entre os gestores das olarias e cerâmicas, e empregado no processo produtivo. Condizendo com características da modernidade, esse conteúdo é permeado pelo capital informacional e presente nas práticas e desenvolvimento dessas atividades que assume uma reflexividade pela rotatividade dos “bens informacionais”.

O que presenciamos na contemporaneidade “*não são fenômenos naturais*”, o desenvolvimento das sociedades modernas sem levar em conta consequências negativas da globalização ou riscos trazidos para a vida social do indivíduo concretizou o mundo atual. A intervenção do homem junto ao meio ambiente provocou alterações que impossibilitam sua compreensão como faziam as comunidades pré-modernas, ou seja, os fenômenos são “fabricados” originam uma perda de “previsibilidade”.

Nas culturas tradicionais, a confiança estava diretamente ligada às tradições do

passado que possibilitaram a manutenção da sobrevivência; na modernidade, a confiança, que promove o bem-estar social, está depositado nas instituições modernas, e cabe aos sistemas peritos<sup>19</sup> mencionados anteriormente, promover a reflexividade (teórica e empírica) do conhecimento sistemático sobre a vida social, tendo como base a renovação constante das informações e a crítica ao modelo socioeconômico estruturado.

Essa transformação é refletida no discurso de Giddens (1991) que assegura que as mudanças que marcaram o contexto social durante a modernidade até o final do século XX não geraram uma ruptura que justificasse a transição para a pós-modernidade. O que visualizamos durante todo o século XX foram consequências das grandes mudanças ocorridas no centro da modernidade.

Tais consequências podem ser observadas quando analisamos as discontinuidades do desenvolvimento social moderno e sua interferência na organização mundial e na vida cotidiana dos indivíduos.

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança características dos períodos precedentes, sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana (GIDDENS, 1991, p.14).

As transições que marcam a modernidade colocam a sociedade em um estado de alerta, em que segurança e perigo, confiança e risco trafegam livremente pelo cotidiano. Com isso, a era moderna consolida-se como uma época turbulenta marcada por fatores positivos e negativos:

Tanto Marx quanto Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a

<sup>19</sup> Sistema de excelência técnica ou competência profissional que organizam áreas dos ambientes material e social, conforme Anthony Giddens, 1991, p.35.

criatividade e a autonomia individuais (Giddens, 1991, p.17).

Um aspecto relevante na sociedade moderna é a compressão do tempo-espaço. Ainda de acordo Giddens (2003), o que é ser moderno é precisamente a constituição social da sociedade contemporânea em um mundo que superou seu passado em uma sociedade não mais sujeita às tradições, costumes, hábitos, rotinas, expectativas e crenças que caracterizam sua história.

O mundo moderno contextualiza as tradições como contextos alternativos de tomada de decisões e como fontes alternativas de conhecimento, valor e moralidade. Se antes vivíamos num mundo tradicional, hoje vivemos num mundo de tradições, “A modernidade é uma condição histórica da diferença; de um modo ou de outro, uma substituição de tudo o que vigorava antes” (GIDDENS, 2000, p. 19).

Nessa concepção histórica da modernidade, a notoriedade da questão ambiental remete-nos à discussão paradigmática da racionalidade científica, sobretudo nas sociedades ocidentais contemporâneas, onde o conflito entre a relação homem/meio natural fica evidenciado.

A discussão da problemática ambiental implica num reposicionar crítico frente às práticas sociais, inclusive aquelas que contribuem diretamente com questões ambientais, como as atividades de olaria e cerâmica. Estas se tornam uma problemática, em virtude da institucionalização da UPI, que intensifica a ação dos órgãos fiscalizadores, o parque acaba por centralizar o debate e as ações oriundas de uma política ambiental que privilegia o preservacionismo. Segundo Zhouri (2005):

Essa nova configuração da política ambiental, iniciada nas décadas de 1980 e 1990, ao consagrar a especialidade técnica como um “capital específico” do “campo ambiental”, aumentou a demanda de órgãos públicos e de ONG’s por profissionais qualificados nas “ciências ambientais” (ecólogos, biólogos, geógrafos, químico, engenheiros florestais e sanitaristas, entre outros) (ZHOURI, 2005, p.17).

No caso específico do PARNASI, as informações coletadas permitem afirmar uma pseudoparticipação que invisibiliza o “Outro”, ou seja, as atividades produtivas pré-existentes de olarias e cerâmicas e seus respectivos gestores e proprietários. Pode-se afirmar que essas ações se vinculam e fundamentam-se em interpretações de especialistas em políticas ambientais produzidas nos meios científicos e legitimadas pelo poder governamental.

O ideal na criação de UC’s é priorizar a participação de todos os atores sociais no

processo desde sua criação até a implantação do plano de manejo, para não incorrer na invisibilização ou privilégio hierárquico nas decisões.

Normalmente as concepções científicas limitam-se às temáticas de domínio particular de especialistas que determinam critérios para a institucionalização de uma UC, que são realizadas com propósitos definidos, de acordo com Zhouri et al (2005):

Os problemas sociais e ambientais, tratados instrumentalmente como “interesses” personalizados, tornam-se, nessa ótica, passíveis de negociação entre atores. Para legitimar essa prática, instituições governamentais se empenham no envolvimento da chamada “sociedade civil”. Participação, parceria e “empoderamento” (empowerment), tornaram-se palavras-chave nas estratégias do Banco Mundial, da Cooperação Técnica Alemã [...] espera-se promover a capacitação dos atores mais fracos, para as “negociações” com os agentes governamentais e com o setor privado. A ideia básica das “mesas redondas” participativas é criar um novo sistema de regulação com a finalidade de se estabelecer um “consenso” (ZHOURI et al, 2005, p. 16).

No processo de institucionalização do PARNASI, alguns atores sociais informam sobre o processo de participação através de audiências públicas ou mediante a pesquisa realizada por uma ONG, denominada SEMEAR<sup>20</sup>. Órgãos atuantes nessa região confirmam as informações sobre as audiências, complementadas pela participação da referida instituição SEMEAR. Entretanto a participação dos diversos atores não pressupõe a inexistência de conflitos e uma relação harmônica entre gestor da UC e comunidade do entorno.

Porém, destaca-se a preocupação de alguns pesquisadores interessados na compreensão dos problemas e conflitos socioambientais relacionados ao tema de áreas protegidas. Evidente no discurso da professora Laura Jane Gomes, uma das pesquisadoras que contribuiu com a institucionalização do PARNASI, não deixa de evidenciar os problemas decorrentes da falta de gestão e afirma:

Acreditei na categoria de Parque Nacional, pois este modelo geraria menos conflitos devido às ocupações que lá existiam, mas em nada adianta criar sem gerenciar. Em minha opinião o Parque Nacional Serra de Itabaiana, não possui um gerenciamento eficiente e eficaz. O parque está abandonado. Para mim é melhor não criar do que deixar abandonado<sup>21</sup> (Laura Jane, entrevista realizada por MORALES, em 2010).

<sup>20</sup> A Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - Sociedade SEMEAR - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP criada em dezembro de 2001. Disponível em < <http://www.sociedadesemear.org.br/institucional.asp>>. Acesso: 28/11/2011.

<sup>21</sup> É destacável o papel desempenhado por cientistas ambientais no processo de criação de Unidades de Conservação (ecólogos, biólogos, geógrafos, químicos, engenheiros florestais e sanitaristas), pois origina a predominante visão disciplinar, que normalmente desconsidera peculiaridade locais ou invisibiliza as práticas sociais existentes nos territórios do entorno da UC, como confirmado na pesquisa sobre o PARNASI.

Alguns movimentos sociais, principalmente o movimento ambientalista, orientados por uma "visão ecológica" (ecossistêmica) de mundo, partem para denunciar os impactos ambientais oriundos, dentre outros, do modelo tecno-industrial altamente poluidor, consumidor dos recursos naturais e gerador da atual desordem global da biosfera. Nesse sentido os gestores de olarias e cerâmicas respondem respectivamente quando questionados a respeito da agressão ao meio ambiente:

[...] eu acho assim, por causa da fumaça do forno, por tá fumaçando aquele forno e aí **bota aí eu sei que polui tem um pouco de poluição**. Eu acho que agride um pouco por causa da poluição da fumaça, por que tem que ter a fumaça para queimar a telha. Por causa da poluição da fumaça (D. Joelma, proprietária de olaria povoado Rio das Pedras).

Outro gestor de uma olaria reflete de forma interessante quando analisa a atividade de cerâmica:

E a poluição das cerâmicas é pior, que é de dia e de noite fumaçando. A cerâmica é de dia e de noite os sete dias, sábados e domingo eles não produzem não, mais é queimando, mas não param não, queimando direto, eu trabalhei um tempo na cerâmica, passou oito anos para apagar o fogo, de dia e de noite oito anos sem apagar o fogo (Antônio Santos, proprietário de olaria povoado Rio das Pedras).

Lash informa: “os riscos podem ser compreendidos como perigos, mas, na medida em que se presume que a sociedade atual aumenta a individualização, os riscos são especialmente coisas que os indivíduos assumem” (1997, p. 169).

O desenvolvimento do processo produtivo implica numa construção constante de riscos, estes socioambientalmente “fabricados” pela poluição da fumaça emitida durante a queima, pela extração irregular de argila, matéria-prima das olarias e cerâmicas ou mesmo pelas formas de organização produtiva, visível na Figura 28.



Figura 28 – Mistura do barro, etapa do processo produtivo da fabricação da telha.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo.

Enquanto as sociedades pré-modernas enfrentavam ameaça dos riscos naturais, a sociedade moderna enfrenta a ameaça dos riscos fabricados<sup>22</sup>, ou seja, a modernidade do mundo compreende os riscos e oportunidades aparentemente ilimitadas que as sociedades contemporâneas oferecem. Beck realiza uma abordagem interessante sobre os riscos e menciona “objetivamente que, por outro lado, os riscos produzem dentro de seu raio de alcance e entre as pessoas por eles afetados, um efeito equalizador” (BECK, 2010, p.43). Nessa perspectiva percebe-se uma equidade dos riscos fabricados, ou seja, confirma-se célebre frase que a fome pode ser burocrática, mas os efeitos da problemática ambiental são democráticos.

Ainda de acordo com Beck (2010) ele explicita em sua produção conceitual o aspecto democrático dos riscos ambientais, tendo em vista a invisibilização das fronteiras geopolíticas ultrapassadas pela poluição e seus efeitos. Os efeitos colaterais dos riscos ambientais atingem indiscriminadamente todas as classes sociais.

A contemporaneidade é caracterizada pela reflexividade social, que diz respeito a uma sociedade onde as condições em que vivemos resultantes de nossas próprias ações complementadas por outras variáveis, e, inversamente, nossas ações visam cada vez mais

<sup>22</sup> Riscos para vida e ambiente decorrentes do modo de vida atual conforme Anthony Giddens.

---

administrar ou enfrentar os riscos e oportunidades que nós mesmos criamos. Ainda de acordo com Beck (2010, p.23) “na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social dos riscos”.

No limiar do século XXI o panorama mundial é marcado por questões sociais que se manifestam, articulado e com distintas especificidades, nas diferentes sociedades. O período atual pode ser caracterizado pelo processo de mundialização, pela expansão da produção industrial e nova distribuição do trabalho de abrangência planetária, pelas conflitualidades sociais expressões culturais que condizem com o avanço do capital especulativo marcado pelo contexto conjectural da alta modernidade.

Assim, as características dessa alta modernidade configuram-se como a repetição da exclusão, a disseminação da violência, a ruptura dos laços sociais e a “desfiliação” de algumas categorias sociais.

Esse caráter móvel da modernidade já abordado anteriormente é mencionado na análise da instituição moderna do capitalismo. O objeto de estudo por ser unidade de produção norteia-se por uma lógica mercadológica fundamentada na ordem social e econômica do capitalismo. Já que a competitividade, produtividade e o ciclo investimento-lucro-investimento prevalecem.

Giddens (1991) argumenta a partir da teoria da estruturação, uma isenção dos seres humanos das coerções materiais; “as coerções fundamentais sobre a ação estão associadas às influências causais do corpo e ao mundo material”, sendo necessária uma busca de ecologizar a teoria social, numa perspectiva transdisciplinar.

O autor distingue os seres humanos e outras espécies de animais, em razão de sua natureza social, sendo essencial para entender a relação dos grupos humanos e o meio ambiente, a condição dos seres humanos como portadores de saber. Assim sendo, é imprescindível essa análise nas relações que a sociedade humana sustenta com seu ambiente. Evidentes no objeto empírico abordado, já que no desenvolvimento das atividades produtivas de olarias e cerâmicas a apropriação dos recursos naturais se configura como interdependente.

### CAPÍTULO III - PROLIFERAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE SERGIPE: POLÍTICA GOVERNAMENTAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

*No corrente debate sobre sustentabilidade, a ideia de uma conciliação ente os “interesses” econômicos, ecológicos e sociais ocupa um papel chave. Prevalece a crença de que conflitos entre diferentes segmentos da sociedade possam ser resolvidos por meio da “gestão” do diálogo ente os atores, com a finalidade de se alcançar um “consenso” (Andreia Zhoury et al, 2005, p.12).*

A perda de biodiversidade no Estado de Sergipe tem contribuído para proliferação da criação de unidades de conservação como medida de contenção das perdas e consequentes medidas preservacionistas e ou conservacionistas.

Aprovado em 2005 o Parque Nacional da Serra da Itabaiana representa uma iniciativa do poder público com essa preocupação. Condizente com essas informações os dados dos órgãos responsáveis pela política ambiental, denotam uma predisposição do governo estatal em implementar medidas de mitigação da complexidade da questão ambiental.

De acordo com o macrozoneamento ecológico-econômico do Estado existem 14 (quatorze) Unidades de Conservação, sendo 04 (quatro) de proteção integral e 10 (dez) de uso sustentável. A implantação de unidades de conservação exerce papel fundamental na garantia da biodiversidade, porém é imprescindível o envolvimento da comunidade do seu entorno no processo de institucionalização e elaboração do plano de manejo das Unidades de Conservação implantadas.

Tabela -4 Unidades de Conservação do Estado de Sergipe

Nome da Unidade de Conservação	Ano institucionalização	Órgão Gerenciador
APA do Litoral Sul	1993	Estadual
APA do Litoral Norte	2004	Estadual
APA Morro do Urubu	1993	Estadual
APA Foz do Rio Vaza Barris	1990	Estadual
Monumento Natural Grota do Angico	2007	Estadual
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Ju Junco	2007	Estadual
Paisagem Natural Notável e Área Especial Proteção Ambiental Foz do Rio Sergipe	1990	Estadual

Parque Nacional da Serra de Itabaiana	2005	Federal
Reserva Biológica de Santa Isabel	1988	Federal
Floresta Natural do Ibura	2005	Federal
Reserva Particular do Patrimônio Natural Fonte da Bica	1999	Federal
Reserva Particular do Patrimônio Natural Bom Jardim e Tapera	2006	Federal
Reserva Particular do Patrimônio Natural Marinheiro e Pedra da Urca	2007	Federal
Parque Natural Municipal de Lagoa do Frio	2001	Municipal

Fonte: IBAMA (2010).

O Estado de Sergipe, atualmente, está representado por quatorze Unidades de Conservação divididas em: sete estaduais e sete federais. A maioria das unidades de conservação no Brasil não apresenta plano de manejo e isso não é diferente em Sergipe.

As UC's criadas no Estado de Sergipe poucas apresentam um planejamento consolidado, que priorize aspectos fundamentais para uma gestão eficiente, não possuindo pré-requisitos básicos como infraestrutura, fiscalização e monitoramento em sua área (SOUZA; LANDIM, 2007).

Segundo Lima (2010) estima-se que apenas 1.145,01 km<sup>2</sup> dos 21.910,00 km<sup>2</sup> do território do Estado de Sergipe estão protegidos por UC. Segundo a SEMARH (2008), as Unidades de Conservação elencadas na Tabela 4 são distribuídas da seguinte forma: três RPPN, três do governo federal, duas municipais e seis estaduais, sendo que duas das estaduais estão em fase de recategorização, pois não possuem área definida em seus decretos de criação, não se enquadram nas categorias descritas no SNUC (2000), e possuem conflitos com a legislação ambiental vigente.

Para Cifuentes et al (2000), o manejo de uma UC envolve várias ações interconectadas, de caráter legal, administrativo, social, institucional, científico, financeiro, de planejamento entre outras, essenciais para assegurar a sustentabilidade em longo prazo de seus valores naturais, culturais e sociais.

Ainda segundo o autor as limitações à implementação das Unidades de Conservação têm representado uma constante ameaça ao cumprimento dos objetivos de conservação para os quais foram criadas e têm contribuído para a proliferação dos chamados “parques de papel”, ou seja, parques que não são manejados de forma adequada e que conseqüentemente não cumprem seus objetivos de conservação só existindo teoricamente (CIFUENTES et al,

2000).

De acordo com isto, o discurso de um ceramista reconhecido pelo tempo que trabalha com essa atividade na região, revela o seguinte quando questionado sobre o momento de criação do parque:

Eu penso que isso já tem muitos anos, criou não! Só tem o nome né? Por que de parque não existe nada aí, não tem nada de parque só tem a casa do IBAMA lá para olhar e fiscalizar se alguém corta lenha, mas de parque aqui não existe nada aí só fez complicar mais... (Antônio Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos I).

A criação de Unidades de Conservação sem a consolidação do plano de manejo constitui o pressuposto para a ocorrência de vários conflitos socioambientais. Estes além de prejudicar a relação da instituição gestora da unidade de conservação, nesse caso em estudo o ICMBIO - Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade desencadeiam os efeitos causais da institucionalização de uma UC em relação à comunidade do seu entorno. Principalmente quando essa população é invisibilizada desde o processo inicial de institucionalização da UPI, como se caracteriza o PARNASI.

A categorização de Unidades de Conservação de proteção integral implica que o Parque Nacional (PARNA) tem como objetivo básico conservar os ecossistemas naturais, possibilitando por sua vez a realização de pesquisas científicas, educação ambiental e turismo ecológico (SNUC, 2000).

Dentro desse aspecto, um dos principais mecanismos de políticas de proteção à biodiversidade no Brasil, e em alguns países, tem sido a criação de Unidades de Conservação, como previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000). Porém é válido ressaltar que essa política como está sendo executada propicia algumas reflexões, principalmente no que se refere aos aspectos da dimensão social, econômica e cultural, que normalmente não são mencionados ou considerados no desenvolvimento da política ambiental.

Com vistas ao balanço entre a sustentabilidade ambiental e o modelo econômico vigente, é importante que se perceba que as “áreas ambientalmente protegidas”<sup>23</sup> têm um papel fundamental no processo de conservação da biodiversidade e manutenção de nascentes de importantes rios, e outros recursos naturais.

Além de reverter-se em uma oportunidade para o desenvolvimento local, bem como

---

<sup>23</sup> No Brasil o termo “áreas protegidas” abrange todas as categorias de proteção (Reserva Natural Estrita, Área Natural Florestal, Parque Nacional, Monumento Natural, Reserva Legal, área de preservação permanente, áreas indígenas e quilombolas (MMA, 2010).

para a utilização de suas terras circundantes para investigação científica, monitoramento ambiental, educação ambiental, recreação e turismo.

Nesse estudo, por se utilizar de uma teoria sociológica, a Teoria da Estruturação, o Parque Nacional da Serra de Itabaiana explicita a relação do nível local e regional aos níveis nacionais e inter ou supranacional. A instituição dessa Unidade de Conservação caracteriza essa região e comunidade do entorno com incidência dos conflitos socioambientais ocasionados por essa iniciativa preservacionista direcionando a pesquisa para análise desse contexto e para a crítica ao desenvolvimento sustentável, paradigma que norteia a política ambiental.

No contexto peculiar em que se encontra circunscrito o PARNASI, presencia-se a existência de muitas unidades produtivas de olarias e cerâmicas no seu entorno, que necessariamente são obrigadas a cumprir a legislação ambiental explícita na institucionalização do parque. Entretanto, não se percebe a compreensão das especificidades de cada unidade produtiva; estas são homogeneizadas no cumprimento das exigências legais, que desconsidera a disparidade da capacidade de resposta das olarias comparando-as com as cerâmicas. Esse contexto remete às considerações de Gerhardt (2007), que afirma:

Esta homogeneização é ainda mais problemática quando “problemas” enfrentados pelos administradores de parques como a “mineração” – normalmente executada por grandes empreiteiras – são colocados no mesmo patamar que atividades como a “caça” para consumo da família ou a “pesca” artesanal – atividades estas muitas vezes exercidas por grupos sociais culturalmente diferenciados que, a despeito da sua situação econômica precária, podem estar mantendo rígidos regimes de controle social baseados em regras costumeiras sobre o uso dos recursos naturais (GERHARDT, 2007, p. 13).

As regras “costumeiras”, como denomina Gerhardt (2007,) pré-existentes nas práticas sociais desenvolvidas nos povoados localizados no entorno do PARNASI, implicam numa representatividade social da serra de Itabaiana, especificamente, para essa população; já que a utilização dos recursos naturais era e continua relativamente corriqueira tanto nas práticas domésticas como produtivas.

Diante do exposto observa-se que essa homogeneização origina conflitos socioambientais, já que a capacidade de resposta das olarias e cerâmicas aos ditames legais decorrentes das transformações oriundas da criação de uma UPI diverge, principalmente em relação ao cumprimento da legislação ambiental, que desconsidera os diversos atores sociais

que se posicionam de acordo com o papel social desempenhado.

Nesse ínterim desenvolve-se o tópico seguinte discutindo sobre os conflitos socioambientais identificados no processo de implantação do PARNASI e que persistem nos discursos dos oleiros e ceramistas.

Esses conflitos e o contexto permite afirmar que a institucionalização do PARNASI obedece a uma lógica do desenvolvimento sustentável politicamente utilizado e legitimado, já que é explícito o jogo de poder inerente no processo de criação, associada ao aparato técnico subsidiado por profissionais das áreas das ciências naturais, complementada por uma política governamental partidária.

### **3.1 Contextualização da institucionalização do PARNASI e conflitos socioambientais**

Desde a segunda metade do século XX vem se ampliando a discussão e proposição de Unidades de Conservação enquanto estratégia de conservação e preservação de ecossistemas representativos. Pautada nos princípios do desenvolvimento sustentável, configura-se uma tentativa de conciliar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais via institucionalização de áreas ambientalmente protegidas, na forma de Unidade de Conservação.

A partir da regulamentação do SNUC (2000) tais áreas, legalmente devem ter gestão, plano de manejo elaborado de acordo com as realidades socioambientais e econômicas existentes e um conselho consultivo ou deliberativo, dependendo da categoria da UC, que teoricamente discutirá com a participação da comunidade local temas relevantes relacionados à área de abrangência da Unidade de Conservação.

Entretanto na institucionalização do PARNASI, essa discussão não acontece entre os diversos atores sociais, como expressaram oleiros e ceramistas durante as entrevistas realizadas quando questionados sobre o momento de criação da UC e sobre a implementação do plano de manejo. Segundo o ceramista Jackson:

**No meu conhecimento não, tá assim por disse que depois do parque parece que cinco anos eu acho que era se não tiver o plano de manejo aí ia se acabar esse negocio né.** Por exemplo, eu fiquei sabendo assim, que durante cinco anos ele tinha esse tempo para no caso fazer esse plano de manejo, se caso não acontecesse, aí no caso tem aquele negocio de indenização de terrenos de casa de cerâmicas então dentro do parque e teriam que ser indenizadas e aí teria que ser um negocio federal entendeu que é muito difícil, possa ser que acontece entendeu. Mas é muito dinheiro para ser conseguir o plano de manejo. **Pelo plano de manejo que eu**

**conheço essa parte tem 200 metros, na frente pode ser 100, lá do outro lado pode ser 50, não é assim?** Eu acho que a maioria não ia ser de acordo não, eu acho que o pessoal preferia não ter (Jackson Reis, sócio proprietário da Cerâmica Sagrado Coração de Jesus).

Outro proprietário de olaria no povoado Gandu I, José Augusto, complementa: Em 2005 eu estava, Tiveram umas pessoas assim, aqui para falarem desse parque e trouxe os alunos e olharam a gente trabalhar aqui, e perguntaram sobre a lenha, mas não tiveram reunião. Alguns sujeitos da pesquisa informam: lembro foi em 2005, eu já tinha olaria... mas não fui informado de reunião (José Carlos, oleiro do povoado Lagoa dos Fornos I). Esses discursos indicam que o momento de criação do parque foi caracterizado por uma participação fragmentária da comunidade do entorno, contradizendo as premissas do SNUC (2000).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) é a lei que regulamenta áreas ambientalmente protegidas. Inseridas nas instâncias Federais, Estaduais e Municipais, essas áreas são divididas em duas categorias: Proteção Integral, também chamada de uso indireto, onde o principal objetivo é a preservação da biodiversidade; e Uso Sustentável, também chamada de uso direto ou uso sustentável, que permite a utilização dos recursos naturais pelo homem de forma regulada e sustentável.

Estudos mostram que os principais problemas encontrados são: inexistência de conselho consultivo, ausência de delimitação territorial, ação antrópica impactante, falta de recursos humanos, financeiros e materiais para operacionalizar a gestão, bem como do plano de manejo, dificuldades no ordenamento territorial, especulação imobiliária e falta de fiscalização na área de abrangência da unidade (GOMES et al., 2006; SILVA & SOUZA 2009).

Esses problemas configuram um quadro constante de conflito socioambiental, tanto no espaço geográfico das Unidades de Conservação, quanto em sua zona de amortecimento. Nessa pesquisa os conflitos mais evidentes e analisados são aqueles que envolvem os atores sociais das olarias e cerâmicas (Figuras 29 e 30) com o PARNASI.



Figura 29 – Olaria localizada povoado Bom Jardim, município Campo do Brito.

Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Dr. Emilio de Britto Negreiros, 2011, pesquisa de campo.



Figura 30 – Cerâmica localizada no povoado Rio das Pedras, município de Itabaiana.

Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Dr. Emilio de Britto Negreiros, 2011, pesquisa de campo.

A pré - existência dessas unidades produtivas nas proximidades da Serra de Itabaiana e Serra Comprida no município de Campo do Brito são pressupostos para o desencadeamento de conflitos socioambientais decorrentes da apropriação dos recursos naturais disponíveis nas áreas ambientalmente protegidas, como o PARNASI.

Entende-se por conflitos socioambientais aqueles travados em torno dos problemas do uso e da apropriação dos recursos naturais havendo confronto entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para gestão dos bens coletivos de uso comum, ou seja, são conflitos que surgem a partir da disputa pelo acesso aos bens e serviços ambientais (ACSELRAD, 2007).

Em complemento as concepções sobre conflitos, Nascimento (2001) afirma que existem cinco elementos que compõem os conflitos socioambientais.<sup>24</sup> Entender como esses elementos estão interligados e identificar a sua existência nas diferentes categorias de unidades de conservação pode auxiliar gestores e atores sociais ligados à temática na mediação dos conflitos. Assim como, a partir dos principais problemas encontrados, ou até mesmo, dos mais recorrentes, propiciou uma reflexão sobre a relação entre sociedade e áreas ambientalmente protegidas.

Nesse contexto, a presente pesquisa analisou a existência de conflitos socioambientais na Unidade de conservação de relevante representatividade no Estado de Sergipe, o PARNASI, relacionando os conflitos incidentes e identificando os atores sociais envolvidos.

O PARNASI foi criado por meio da portaria nº 84.017 em junho de 2005. Em seu entorno existem aproximadamente 24 povoados situados na região agreste do Estado de Sergipe.

A primeira fase da transformação da Serra de Itabaiana em área de proteção e conservação ambiental está compreendida entre os anos de 1979 e 2005. Nesse período discutia-se a efetivação de uma Estação Ecológica a ser estabelecida numa área de 288 ha. A dimensão da área pode ser associada às afirmações realizadas por Morales (2011) que após análise da matéria jornalística afirma:

Em abril de 2005 é publicado no Jornal da Cidade que o IBAMA, não possuía área para implantação do Parque Nacional. De acordo com a matéria, particulares dispunham de grande parte da serra. A serra de Itabaiana possuía um total de 1.300 hectares, e desse número o IBAMA só teria 288,53 hectares (MORALES, 2011, p.63).

Tanto o Parque Nacional quanto a Estação Ecológica são unidades de conservação

---

<sup>24</sup> a) **Natureza:** Econômica política, ambiental, cultural, doméstica, geracional, de gênero, religiosa, étnica, ideológica, geografia, internacional, nacional, local; b) **Atores:** Indivíduos, grupos, Estados e coletividades ou organizações de identidade própria, reconhecidas por outros, com capacidade de modificar seu ambiente de atuação. Podem apoiar, opor, vetar e ficar neutros; c) **Campo do conflito:** Está atrelado ao espaço onde os atores produzem os movimentos que vão desembocar no confrontamento de ideias e opiniões. O campo do conflito é determinado a partir da demarcação do território geográfico e social; d) **Objeto de disputa:** Pode ser material ou simbólica divisível ou indivisível, real ou irreal. Sempre tem um caráter de bens e/ou recursos escassos ou visto como tais. e) **Dinâmica do conflito:** Cada conflito tem sua forma e modo de se manifestar específico (NASCIMENTO, 2001).

(UC) e têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas. Essa proteção e preservação ocorrem por meio de restrição, ou seja, quando todos os usos não são permitidos pela UC define-se esta como área de preservação integral (SNUC, 2000).

No caso em estudo, a teórica, mas, não institucionalizada Estação Ecológica foi transformada em Parque Nacional em 16 de junho de 2005 por meio da portaria presidencial nº 84.017. Ainda de acordo com Morales (2011):

De acordo com os jornais, o projeto para conservação da serra já durava 26 anos, mas que pouco havia avançado. Teria começado em 1979, através do Governo do Estado, e sob os cuidados da Secretaria Especial do Meio Ambiente. Em 1983, o Governo Federal adquiriu dois terrenos na área, que estariam lá até hoje. De 1983 até 1990 a área foi gerenciada pela Administração Estadual do Meio Ambiente (MORALES, 2011, p.64).

A Estação Ecológica não admite presença de comunidades em seu interior. Normalmente, UC's integrais possuem maior dificuldade em legitimar-se perante as populações de seu entorno, exigindo fiscalização intensa.

Dessa forma, uma das hipóteses na análise dos conflitos socioambientais, consiste na ideia de que as restrições legais de uma Estação Ecológica é parte dos motivos que influenciaram a criação do Parque Nacional em detrimento da possível Estação Ecológica, já que os Parques Nacionais deixam uma brecha para certo diálogo entre UC's e comunidades.

Entretanto, estudos realizados por Morales (2011) informam a influência política como pressuposto decisório na determinação da extensão da Unidade de Conservação do PARNASI. A autora complementa:

Como a categoria defendida pelo órgão ambiental era de um Parque Nacional, a extensão precisou ser adequada, incorporando, ao projeto, a Serra Comprida e a Serra do Cajueiro. Desta forma a área a ser preservada aumentaria vertiginosamente de 1300 hectares para 7.999 ha. O IBAMA teria de desapropriar as terras da região para dar prosseguimento ao projeto de implantação do PARNASI. [...] a escolha da categoria se fez sobre força decisória e restrita aos gestores ambientais, universidade e poder local (MORALES, 2011, p.64).

Essas afirmações apenas ratificam que a política ambiental e a proliferação de unidade de conservação no estado, coexiste com um jogo micropolítico de poder, que envolve diversos atores, desde órgãos governamentais das instâncias Federais, Estaduais, ou Municipais, até sujeitos envolvidos direta e indiretamente no processo de implantação de áreas ambientalmente protegidas, como os gestores das cerâmicas e proprietários de olarias. Esses

podem ser caracterizados pela sua invisibilização, como se pode confirmar na fala de Jackson:

Não, a convocação que teve foi a prefeita Maria Mendonça que achou que ia ser uma coisa e foi outra totalmente diferente. Foi ela que aprovou. **Ela achou que ia beneficiar Itabaiana e eu acho que não foi não, por que eu acho assim, as empresas de cerâmica no Estado de Sergipe não tem um ramo que gera mais emprego do que cerâmica eu acho né.** Eu vou citar, Itabaiana gera muito emprego de cerâmica e ela visou uma coisa de proteger a serra sem prejudicar agente, só que quando ela foi rever o que ela estava sofrendo pelo que ela tinha assinado já era tarde (Jackson, proprietário da cerâmica Sagrado Coração de Jesus, povoado Rio das Pedras).

A categoria de Parque Nacional foi regulamentada sob a forma de lei pela primeira vez no Brasil na década de 1940, num contexto em que a discussão sobre a questão ambiental começa a tomar forma no continente sul americano. Em 2005, sob influências políticas e de incertezas e não participação social foi institucionalizado o PARNASI, com uma extensa área conforme Figura 31.

Na atualidade, conforme o IBAMA, os Parques Nacionais “são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade de seu todo.” (BRASIL, 1999).

O Parque Nacional é uma das categorias de UC, tendo como objetivo básico a



Figura 31- Mapa territorial do Parque Nacional da Serra de Itabaiana.  
Fonte: Imagem cedida pelo IBAMA

preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000).

No estudo específico da institucionalização do PARNASI, percebe-se mudanças significativas para a comunidade do entorno, e principalmente para as olarias e cerâmicas localizadas naquele território, após a criação do parque, compreendendo território como relações de poder.

O primeiro aspecto a ser mencionado é a sobreposição de territórios já que a institucionalização de Unidades de Conservação, enquanto política de preservação dos recursos naturais tem suscitado discussões a respeito da forma como essas áreas são demarcadas, desconsiderando as dimensões sociais, econômicas e culturais preexistentes naquele espaço. Esse processo não é diferente na criação do PARNASI que origina o surgimento de conflitos socioambientais decorrentes da sobreposição destas territorialidades.

Segundo estudos já realizados, a instalação das primeiras olarias remonta às décadas de 1950/1960, esteve relacionada principalmente à presença de minérios e argila de boa qualidade encontrada na localidade, e extraída artesanalmente às margens dos riachos que desciam da serra de Itabaiana, ou ainda em áreas localizadas próximas a encosta da serra, esse constitui um dos principais motivos para os conflitos manifestos.

Acselrad (2005) discorre de forma interessante sobre o ambiente e conflitos socioambientais e afirma:

Trata-se de um espaço comum de recursos, sim, só que exposto a distintos projetos, interesse, formas de apropriação, e uso material e simbólico. A causa ambiental, portanto, não é necessariamente uma, universal, comum a todos, o que faria do ambiente necessariamente um objeto de cooperação entre os distintos atores sociais. Em muitos contextos e conjunturas, o meio ambiente é também atravessado por conflitos sociais, ainda que alguns prefiram não admiti-lo (ACSELRAD, 2005, p.8).

Destaca-se que o processo de criação do PARNASI caracterizou-se pela invisibilização dos atores sociais residentes em seu entorno, uma das principais causas para a manifestação dos conflitos identificados após a institucionalização da UC, já que a Serra de Itabaiana representa um espaço comum de recursos, onde a comunidade tem suas formas de apropriação e reprodução das práticas sociais peculiares desses territórios, temática aprofundada no tópico seguinte.

### **3.2 A invisibilização dos atores sociais em Unidades de Conservação: Conflitos socioambientais manifestos no Parque Nacional da Serra de Itabaiana**

A identificação dos conflitos socioambientais no PARNASI foi realizada através de pesquisa bibliográfica (LAKATOS & MARCONI, 1982) entrevista semiestruturada, aplicada durante a pesquisa de campo, (TRIVIÑOS, 1995) - permitindo que dados relevantes para a pesquisa fossem abordados, buscando sempre que possível um maior detalhamento do assunto em questão, complementado com a pesquisa de dados secundários.

Para Acselrad (2007) há três tipos de apropriação material do mundo: a apropriação técnica (transformação do meio físico), apropriação social (sociodiversidade e relações desiguais de poder) e a apropriação cultural (atribuição simbólica ao espaço). Deste modo, as múltiplas atividades desenvolvidas nos povoados no entorno do PARNASI, que se concentram no recorte espacial dos povoados estudados refletem o processo histórico dos mesmos e suas contradições, suas formas diferenciadas de apropriação material e valorização do espaço, tendo como pano de fundo o modo capitalista de produção.

Dentre os conflitos perceptíveis após a criação do PARNASI (Quadro 1), consoante com a classificação de Henri Acselrad (2007), destacam-se a falta de regularização fundiária, a desestabilização cultural, ou seja, a proibição da manifestação religiosa quando os fiéis subiam a serra com mastro em procissão, e paralização do processo de desenvolvimento econômico. Este conflito se manifesta no discurso dos gestores das olarias e cerâmicas, atividades presentes no entorno e nas limitações do PARNASI. Esses conflitos culminam com a insatisfação territorial compreendido nessas limitações e culminam com o desgaste da imagem institucional.

Nos povoados Rio das Pedras, Mundês, Gandu I, Gandu II, Lagoa dos Fornos I e II, Chico Gomes, um conflito manifesto e evidente se refere à utilização de recursos oriundos do Parque Nacional da Serra de Itabaiana como matéria-prima nas olarias e cerâmicas produtoras de artefatos da construção civil (bloco, telha, utensílios de cerâmica), além da poluição atmosférica. A agricultura é observada através da existência de pequenas plantações no interior do Parque Nacional da Serra de Itabaiana – (SE).

Quadro 1: Conflitos socioambientais presentes no PARNASI.

<b>Sujeitos dos conflitos</b>	<b>Ações dos sujeitos</b>	<b>Impactos</b>
<b>Comunidade local</b>	- Ocupações na área do parque	- Poluição
	- Despejo de lixos domésticos - Extração ilegal de areia - Extração de lenha - Caça	-Desequilíbrio no ecossistema
	-Prática da agricultura	- Depreciação da qualidade química da água e aumento dos processos erosivos
<b>Gestão do PARNA</b>	- Ausência do plano de manejo	- Impedimento no planejamento estratégico da Unidade.
	-Inexistência do Conselho Consultivo	- Impedimento na participação da comunidade local prevista no SNUC.
	-Proibição da manifestação religiosa	-Desestabilização cultural
	- Trilhas	- Compactação do solo
<b>Olarias e Cerâmicas</b>	- Utilização de argila (matéria prima dos produtos das olarias e cerâmicas) oriundas das limitações do PARNASI - Emissão de gases poluentes -retirada de lenha	- Poluição atmosférica -Alteração na paisagem -Degradação dos solos -Implicações legais

O estudo sobre áreas ambientalmente protegidas, além de ratificar outros trabalhos realizados em Sergipe, mostraram a existência de conflitos recorrentes na categoria da UPI.

Nesse contexto podemos acrescentar que a ausência do plano de manejo configura um problema presente em Unidades de Conservação, ou seja, mesmo em unidades geográficas distintas e categorias diferenciadas, existem conflitos que acabam sendo inerentes à transformação de áreas verdes em Unidades de Conservação.

As primeiras leituras durante a pesquisa bibliográfica sobre a realidade da Unidade de Conservação já prenunciava a decorrência dos conflitos. Ressalta-se que em menor ou maior grau, a existência de tais conflitos revelam os limites da política ambiental na proteção e conservação dos recursos naturais e influenciavam negativamente na proteção e conservação dos recursos naturais.

De acordo com Zhouri (2005) a eclosão dos conflitos ocorre quando o sentido e utilização de um espaço ambiental por determinado grupo em detrimento dos significados e

usos que outros segmentos sociais possam fazer do seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida.

Sistematizar a existência de conflitos socioambientais no PARNASI, existente desde 2005, com condições climáticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais específica, exige análise cuidadosa, na tentativa de evitar avaliações descontextualizadas. Desse modo, foi possível sistematizar os conflitos existentes em categorias gerais, que serão trabalhadas a seguir.

### **3.2.1 Ausência de Plano de Manejo**

O plano de manejo é um documento técnico, que tem a finalidade de estabelecer o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais numa Unidade de Conservação (Brasil, 2000).

O zoneamento desencadeado após o plano de manejo é uma técnica de ordenamento territorial, utilizada para atingir os resultados mais adequados de uma Unidade de Conservação, pois estabelece diferentes usos para cada espaço, levando em consideração os objetivos, potencialidades e características locais. Sua função é estabelecer setores ou zonas onde serão desenvolvidas normas específicas, com a finalidade de proporcionar os meios e as condições para que os objetivos da unidade possam ser alcançados.

A ausência do plano de manejo contribui de forma significativa para as ações incompatíveis encontradas na unidade estudada. O fato de não ter um documento que estabeleça as normas e que esclareça os diferentes usos das unidades (zoneamento), tende a subjetivar a tomada de decisão, dificultando a formação de uma estrutura de gestão para articular as ações sustentáveis (GOMES et al, 2006), criando assim um quadro de fragilidade na operacionalização das ações.

O gerenciamento efetivo de Unidades de conservação devem ser realizados de acordo com estudos e as normas de cada realidade, a falta de tais documentos, além da referida dificuldade em gerir essas áreas, tende a fragilizar também a fiscalização.

### **3.2.2 Inexistência de conselho consultivo**

O conselho consultivo é uma comissão formada pelo órgão responsável pela sua administração, representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e da comunidade local que tenham algum tipo de ação na área de abrangência das Unidades de Conservação, recomendação do SNUC. Compete-lhe discutir, propor e planejar ações para as

unidades de conservação.

A falta de formação do conselho consultivo no PARNASI inviabiliza a construção de um espaço democrático que de forma participativa discuta e proponha ações relativas às potencialidades, problemas, e conflitos entre os diferentes atores com ação na UC.

Garantir a efetivação do conselho consultivo pode promover a divisão de responsabilidade e a interlocução entre os atores envolvidos direta ou indiretamente na conservação e uso dos recursos naturais, compensando também as desigualdades de poder.

É de fundamental importância garantir a discussão sobre os vários modos de se aplicar as ações administrativas na Unidade de Conservação. A história brasileira é marcada por uma estrutura desigual e autoritária de poder, que afetou profundamente o exercício da cidadania e o interesse da sociedade em participar da construção e proposição das chamadas áreas públicas. A garantia da formação do conselho consultivo, além de ser uma ferramenta de garantia da participação social, é também um espaço para garantir a democracia dos espaços públicos.

### **3.2.3 Conflitos referentes à regularização fundiária**

A Unidade de Conservação, além de servir como instrumento legal para garantia da conservação e proteção dos recursos naturais, vem apresentando também grande importância no controle do avanço da agricultura. No entanto, este fator não vem sendo totalmente respeitado.

Referindo-se a análise da situação fundiária no PARNASI, esta é uma problemática crítica decorrente da não desapropriação das áreas privadas, intensificado por conta da fragilidade na fiscalização por parte dos órgãos competentes. Os dados informam que 65% das terras compreendidas pelo PARNASI ainda não foram desapropriadas e se encontram inseridas nos limites estabelecidos na sua institucionalização.

Segundo Sobral et al (2007) o poder público detém aproximadamente 35% da área do PARNASI, o que inviabiliza uma atuação do órgão gestor com mais eficácia. Sendo perceptíveis práticas agrícolas no interior do parque que servem tanto para subsistência da comunidade local como para comercialização em pequena quantidade. Consoante com as pesquisas apresentadas por Sobral et al. (2007):

Tais práticas, ainda que a criação da UC impusesse sua extinção, continuam sendo observadas na unidade, provocando impactos no meio ambiente. O uso de agrotóxicos, principalmente seu manejo inadequado gera no meio físico a

depreciação da qualidade química da água devido ao escoamento subsuperficial. Essa ação impactante provoca também aumento dos processos erosivos e consequentemente a redução da capacidade produtiva do solo. No meio biótico os impactos são caracterizados pela diminuição da base genética em decorrência da redução do banco de propágulos vegetais no solo e da redução da biota do solo. (p.04).

Diante do exposto fica evidente que os impactos ocasionados pelo uso impróprio do solo localizados em Unidade de Conservação são classificados por serem reversíveis. Ainda de acordo com Sobral et al (2007, p.04), “o uso agrícola indevido apresenta extensão local, origem direta, sentido negativo, com alto grau de impacto, onde a depreciação vai ter frequência temporária e resposta num curto prazo, enquanto os processos erosivos vão apresentar uma frequência permanente com resposta num médio prazo”.

Na análise dessas ações na UPI- Parque Nacional da Serra de Itabaiana percebeu-se que a situação fundiária é uma problemática que não foi solucionada e reconhecida como necessária para a consolidação territorial pela técnica e pesquisadora da SEMARH, em entrevista. Ela afirma:

[...] então é assim pra gerenciar a unidade, como sai no decreto, a unidade esta no rol de unidade de conservação do governo federal e tem um planejamento anual, um plano operativo anual, com orçamento e com atividades a serem executadas, o responsável é Marleno e ele pode dizer se tem lotação orçamentária nas atividades, **eu não sei como anda a situação do Parque, mas de fato, depois que cria a unidade, criou o Parque, então você tem que trabalhar com uma gestão pra atender os objetivos prementes da criação, especialmente a proteção, que é a primeira medida, que protege e vai trabalhando para regularizar a situação fundiária da unidade e chegar à consolidação territorial** (Pesquisadora e técnica da SEMARH, março de 2010).

A prática da agricultura (Figura 32) nessas áreas traz como principal dano: a perda da biodiversidade local através da homogeneização dos cultivos e da introdução de espécies exóticas; a perda de habitats naturais, pondo em risco a fauna local. Vale ressaltar que as áreas visíveis nas limitações do PARNASI, são pequenas extensões territoriais e normalmente uma produção destinada ao consumo dos produtores ou em pequenas quantidades para comercialização.



Figura 32- Plantação de feijão na área do PARNASI,  
Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em outubro de 2010.



Figura 33 e 34- plantações de quiabo localizadas na área do PARNASI, Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo.

Dependendo das práticas agrícolas adotadas como expostas nas figuras 33 e 34, pode-se provocar a contaminação do lençol freático e do solo com o uso de insumos químicos. Esses riscos implicam diretamente na questão ambiental. No PARNASI, esta realidade está atrelada também ao uso do fogo, fator este que além de sua incompatibilidade com a

destinação das categorias, traz risco de incêndio aos recursos florestais.



Figura 35- Preparo do solo para o cultivo, propriedade localizada na área do PARNASI  
Fonte: FIGUEIREDO 2011, pesquisa de campo outubro de 2010.

A não efetivação da desapropriação de áreas existentes dentro do PARNASI, expressa a fragilidade institucional da UC, que repercute entre os atores sociais que circunda seu entorno e, esse contexto acaba sendo utilizado como justificativa para eventuais usos inadequados e ilegais da área protegida. A irregularidade referente à questão fundiária e não realização do processo de indenização das propriedades privadas existentes na área do PARNASI também é a causa de dificuldades econômicas para seus proprietários, pois, além de não receberem a indenização, precisam cumprir com as restrições legais impostas regulamentação prevista no SNUC (2000).

### **3.2.4 Construções indevidas**

A desordem territorial relacionada às construções indevidas nas unidades de conservação é talvez, o conflito mais recorrente em áreas protegidas, e não foi diferente no PARNASI. Residências de moradores locais e a presença de cerâmicas e olarias (Figura 36) configuram os principais problemas encontrados na área estudada.

Além desses problemas percebe-se o conhecimento de alguns ceramistas sobre as implicações da localização dessas atividades nas proximidades de uma UPI, como afirma Sr.

José Antônio:

Tem cerâmica em vários lugares, né? Não sei informar se eles foram indenizados... **Sei que era pra fechar, a informação era que no raio de 10km, era pra fechar, é por que existe uma zona de amortecimento?** Mas ai não entendo tem uma lá a de Alexandre, aquela lá em cima que é vizinho a serra, mas quando o parque chegou às olarias já existiam, o problema todo é esse, por isso que todo galpão que vai fazer a ADEMA cai logo em cima. Meu irmão é dono de um galpão na entrada de Itabaiana. Quando ele colocou o galpão para aumentar tudo... A ADEMA já chegou falando, quem mandou fazer isso, rapaz não já tirei a licença pra areia, eles responderam. **Você já tirou para areia, agora para galpão não mandei você fazer aí embargou na hora, e até hoje ele está brigando.** Não deram a liberação (José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União, povoado Rio das Pedras).



Figura 36- Localização de uma cerâmica na zona de amortecimento do PARNASI.  
Fonte: Arquivo de ceramista, cedida pelo entrevistado em pesquisa de campo, julho de 2011.

Diversos problemas podem ser observados em relação às citadas construções, além da incompatibilidade com os objetivos da unidade, o lançamento de dejetos advindos do esgoto residencial ou da prática de lavagem de roupa, são fatores com grande influência na poluição dos recursos hídricos locais. Confirmando essas informações a proprietária de uma olaria informa do uso da água para suprir necessidades básicas:

Nos não bebe água do DESO não, nós tem uma mina de água que bebe, se você chegar do lugar da mina que nós bebe você ver coisa para cá você não ver mais nada, você ver o rio com aquelas moita, a aguinha tão alvinha... descendo um pouquinho é porque começaram a fazer nojeira, nós foi a primeira a ligar para o IBAMA, para ele vim proibir... Tinha mina de beber água, é uma nascente, aí o povo ia lavar roupa e queria fazer nojeira,

ligamos para o IBAMA ele veio e proibiu e ninguém chega, só enche seu pote e vai para casa (D. Gilza, proprietária de olaria povoado Mundês).

Foi Deus que deu, não foi homem que fez, nós tem que conservar, por que a água falta pouquinho para ser água mineral. Ai você chega via umas mães com os filhos, lava roupa queira que não queira fica pano velho, deveria levar um saco para colocar essas coisas quando viesse trazer para a coleta do lixo. Mas todo mundo não é um só né. Já lavei muitas vezes, não vou dizer que não lavei, mas depois que chegou agua... Nós não queríamos água para deixar desse sofrimento? Depois que água chegou acabamos com isso, aí hoje se eu ver... eu denuncio (D. Gilza, proprietária de olaria povoado Mundês).

Percebe-se uma preocupação por parte da entrevistada com a problemática ambiental e com a conservação dos recursos hídricos, e uma mudança de postura diante da legitimação do discurso do desenvolvimento sustentável, quando atua como agente fiscalizador da área ambientalmente protegida do parque, colaborando com os órgãos que atuam frente à problemática ambiental e regulamentação do PARNASI.

A desordem territorial está presente principalmente nas cidades, gerando um constante quadro de poluição e conflitos. No PARNASI, sua existência está relacionada ao interesse de grupos por uma área comum, em sua maioria, de relevante interesse ambiental, dentre esses grupos os oleiros e ceramistas constituem atores sociais que se interessam principalmente pelos recursos (lenha, argila, selão) oriundos do parque.

### **3.2.5 Conflitos referentes à disposição dos resíduos sólidos domésticos**

A dinâmica da urbanização predatória tem provocado um aumento dos problemas ambientais no entorno de unidades de conservação. Isto ocorre porque, tanto no contexto urbano como no rural brasileiro, os problemas ambientais têm-se avolumado a passos largos e sua lenta resolução acarreta sérios impactos sobre a população e o meio ambiente.

No PARNASI, um problema constante é a deposição do lixo de forma inadequada. Essas ações comprometem o equilíbrio do ecossistema, ocasiona a poluição do solo e dos lençóis freáticos pela percolação do chorume.

A presença de resíduos sólidos de diversas procedências, seja pela deposição do lixo doméstico pela comunidade ou restos de carcaças de animais oriundos dos matadouros como no caso específico do PARNASI, (SOBRAL et al 2007), ocasiona a depreciação da qualidade da água subterrânea, e contaminação da fauna. Os animais ao consumirem o plástico depositado indevidamente ao ar livre podem chegar à morte.

A deposição dos resíduos sólidos coletados nos municípios são descartados no

ambiente sem o critério de práticas que visem à sustentabilidade dos solos e dos mananciais destas regiões, ações que podem comprometer a dinâmica ecossistêmica da região além das implicações jurídicas, que se vinculam com o descumprimento da legislação ambiental.

Podendo trazer futuramente uma redução ou escassez de aporte de água em qualidade para satisfazer a demanda da população, que se beneficia direta ou indiretamente dos recursos disponíveis nas áreas estudadas. Cabe a sociedade e aos órgãos fiscalizadores apontarem esses riscos visando à sustentabilidade das áreas naturais.

### 3.2.6 Utilização dos recursos naturais lenha e argila

Um dos problemas mais conflitantes e de maior relevância para esse estudo é a utilização da argila, do selão e da lenha oriunda do PARNASI, pelas unidades produtivas das olarias e cerâmicas. A proximidade dessas unidades produtivas da área do parque associada pela qualidade da argila e do selão existente na encosta da serra configuram pressupostos que mobilizam a extração desses recursos de forma desordenada e intensa.

É válido ressaltar que essa prática apesar de restrita após a implantação do parque persiste de forma indireta e ilegal, confirmada nas entrevistas e nas observações das atividades dos oleiros e ceramistas. Eles relembram o processo de aquisição de matéria prima para produção:

Sempre ajudando uns aos outros, às vezes empresta uma caçambada de selão... **que eles tiravam lá do pé de serra mesmo, mas hoje não tira mais que é proibido, já tira lá para baixo...** Os donos de cerâmica que leva para cerâmica deles, às vezes o dono de olaria vai lá e fala: fulano estou precisando de uma caçamba de selão aí eles dá duas e paga uma e uma fica de graça... sempre ajudando uns aos outros, por que a cerâmica mesmo não precisa vender uma caçambada de selão ou de barro, eles tem de mais... Mal tem tempo para o serviço deles... Eles tiravam antes de lá sem ser regulado, mas o IBAMA deu em cima e ficou um buracão bem grande, isso tem...que proibir mesmo tem uns três anos... **Pois ficavam escavando a serra esbagaçando aí proibiu e pronto não tira mais de lá...** (Adeilson, proprietário de olaria povoado Mundês).

A qualidade da matéria prima encontrada na serra, também pode ser considerada um atrativo para os oleiros e ceramistas, e mais precisamente para os oleiros que se utilizam de estratégias diversas para o enfrentamento das mudanças impostas pela legislação ambiental decorrente da implantação do PARNASI e necessitam de um selão de qualidade na produção da telha, sendo imprescindível esse recurso, diante da interdependência entre matéria prima e qualidade do produto final. A ilegalidade torna-se invisível na aquisição de matéria-prima como informa um oleiro durante a entrevista, quando questionado sobre as mudanças na

atividade após a implantação da UC.

Só mudou o produto que a gente usa. **Por que antes a gente poderia tirar, era antes a gente podia tirar. Era muita argila tirada de lá mesmo encostada no Parque do Gavião, era muita coisa tirada de lá, aí no pé dessa serra era muita, muita argila tirada de lá.** Lenha não tirava, por que lá também não tem lenha, lá tem muita argila, tem uma argila que chama selão, tinha barro. É o selão que dá a qualidade da telha (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos I).

O oleiro complementa quando questionado sobre a existência de selão na serra “Tem muitão, e o povo *não tira mais não*”. Como se presencia vários carroceiros vendendo o selão foi inevitável o questionamento dessa presença. Entretanto o oleiro acrescenta as informações:

**Não, as carroçadas começaram a tirar mais morreu uns soterrados, começaram a morrer lá e não foram mais não.** Teve um que morreu agora em 2010, outro em 2007, e outro quase morreu a semana passada. Foi por que tava tirando a argila (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos).

É válido ressaltar que a entrevista foi realizada no mês de maio de 2011, então se entende que a retirada de argila e selão continua, porém de forma comedida.

E essa prática de retirada da argila também se caracteriza por um “risco fabricado” na concepção de Beck (2010) pelos oleiros, que inclusive ocasiona o risco de morte como informado por Sr. José Carlos.

### **3.3 Mitigação dos conflitos socioambientais preponderantes no PARNASI e estratégias para melhor gestão de áreas ambientalmente protegidas.**

A criação de unidades de conservação, mesmo contidas em unidades geográficas diferentes e inseridas em categorias distintas, constitui o pressuposto para a configuração de vários conflitos socioambientais locais, prejudicando a relação da instituição gestora com a comunidade. Entretanto mesmo diante de um amplo referencial teórico fundamentado Diegues (2000), Zhouri (2005), Gomes et al (2010), Cifuentes et al (2000) e outros, que mostre a importância da elaboração do plano de manejo nas unidades de conservação, percebe-se que este ainda não vem sendo encarado como prioridade, dificultando a conexão entre as ações legais, administrativas, sociais, institucionais, científicas e de planejamento, para assegurar a sustentabilidade em longo prazo, assim como, para valorizar os valores culturais e sociais de cada região.

Os conflitos manifestos decorrentes da criação do PARNASI confirmam que na criação desta unidade não foram consideradas algumas ações essenciais para mitigação dos conflitos, como as metodologias de diagnóstico participativo, associado à falta de entendimento da categorização e do que é uma Unidade de Conservação. Durante o processo de institucionalização do parque a participação de Valdineide Santana foi importante, em entrevista ela relembra esse contexto:

Não. Eu fui eu acho que em 1989, quando eu saí de Pirambú e fui pra lá, pra Serra de Itabaiana, pra assumir essa responsabilidade de criar a unidade, consolidar o processo de criação da unidade e ao mesmo tempo fazer as atividades de gestão, então, pra fazer isso, pra fazer a interlocução com as pessoas, eu dei uma série de palestras, produzimos um vídeo, eu fiz várias palestras nas Escolas, na Câmara de Vereadores, nos CDL, no Rótare, isso em 89, 90, 91. A gente foi trabalhando até o dia que chegou que a conclusão lá em Brasília e ao mesmo tempo lá no mestrado, que poderia trabalhar com a perspectiva mesmo de criar a Unidade. Então vamos criar agora o governo federal quer resolver isso, que foi quando o secretário, o ex-secretário do meio ambiente, Marcio Macedo, assumiu no IBAMA, então quando ele assumiu, ele começou a fazer uma gestão direta em Brasília e constante, pra resolver definitivamente isso aqui. O que fazer da Serra e como fazer, então ele recebeu o aval do IBAMA que ia priorizar o processo de criação do Parque e daí foi feito o estudo com a Universidade Federal, com o departamento de biologia, com a coordenação do professor Teófilo Morado e com o professor Adalto, então esse estudo foi o estudo da biota, tinha o estudo da biota e tinha o estudo com a comunidade, que foi um pouco do meu trabalho, então além do mestrado que eu trabalhei pra chegar naquele resultado, eu também trabalhei para chegar à criação da Unidade. Para ouvir das pessoas, daquelas oportunidades todas que tem no SNUC, de proteção integral, o que seria melhor pra Serra, se seria o Parque, se seria Estação Ecológica, o que seria? E aí foi quando eles falavam dos objetivos, a forma de utilização da área, ia chegando em Parque, mesmo sabendo das implicações, mas tem propriedades particulares, mas hoje o senhor esta tirando material do parque, não, mas eu paro de tirar, então quem esta dentro, aqui em Terra Preta e Água Fria, tem várias propriedade que as pessoas não vivem, não sobrevivem da sua propriedade, nesses dois casos eles não dependem desses imóveis pra sobreviver, tem vários casos, agora, do lado do Bom Jardim que de fato tem propriedade que estão encostadas, que foram interessantes colocar aqui porque, os recursos naturais eles não estão só nas áreas de preservação permanente, então você tem que compor esse polígono, pra estabelecer esses limites, então colocar recursos hídricos pra garantir a sustentabilidade desse espaço pra funcionar como Parque, estava só a Serra de Itabaiana no projeto inicial, com o estudo da Universidade, chegou-se a conclusão que deveria incluir a Serra Comprida e também a Serra do Cajueiro, que tem as nascentes do rio Poxim, que abastece uma parte de Aracaju, então por isso que a área foi ampliada e tem até demanda de colocar a Serra da Ribeira, a comunidade do povoado Ribeira já tinha solicitado ao IBAMA pra incorporar ao Parque (Valdineide Santana, entrevista realizada em 2010 pelo GEPPIP).

De acordo com Gerhardt (2007), as políticas públicas que subsidiam as áreas naturais protegidas, que se fundamentam em “metodologias” participativas, ou buscam “ouvir opiniões” de alguns potenciais interessados podem estar servindo, como formas de controle, disciplinamento, adestramento e invisibilização de sujeitos sociais. O autor complementa:

E, ao contrário do que se poderia pensar, posturas pretensamente mais abertas ao diálogo (outra palavrinha recorrente no discurso da participação) e a ideia de que populações que vivem dentro ou próximas a áreas naturais protegidas precisariam ser incluídas nos processos de tomada de decisão podem estar contribuindo justamente para a perda da já relativa autonomia que estes mesmos grupos possuem no sentido de se contrapor e resistir a relações de dominação a que estão sendo submetidos. Da mesma forma, afirmar que diferentes grupos sociais afetados pela criação de áreas naturais protegidas participaram das decisões envolvendo projetos governamentais e não governamentais (por exemplo, através de “audiências públicas”, “conselhos consultivos”, “reuniões com as comunidades” ou mesmo através de “relatórios” e “diagnósticos” socioambientais feitos por pesquisadores em parceria com universidades) pode estar servindo tão somente como forma de legitimar a execução destes projetos, tornando-os fatos sociais quase que inquestionáveis (GERHARDT, 2007, p. 03).

Portanto, a atual forma de institucionalizar as unidades de conservação pode representar uma constante ameaça ao cumprimento dos objetivos para o qual essas unidades foram criadas, contribuindo para a proliferação dos chamados “parques de papel”, ou seja, parques e/ou unidades que não são manejados de forma adequada e que conseqüentemente não cumprem todos os seus objetivos de conservação (CIFUENTES et al, 2000).

É válido destacar as considerações de Diegues (2000) que admite uma complementaridade entre conhecimentos tradicionais e científicos, e afirma que a necessária:

[...] valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria constituir uma das pilstras de um novo conservacionismo nos países do Sul. Para tanto, deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e os portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos- o científico e o local – são igualmente importantes (DIEGUES, 2000, p.42).

Soares et al (2002) analisando as ações integradas (comunidade /instituição gestora) de conservação da biodiversidade unidades de conservação de proteção integral no Brasil sistematizou práticas relevantes que aliam a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno à conservação da biodiversidade destacando estas ações<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> 1 – Análise da situação fundiária, 2- Participação dos atores sociais, 3 - Organização e nível de influência dos atores sociais, 4- Relação entre unidade de conservação e ações de conservação no entorno, 5- Articulação das ações de conservação como o poder público e com as comunidades, 6- impactos das ações de conservação na geração de emprego e renda.

A análise dos impactos da ação preservacionista na geração de emprego e renda pode ser considerada de mais relevância na área de estudo, tendo em vista a introdução das indústrias de cerâmicas nos povoados do entorno no PARNASI, este contexto mobilizou um considerável número de mão-de-obra para a região.

A proliferação de cerâmicas atraiu grande número de homens para suprir e ocupar os postos de empregos existentes nessas unidades produtivas. Esse acontecimento contrariou as perspectivas dos ceramistas na época da criação do PARNASI, que informavam através de meios de comunicação, na mídia impressa especificamente, que a criação de uma unidade de conservação ocasionaria desemprego.

Na análise dessa situação no PARNASI percebe-se que a questão fundiária não solucionada caracteriza-se como causa de conflitos, como afirma Valdineide em entrevista e comprovados nos registros da pesquisa de campo que evidenciaram práticas agrícolas no espaço geográfico na área do parque.

Vai regularizar a situação fundiária do Parque, **então quando você estabelece uma Unidade de Conservação, você coloca o polígono naquela velha inscrição, incluindo as áreas que são estratégicas para a proteção do sistema de toda a área do Parque, inclusive áreas para recuperação, então não é só aquela área que tá lá, não nunca ninguém usou, não tá mexendo, tem área passíveis de recuperação,** então parece que tem duas olarias que estão ali, que ficaram no polígono da unidade, é para regularização fundiária, para adquirir aquela área, e depois transformar aquilo ali numa outra coisa, uma coisa que sirva de atrativo para o Parque, pra não deixar aquilo aí como foco de pressão negativa sobre o Parque, pra não impedir, ou não dificultar o cumprimento dos objetivos do Parque. Tem que ter investimento, você faz a unidade de conservação, concilia, pra chegar ao polígono você tem que conciliar os diversos interesses, que são muitas vezes divergentes. Por isso que tem aquelas olarias (Pesquisador e técnica da SEMARH, março de 2010).

Analisar os conflitos existentes no PARNASI implica em ressaltar a importância de elaboração do plano de manejo da UC, objetivando sugerir medidas de mediação desses conflitos. Referindo-se ao segundo elemento de análise de Soares (2002), a participação dos atores sociais, a pesquisa comprova através dos dados coletados que no momento de implantação do PARNASI, a participação dos atores sociais foi superficial, especificamente os gestores das unidades de produção (olarias e cerâmicas) localizadas no entorno do parque.

Além disso, as análises das entrevistas realizadas demonstram que o processo de implantação do PARNASI foi caracterizado por condicionamentos políticos e econômicos minimizando as questões sociais e não potencializando o conhecimento da população local.

A organização e nível de influência dos atores sociais, nas pesquisas de campo e numa

---

aproximação com o objeto de estudo, permitiu perceber que os atores envolvidos nos conflitos socioambientais, em função da implantação do PARNASI; são os proprietários das olarias e cerâmicas, a comunidade do entorno do parque, os agricultores, o gestor da unidade de conservação e os órgãos ambientais IBAMA, ICMBio, SEMARH-SE e UFS.

Apesar de várias teorias, como formulada por Acselrad (2004) defenderem ou postularem procedimentos essenciais para resolução de conflitos, diante da crise ambiental contemporânea, é mais realista falar em tratamento dos conflitos socioambientais em vez de resolução de conflitos.

## **CAPÍTULO IV - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA E CONSEQUENTE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO SEU ENTORNO NA MODERNIDADE TARDIA.**

*Somos testemunhas oculares de uma transformação social no interior da modernidade, ao longo da qual as pessoas são libertadas das formas sociais da sociedade industrial, classe, estrato, família, estatutos de gênero para homens e mulheres” (Beck, 2010).*

A situação da problemática ambiental se apresenta de várias formas. Uma das mais enfatizadas refere-se às consequências imediatas para os seres humanos, tendo como fundamento uma visão antropocêntrica que associa à crise ambiental a relação homem natureza. Diante disso uma das formas mais utilizadas na contemporaneidade no enfrentamento desse contexto são políticas públicas ambientais que se materializam através da institucionalização de áreas ambientalmente protegidas com a finalidade de preservação e conservação dos recursos naturais.

Nesta política ambiental, e na institucionalização de UC's, percebe-se que alguns atores são considerados em detrimento de outros, como também algumas concepções teóricas são privilegiadas e fundamentam o norte teórico e metodológico da política ambiental. Nesse estudo específico analisa-se a inserção de alguns povoados localizados no entorno do PARNASI, na modernidade tardia, via institucionalização dessa UC que se configura enquanto medida preservacionista.

O processo de proliferação de áreas ambientalmente protegidas perpassa por um modelo importado dos países desenvolvidos, principalmente tratando-se da categorização de parques nacionais, nesse sentido Diegues (2000) nos chama atenção afirmando-se que:

Há uma grande resistência das instituições governamentais em começar a avaliar os próprios modelos de conservação do mundo natural e de sua biodiversidade. Há, no entanto, fortes indícios que esses modelos de conservação (áreas protegidas, corredores ecológicos, etc.), em grande parte importadas de países temperados, com realidades ecológicas e sócio-culturais distinta da nossa tem se revelado inadequada para atingir os objetivos da conservação ambiental (DIEGUES, 2000, p. II).

O modelo de conservação e ou preservação predominante no Brasil, imprime e interconecta o global ao local tendo em vista que a problemática ambiental mesmo com peculiaridades específicas de cada localidade perpassa por uma discussão a nível global. Nessa perspectiva, o PARNASI ao instituir-se, insere os povoados do seu entorno em uma

estrutura dual que se caracteriza pelo contraponto entre a lógica da sobrevivência e lógica do desenvolvimento sustentável, e a lógica do industrialismo.

Além dessa nova configuração inserir a região na modernidade, por destradicionalizar as formas de vida de uma sociedade com práticas sociais que podem ser associadas à sociedade pré-moderna, a institucionalização do PARNASI redimensionou essas práticas sociais e produtivas de reprodução da vida social, pois imbricado na criação de uma UPI coexiste uma legislação ambiental onde as olarias e cerâmicas legalmente tem que assumir uma postura diferenciada no que se refere à utilização dos recursos naturais.

A aplicabilidade dos princípios de conservação não atende as diferentes sociedades. De acordo com Diegues (2000) as medidas conservacionistas configuram soluções mágicas para os problemas ambientais, principalmente referentes ao desmatamento e a destruição dos ecossistemas. De acordo com o autor: “Essas soluções mágicas são tidas como universais, pois parte-se do princípio que as relações entre as diversas sociedades e o mundo natural são as mesmas em todos os lugares, sobretudo na chamada era da “globalização” (DIEGUES, 2000, p.03).

Entretanto, é necessário salientar que essas soluções não apresentam os mesmos resultados nas diferentes sociedades. A materialidade dos insucessos das medidas conservacionistas e preservacionistas quando concretizadas em institucionalização de UC's se expressa mediante os conflitos manifestos entre os atores sociais envolvidos nesse contexto e conjectura. Isso não é diferente nas práticas sociais e relações de reprodução da vida social dos atores presentes no entorno do PARNASI, principalmente referindo-se as olarias e cerâmicas desse território.

A inserção do território estudado na modernidade se concretiza através da interconexão propiciada pelo modelo preservacionista que liga o local ao global, principalmente quando a dinâmica das práticas sociais é redimensionada como aconteceu na realidade dos povoados estudados, localizados no entorno no PARNASI. A institucionalização do parque originou outras atitudes dos atores sociais presentes nas limitações da UPI, uma medida preservacionista com o propósito de solucionar uma questão ambiental, que não considerou as peculiaridades locais. A esse respeito Diegues (2000) informa:

Uma dessas soluções mágicas, originada nos Estados Unidos, num momento determinado de sua história, baseia-se na ideia de estabelecimento de parques ou reservas naturais desabitadas, a qual foi sendo imposta a outros países e sociedades com características ecológicas sociais diferentes. (DIEGUES, 2000, p. 03).

A implementação do PARNASI tem em sua criação o marco da invisibilização dos diversos atores sociais, e parte do pressuposto de um modelo preservacionista importado dos países desenvolvidos. Diegues (2000) realiza uma reflexão interessante apontando uma alternativa para as especificidades dos países em desenvolvimento:

A questão dos parques nacionais e outros tipos de áreas protegidas serviram para levantar problemas mais amplos de conservação que desembocaram na necessidade de se construir modelos de proteção da natureza viáveis nos países do Sul, baseados nas especificidades ambientais e culturais de suas sociedades (DIEGUES, 2000, p.04).

A visibilidade das questões culturais na política ambiental e principalmente na institucionalização de UC's pode ser considerada um elemento de fundamental importância, já que essas questões implicam numa mitigação dos conflitos socioambientais que possam existir em decorrência da criação de uma Unidade de Conservação de proteção integral como o PARNASI.

Essa preocupação com certeza contribui com a concretização dos objetivos propostos por uma UC. O discurso de um ceramista afirma o desconhecimento sobre a categoria da UC, e quando inquirido sobre a possibilidade de outra possível categorização relembra o momento da criação do parque:

Rapaz eu acho errado, **não teve conversa ou diálogo, entre a população e as pessoas que queriam fazer o parque, colocar para frente o parque.** Dizer assim... colocar um especialista para ver como era que tinha que ser... **se tinha que ser esse projeto de não explorar de jeito nenhum dentro do parque ou se podia explorar,** desde quando não agredisse tanto. Ou se depois fazer as medidas cabíveis pra você reflorestar, não teve esse levantamento, para ver essa questão de desmatamento, eu sou contra isso. (Jackson, proprietário da cerâmica Sagrado Coração de Jesus, povoado Rio das Pedras).

Entretanto, na prática os princípios da sustentabilidade presidiram na institucionalização do PARNASI, principalmente o aspecto da adaptabilidade, o sistema capaz de se ajustar aos choques e as crises, de ser suficiente flexível e diversificado em relação aos recursos (incluindo a diversidade biológica) e às práticas (incluindo perspectivas de conhecimento) a fim de se preservar as incertezas do futuro.

Nessa discussão conceitual os princípios do desenvolvimento sustentável passaram a significar além de conservação intacta do capital físico que produz um fluxo de renda. Assim a conservação, a substituição e o crescimento do volume de capital, tanto físico quanto

humano, constituem sem dúvida um aspecto da sustentabilidade.

A complementaridade do capital físico e não somente o humano tende a ser conservado. O conhecimento técnico, gerencial e administrativo, o uso e disseminação por meio da educação podem substituir o capital físico e ambiental, ou servir-lhe de complemento. A esperança da sustentabilidade se repousa sobre a capacidade de inovação e criatividade humana, que substituem recursos não renováveis por outros artificiais, ou reaproveitáveis.

Porém a importação de modelos conservacionistas ou preservacionistas remete a uma discussão crítica cientificamente, mesmo de autores denominados conservacionistas como afirma Larrère:

A ideia de um “wilderness” onde o homem é somente um visitante é uma representação urbana de uma natureza longínqua... conjugando etnocentrismo e imperialismo, a política de preservação da “wilderness” é um luxo de países ricos e desenvolvidos que não é acessível aos países pobres, e lhes é prejudicial quando aplicada (LARRÈRE, 1997, p. 186).

A proliferação de Unidades de Conservação coloca o meio ambiente na encruzilhada do desenvolvimento econômico e sociocultural e desenvolvimento sustentável. Nesse interim percebe-se que o modelo conservacionista/preservacionista contextualiza-se com as premissas das sociedades industriais, e busca mitigar as consequências do industrialismo. De acordo com Diegues (2000):

Apesar do uso generalizado das espécies selvagens, os planos de manejo de áreas protegidas e esquemas de reassentamento dão pouca atenção, se alguma, à importância dos recursos naturais da vida selvagem para segurança do bem estar local [...] mudanças em leis de uso da terra e outras atividades impostas a partir do exterior, implícita e explicitamente, adotaram o modelo cultural dominante da sociedade industrial. Nas sociedades industriais, as necessidades básicas são quase que exclusivamente satisfeitas por bens adquiridos no mercado ou produzidos industrialmente. (DIEGUES, 2000, p.184).

Como dialogamos com a modernidade e as instituições modernas, o industrialismo e o capitalismo, que preponderam nas práticas sociais dos oleiros e ceramistas constitui o elo que interconecta a dinâmica dos povoados do entorno do PARNASI com a sociedade industrial. Observa-se as consequentes mudanças no uso dos recursos naturais advindos da unidade de conservação imposta a partir do exterior com o modelo de sociedade industrial.

A lógica mercadológica e industrial requer o máximo de consumo, e as pessoas que

vivem dentro ou no entorno das áreas ambientalmente protegidas não participam totalmente da economia. Segundo Diegues (2000, p.184), “nem consomem bens produzidos e distribuídos pelo mercado, ainda que estejam satisfazendo suas necessidades por meios próprios”. Esse desprezo pela engenhosidade e diversidade reforça ainda mais o modelo dominante de desenvolvimento baseado na uniformidade, centralização e controle.

A institucionalização da UC, sem a participação da comunidade do seu entorno, como ocorreu durante a implantação do PARNASI, é o pressuposto para insegurança individual e coletiva, tendo em vista a legislação implícita ou explicitamente que regulamenta a unidade de conservação e as atividades pré-existentes. Essa insegurança tem o efeito causal da disseminação de conflitos. Corroborando essas afirmações Diegues (2000, p. 184) afirma: “A Falta de segurança em sua forma de vida enfraquece os esforços para a conservação uma vez que a pobreza, a degradação ambiental e os conflitos crescem em zonas contíguas aos parques nacionais e reservas naturais”.

As concepções sobre melhores condições de vida são divergentes principalmente quando o segmento dos atores sociais envolve interesses diversos, alguns têm interesses sociais outros os interesses econômicos diretos, como se caracteriza os oleiros e ceramistas. Essas perspectivas diferentes presume uma reflexividade das práticas sociais e constituem o cenário que materializa a inserção dos povoados estudados numa conjuntura de modernidade.

Diante do exposto o tópico seguinte explica as estratégias econômicas utilizadas pelos oleiros e ceramistas para enfrentar os condicionamentos após a criação do PARNASI.

#### **4.1 Estratégias econômicas das olarias e cerâmicas e os parâmetros da modernidade através da legislação ambiental**

Considerando o contexto onde estão inseridas as olarias e cerâmicas, as transformações decorrentes da implantação do PARNASI, as formas de enfrentamento das exigências impostas pela legislação ambiental, percebe-se que a realidade empírica estudada, explicita a forma distinta que essas unidades produtivas enfrentam a legislação ambiental e trabalhista e os parâmetros da modernidade.

Esses parâmetros modernos podem ser associados às dimensões institucionais da modernidade, principalmente o industrialismo e o capitalismo concomitante com a legislação ambiental decorrente da problemática ambiental, que eclode numa sociedade industrial.

Tendo a dimensão institucional do capitalismo presente, percebe-se a imposição da dimensão econômica, em contraponto com a questão ambiental implícita na institucionalização do PARNASI. Quando questionados sobre a regularização das olarias e

cerâmicas que se encontram no limite da área do PARNASI, os ceramistas explicitam:

[...] uma empresa grande... por isso que eles não indenizaram Alexandre, por que é uma cerâmica de grande porte. O Estado vai indenizar dois milhões três milhões para indenizar uma empresa? De jeito nenhum, agora se fosse uma empresa pequena já tinham tirado fácil, fácil... Como em Itabaiana e não tinham condições e trabalhavam só para se manter não era empresa registrada, **já as cerâmicas tem mais capacidade de resistir... Tem por que as cerâmicas pagam impostos, pagam tudo, tem poder.** E para entrar numa cerâmica que paga imposto, tudo certinho, para retirar a cerâmica de Alexandre de lá deve ser uns quatro milhões. É muito grande (Janison, gerente de cerâmica, povoado Mundês).

Diante dessa disparidade evidente nas estratégias utilizadas por essas unidades produtivas para enfrentar a imposição da legislação ambiental, percebe-se também um jogo de poder realizado pelos diversos atores. No relato a seguir o Estado é mencionado como detentor de poder econômico e político:

Rapaz a gente vai levando, trabalhando do jeito que eles pedem né você ver que se agente explorar uma coisa aqui por dentro do parque hoje em dia... estou procurando os engenheiros para ver se tem condições da gente dá entrada numa licença para poder tirar um barro sabe como é que né. E a gente vai levando do jeito que ele vai pedindo agente vai fazendo, **não tem estratégia específica para levar de acordo com o parque e agente né!** Por que não depende da gente deles, **não existe comunicação nenhuma desde quando ela assinou, não teve relação nenhuma não teve divulgação, não teve abaixo assinado pra uma eleição, não teve palestra sobre assim vamos dizer, a população é de acordo que faça o PARNASI, não teve nada, nada, nada, que eu fiquei sabendo não teve nada já tenho 14 anos aqui dentro.** (Jackson, proprietário da cerâmica Sagrado Coração de Jesus, povoado Rio das Pedras).

Essas informações do ceramista tanto explicita a incerteza diante da implementação do parque e da flexibilidade na utilização das estratégias, como evidencia a necessidade do auxílio técnico dos sistemas peritos definidos por Giddens e abordados anteriormente.

Já as olarias enfrentam a legislação ambiental e trabalhista através da ilegalidade ou utilizando-se de subterfúgios, um antigo oleiro e atual sócio de uma cerâmica informa:

Enfrentar isso... a gente tem que trabalhar em cima de pedir a Deus, que é o principal, e conseguir vencer o que eles exigem. Exigiram, exigiram o quadro de energia, proteção no motor, filtro e a gente organizamos isso tudo. Conseguimos, em cima de dívida e de tudo, mas tem que trabalhar agora para conseguir pagar. (José Augusto, sócio proprietário da cerâmica povoado Gandu I).

Normalmente os gestores recorrem ao subsídio financeiro de linhas de crédito ou empréstimos com outros ceramistas, enquanto os oleiros buscam empréstimos com agiota, com juros altíssimos, dentro de uma lógica capitalística e mercadológica destaca-se. O oleiro informa: “Fazer o que eles pedem né, não usar a lenha do sertão, hoje já estão exigindo licenciamento de barro, mas esse ano ainda não fizemos a papelada para ter a liberação, mas com o tempo vamos adequando (Adeilson, proprietário de olaria povoado Rio das Pedras).

Como a principal dificuldade evidenciada é a lenha, e este é um instrumento de produção essencial, para o processo produtivo de telhas e tijolinhos, os oleiros encaram como uma problemática a ser enfrentada, que decorre da proibição da caatinga de porco, muito utilizada para queima do material, antes da criação do PARNASI e hoje proibida.

Aqui mais é o que lenha... Aqui lenha é tudo proibida, essa lenha mesmo aqui a gente não pode queimar por que o IBAMA não deixa, a gente arruma aqui os pinguinho de carroçada em carroçada, depois arruma uns troquinho aí vai compra essa aqui a carrada, que só o metrinho quadrado custa R\$50,00. É algaroba... aí a gente trabalha mais com ela, pelo menos eu né. Essa aqui é bem pouquinha, **para você ver o jeito que tá aí, eu trabalho mais com ela do que com essa que já é proibida e dificulta mais um pouco as coisas**. Essa lenha daí da região aqui mesmo e essa vem do sertão, aí quer dizer que chega muito mais cara, essa aqui o metro sai por R\$25,00 e essa aqui por R\$50,00, repare a diferença! Aí é proibida, aí quer dizer se agente pudesse trabalhar com ela, não tinha condições, como nós não tem fica se complicando na outra mesmo (Adeilson Tavares, proprietário de olaria povoado Rio das Pedras).

A institucionalização do PARNASI ocasionou uma proibição no acesso aos recursos oriundos da área do parque, principalmente a retirada da madeira utilizada como lenha (Figura 37), ressalta-se que atualmente essa prática é realizada de forma ilegal por carroceiros para o abastecimento das olarias. Uma estratégia evidencia-se através do diálogo com os órgãos fiscalizadores, como menciona o oleiro:

Vou lhe contar uma história, você tem que conversar com uma pessoa que entende, se uma pessoa da justiça chega aqui você vai botar quente neles? **Perdeu tempo você tem que conversar com eles para ele lhe explicar falar como for**. O IBAMA chegou aqui, eu tou ali com a lenha, e perguntou seu José Carlos quem é o proprietário da olaria é senhor é? Sou... eles falaram o senhor está multado, e eu como assim estou multado o senhor tem que me explicar! O senhor tá queimando lenha ambiental. Eu digo não é assim não vamos conversar e você tem que me explicar como é. Ai ele disse: - não o senhor queima lenha aqui há muito tempo? **Eu disse queimo, você sabe que se não queimar não trabalha, ele disse então o senhor está multado, eu falei moço não é assim não**. Ai foi que ele falou: então o senhor

vai lá conversar com a gente, ai certo quando cheguei lá ele me explicou você tá queimando lenha proibida do sertão por causa da desmatção. Ai eu falei me desculpe meu patrão agora a gente vai viver sem queimar? **Você sabe que se a gente não queimar lenha não funciona.** Mas você pode evitar e queimar outra lenha, pinho, eucalipto, **mas essa é muito cara demais a gente não tem condição de comprar.** Ai vocês tem que fazer uma ordem de liberação, eu estava escutando na rádio que está mudando a lei do meio ambiente já o código florestal, **alguma coisa eles vão fazerem aí né, por que não pode parar.** (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos I).



Figura 37- Lenha utilizada pelas olarias no processo produtivo das telhas e tijolinhos.  
Fonte: FIGUEIREDO, 2011, visita de campo outubro de 2010.

Diante da proibição da retirada da lenha as estratégias são distintas, e as dificuldade de acesso à lenha legalizada por parte dos oleiros os impõe para ilegalidade, corroborada pelos depoimentos quando questionado a origem da lenha:

É assim né a lenha vem do sertão, da caatinga, a gente compra por aqui mesmo alguém que roça uma roça uma coisa, a gente compra uma jurema, fruteira, cajueiro e mangueira e vai misturando né vai queimando. Por que minha filha se for com eucalipto também que é bom para queimar, mas é muito caro, mais de 1000,00 reais 1500,00 por carrada que é muito grande. Os donos de cerâmica que podem eles compram dessa lenha algaroba para queimar né, mas a gente que é dono de olaria não pode queimar com essa lenha que é muito caro. E a gente vai se virando assim mulher assim mesmo. (D. Joelma, proprietária de olaria povoado Rio das Pedras).

Uma peculiaridade importante também no processo produtivo é a influência da mudança climática em virtude das estações do ano, a produtividade quantitativa dos artefatos para construção civil (telhas e tijolinhos) é diminuída, exclusivamente nas olarias. Estas durante o inverno têm uma produção baixa, por conta do tempo de duração da secagem da telha e os tijolinhos comprometidos em virtude da ausência do sol existente durante o verão. Já as cerâmicas não enfrentam essa dificuldade, pois a mecanização propicia dinâmica para o processo produtivo, este não se altera e independe da circunstância temporal.

Nesse aspecto os posicionamentos dos oleiros convergem e expressam as dificuldades enfrentadas, e quais os mecanismos de superação destas:

Agora no inverno já é ruim, quase a gente não trabalha... aí já passa dificuldade de estar naqueles fornos quente trabalhando. Que o serviço é pesado né, principalmente para nós mulher, ficar dentro do forno aquela poeira, para enfiar a mesma coisa, para carregar no carrinho... para encher aquele forno e muita dificuldade...No verão que é melhor de trabalhar...agora no inverno é ruim, minha fia não seca... e a lama?! Tudo que você vai fazer é um peso, vai andar com um carrinho dentro de uma lama para ver o quanto você sofre?(D. Gilza, proprietária de olaria povoado Mundês).

Rapaz... a gente gostaria de fazer mas não tem condições, principalmente no inverno é difícil, **pois trabalha dois três dias e para, as** vezes trabalha 2 horas por dia. O inverno é **mais parado**, para sobreviver **arruma um dinheirinho no verão e tem que se arranjar até o inverno** (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos I).

Se não tem outro negócio para poder fazer, só sei fazer isso e tudo e é uma dificuldade braba, agora mesmo eu tou entrando no inverno, e no inverno é uma dificuldade tão grande para secar telha, para enfiar um forno. Dependendo daquele forno, que é para pagar o trabalhador, que não tem o dinheiro para pagar, **tem que ter aquelas telhas que é para eu vender, para poder pagar a eles e é uma dificuldade braba mulher pense!** Por que tem horas que eu penso em desistir, de entregar os ponto uma coisa e outra, mas eu peço eu não tenho outro meio de sobrevivência, não pensei ainda outro meio por que eu não sei fazer nada outro tipo de coisa, nem uma aposentadoria não tenho nem uma pensão de nada não tenho. É uma luta braba, e agente tá no vermelho e é uma dificuldade por que lenha cara, 800,00 uma carrada de lenha, barro caro mulher pense... **é um sufoco que a gente passa e ainda ameaça de Ministério do Trabalho vim para empatar trabalhar, IBAMA por causa da lenha que tem no pé do forno, aquelas que não podem desmatar, mas sem a lenha agente não pode queimar o forno.** Para poder queimar as telhas e ter o dinheiro né, e é uma luta danada. Nós vive assim né até o dia que Deus quiser. (D. Joelma, proprietária de olaria povoado Rio das Pedras).

Outro problema enfrentado em decorrência das mudanças de estações do ano se refere

aquisição de matéria prima, a argila e selão tem que ser estocado, como informa seu Antônio em entrevista:

A mais importante é a compra do barro, **se não estocar no verão no inverno também não trabalha, no inverno não retira barro e só começa a tirar em agosto de agosto para frente**, e setembro que tira barro. Quem não bota barro não trabalha esses dois meses e no inverno não faz nada, ai que é sofrimento (Antônio dos Santos, sócio proprietário da Cerâmica Nascimento, povoado Mundês).

Esse recurso utilizado como matéria prima tanto nas olarias como nas cerâmicas tem na sua extração o desencadeador do conflito mais evidente nas atividades dessas unidades produtivas, na área do PARNASI. As consequências decorrentes dessa ação provocam o assoreamento dos rios, a agressão à fauna a flora e desequilíbrio no ecossistema presente nessa área. O cenário de degradação expressa às implicações e transformação da paisagem decorrente dessa prática, (Figura 38)



Figura 38- Paisagem aérea da localização de uma cerâmica, destacando o processo de degradação através da retirada da argila. Fonte: Arquivo do ceramista, doada a pesquisadora em visita de campo outubro de 2010.

As medidas dos órgãos regulamentadores diante dessa problemática ambiental se fazem através da exigência de licenças ambientais, para retirada do barro e de utilização de lenha legalizada. O ceramista afirma e reclama da dificuldade de obtenção dessas licenças. Já os oleiros enfrentam essa dificuldade de acesso ao “barro”, e informam quando questionado

sobre a origem do mesmo: “Aí não tem lugar certo não, mas a maioria vem da redondeza *mesmo*” (S. Luiz, ex- proprietário de olaria, povoado Fornos I). Outro oleiro complementa:

Sempre vem do lado das candeias, deixa ver do outro, esqueci o nome do povoado, é onde as cerâmicas puxam aí vai ao IBAMA e pega tudo certinho. Aí... a gente vai conversar com eles aí eles distribuem umas para gente. **Mais cara só um pouco, mas do mesmo preço que alguém quer cavar um tanque aqui... aí quer vender aí é o mesmo preço, só que aqui já é mais errada no caso...** um pouco. Eles tem um terreno e quer cavar um poço, coloca o maquinário e tira 50 100 caçambada aí sai nas olarias vendendo e todo mundo compra (Adeilson, proprietário de olaria povoado Mundês).

Outro obstáculo é a dificuldade em encontrar argila de qualidade, e outras informações que comprovam a escassez dessa matéria prima, o que implica na confirmação da extração desordenada e da efetividade da legislação ambiental. Sr. José Carlos informa: “*Por que tem que procurar o lugar que tenha o barro, com uma matéria boa mesmo, tem que ter a licença, de barro de selão de tudo*”. Cada vez mais está ficando distante onde tem a matéria prima, a principal matéria prima. O oleiro faz uma reflexão interessante sobre o surgimento das leis ambientais:

De lá (se refere o povoado de boqueirão) tinha matéria prima, mas chama hoje a argila, vendia de lá e trazia para as olarias de Rio das Pedras, desde 82, de 82 até 86 eu puxei barro. **Em 86 foi que apareceram essas leis... em 86 apareceu esses que chama IBAMA e agora já apareceu essa ADEMA e já ficou difícil para a gente trabalhar.** A matéria prima ficou difícil também, agora está vindo de Campo do Brito, de São Domingos repare! E já fica difícil, e não é em todo canto que a gente tira, ficou proibido. Antigamente agente tirava em todo lugar não tinha esse negócio de lei (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos I).

A legislação ambiental cumpre um papel importante na regulamentação do uso dos recursos naturais, entretanto a política ambiental fundamentada no âmbito global tem medidas preservacionistas que objetivam a restrição dos recursos naturais disponíveis, desconsiderando as peculiaridades culturais e sociais dos diversos territórios existentes.

A lógica do desenvolvimento sustentável implica em condicionamentos às olarias e cerâmicas que se encontram localizadas no entorno do PARNASI. Uma das estratégias é instalar um forno compatível com as exigências ambientais, ação que requer inovações tecnológicas. Segundo os sujeitos da pesquisa enquanto as olarias não dispõem da capacidade econômica de instalar um forno que tenha filtro, para as cerâmicas representa uma

possibilidade de cumprimento da legislação ambiental e responsabilidade socioambiental.

Confirmadas nas informações do gerente da cerâmica ao diferenciar as peculiaridades de cada atividade:

É a quantidade de funcionários, o forno, principalmente o forno. A gente já passou para cerâmica, por que meu pai já trabalhava com em Itabaiana com olaria aí fecharam lá, **agente tentou fazer um forno aqui com filtro só que não deu certo na olaria o gasto era muito e diminuía o lucro e olaria não ganha quase nada. E você acha que olaria sobrevive por quê? Porque a maioria que trabalha é família** (Janison, gerente da cerâmica União, povoado Rio das Pedras).

A lógica de sobrevivência das olarias perpassa pela composição familiar no desenvolvimento prático dessas atividades, diferente das cerâmicas que se insere com maior competitividade no mercado devido ao poder econômico dessas unidades produtivas.

A ação dos órgãos fiscalizadores e a política ambiental fundamentadas no desenvolvimento sustentável expõem de modo desigual os diferentes atores sociais à legislação ambiental. Nesse sentido, a lógica do desenvolvimento sustentável remete a uma crítica inerente da implementação de um modelo de desenvolvimento, sendo imprescindível considerar as prioridades socioculturais, a lógica da sobrevivência que necessariamente está associado ao viés econômico e modelo capitalístico vigente, que perdura nas relações de reprodução da vida social, e estabelece novas relações de poder.

Nesse contexto torna-se imprescindível realizar uma discussão teórica sobre o desenvolvimento sustentável e como outras formulações conceituais se contrapõe a esse conceito.

#### **4.2 Desenvolvimento Sustentável ou sustentação do desenvolvimento**

A discussão da construção do conceito de desenvolvimento sustentável no cenário das sociedades capitalistas remete ao amadurecimento teórico conceitual dessa construção e reflexos no debate da questão ambiental. Sendo necessário ampliar o entendimento a partir da análise crítica do conceito, tomando por base algumas definições da teoria ambiental, pertinentes na contemporaneidade.

Os questionamentos referentes à problemática ambiental originam-se na crítica da capacidade de degradação da natureza por parte da sociedade contemporânea. Pode-se afirmar, que algumas ideias formuladas por (SACHS, 2007; LEFF, 2007) constitui-se de uma crítica não apenas a degradação ambiental, mas ao modelo social, econômico e político que orienta e intensifica essas práticas. Em resposta ao modelo criticado, a expressão

ecodesenvolvimento foi cunhada para indicar “novos modelos de produção, de estilo de vida que reconheça e respeita as especificidades regionais, étnicas e se baseie na gestão participativa”. (LEFF, 2007: 17)

Assim, as concepções de Sachs (2007) referentes ao ecodesenvolvimento, Leff (2007) racionalidade ambiental, Spaargaren e Mol (2003) modernização ecológica, melhor fundamentam a crítica à noção de desenvolvimento sustentável que apesar do alcance social, tem sido tratado com superficialidade.

Os limites teóricos, epistemológicos e práticos do desenvolvimento sustentável subsidiam essa discussão, que se integra na medida em que sua gama ideológica e prática apreende diferenciadamente o conceito de desenvolvimento sustentável.

As definições de desenvolvimento sustentável mais conhecidas estão presentes no relatório Nosso Futuro Comum; dentre elas:

Desenvolvimento sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo (1991, p.04) [...] o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (1991, p.46). Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (1991, p.49).

Equivocadamente, o desenvolvimento sustentável tem sido considerado representante referenciado como procedimento essencial para solução da problemática ambiental. Porém é imprescindível, a discussão em torno das questões ambientais e da relação Estado-Sociedade-Natureza com sua complexidade, que este não é o caminho mais viável, por desconsiderar características peculiares da estrutura organizacional da sociedade contemporânea.

[...] desenvolvimento sustentável, em grande parte da literatura, é considerado não como uma teoria sociológica, mas como um conceito ou discurso ecológico. Isso não significa que ele não tenha uma relação com a teorização sociológica propriamente dita, uma vez que tende a ser visto como um discurso fundamental para “ecologizar” a teoria social. [...] (LENZI, 2006, p.21).

Portanto a necessária complementaridade nas teorias sociológicas e o discurso do desenvolvimento sustentável originam-se em função de um contexto específico, podendo ser inferido valores políticos, ideológicos e científicos.

Ao realizar uma retrospectiva percebe-se que as preocupações com o ambiente natural, no mundo ocidental, surgem, especificamente após a década de 70, concomitante com o conceito de desenvolvimento sustentável, em resposta aos limites do modelo e formas de desenvolvimento econômico e tecnológico vigentes na sociedade capitalista, sendo assim, impossível não realizar uma reflexão sobre a ação deste modelo de desenvolvimento proposto.

Precedido pelo conceito de ecodesenvolvimento cunhado por Maurice Strong, Secretário Geral da Primeira Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizado em Estocolmo, em 1972 e difundido por Ignacy Sachs a partir de 1974.

Ecodesenvolvimento de acordo com Montibeller Filho (2004) significa o desenvolvimento de um país ou região baseado em suas próprias potencialidades, portanto, um desenvolvimento endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade a consecução de objetivos sociais e econômicos que proporcionem uma gestão responsável do meio ambiente.

Sachs complementa o conceito de ecodesenvolvimento, e afirma suas características mais marcantes:

Em cada ecorregião, o esforço se concentra na valorização de seus recursos específicos para a satisfação das necessidades fundamentais da população em matéria de alimentação, habitação, saúde e educação, sendo essas necessidades definidas de maneira realista e autônoma, de maneira a evitar os nefastos efeitos de demonstração do estilo de consumo dos países ricos (SACHS, 2007, p.61).

Referindo-se a ação do homem, Sachs (2007) o menciona como recurso precioso e ressalta que o ecodesenvolvimento deverá contribuir para realização humana fundado nos pressupostos do:

Emprego, segurança, qualidade das relações humanas, respeito à diversidade das culturas, ou, se preferir, a implantação de um ecossistema social considerado satisfatório como parte do conceito. Desenha-se uma simetria entre a contribuição potencial da ecologia e da antropologia social para o planejamento. (2007, p.62).

A questão que diz respeito aos recursos naturais, o autor informa que:

A identificação, a exploração e a gestão dos recursos naturais se fazem numa perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras: a depredação é severamente proscrita e o esgotamento, inevitável, a longo prazo, de certos recursos não renováveis é mitigado por meio de uma dupla operação, que consiste em evitar o seu desperdício e em utilizar, tanto quanto possível, recursos renováveis, os quais, se adequadamente explorados jamais deveriam exaurir-se (SACHS, 2007, p.62).

Essas concepções sobre o ecodesenvolvimento podem ser dialogadas com a Modernização Ecológica, tal como definidas por Spaargaren e Mol (2003), e com o conceito de desenvolvimento sustentável formulado no relatório Nosso Futuro Comum, partindo da premissa que esses conceitos optam pela associação de desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

O discurso de alguns oleiros legitima essas concepções, como afirma D. Gilza, quando analisa a reprodução da vida social e a imposição da legislação ambiental através dos órgãos fiscalizadores:

É, por que nós quer o benefício, **nós não vamos pensar na gente, vamos pensar em nossos filhos mais tarde... Se destruir?** Nós temos que pensar assim, agora assim se destruir agora perto, para cá não. Por exemplo, o rio se derrubarem uma moita assim nós temos que falar com o IBAMA, [...] Já foi denunciado que taparam os rios, mas não sei o que resultou. Era para ir para justiça, por que é errado jogar tudo no rio. **Eu acho interessante, tem que prevenir mesmo para nós, nós não que não sabe se chega a essas coisas.** Mas prevenir tudinho, deixar tudo organizadinho, **para os nossos filhos** ( D. Gilza, proprietária de olaria povoado Mundês).

O discurso legitimado pela população local pautado no desenvolvimento sustentável explicita os recursos impositivos presentes através da atuação dos órgãos regulamentadores nos territórios estudados, interferindo diretamente nas práticas oleiras e ceramistas. É válido ressaltar que o contexto da problemática ambiental atual implica na formulação conceitual e prática de concepções que aliem as dimensões ambientais, econômica, social e principalmente cultural, que atendam as circunstâncias do contexto ambiental de forma a mitigar os conflitos socioambientais.

Sachs (2007) com suas ideias privilegia e responsabiliza o homem e suas atividades pelo quadro ambiental que se configura na contemporaneidade, e afirma:

Os impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente são reduzidos mediante procedimentos e formas de organização da produção que permitam aproveitar todas as complementaridades e utilizar os dejetos para fins produtivos. Especialmente em regiões tropicais e subtropicais, mas também em qualquer outra parte, o ecodesenvolvimento aposta na capacidade natural da região para a fotossíntese sob todas as suas formas (SACHS, 2007, p. 63).

As formas produtivas verificadas na realidade estudada são regulamentadas pelo sistema de produção capitalista, além da imersão dessas práticas numa relação territorial

resultante de uma ação do desenvolvimento sustentável, ou seja, a implantação de uma UPI. Ressalta-se que nessa conjuntura as concepções lançadas pelo desenvolvimento sustentável não atendem aos preceitos como também o que prega o ecodesenvolvimento.

Em algumas cerâmicas os resíduos sólidos são depositados sem precaução (Figura 39).



Figura 39- Resíduos da produção de blocos de uma cerâmica.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 21/05/2011.

Nas olarias também presenciamos a deposição de resíduos sem precaução (Figura 40). A única preocupação perceptível é implantação de filtros (Figura 41) responsáveis pela minimização dos impactos dos gases na atmosfera, exigência imposta pelos órgãos fiscalizadores ADEMA, IBAMA. É notório que a dimensão econômica prepondera sobre a dimensão ambiental, as precauções resultam de imposições legais, e não de um posicionamento crítico dos atores sociais frente à problemática ambiental. Essa caracterização por si constitui um fator complicador do desenvolvimento sustentável.



Figura 40- Resíduos da produção de telhas de uma olaria.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo em 21/05/2011.

A ação dos ceramistas em priorizar a implantação dos filtros, decorre das exigências realizadas pelos órgãos atuantes, que impõe a implementação dos mesmos, caso contrário às unidades produtivas incorrem no pagamento de multas.



Figura 41 – Filtro de controle da emissão de poluentes através da fumaça.

Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo.

Confirmado na entrevista com um gerente de cerâmica:

A fumaça, aqui tinha um filtro, aí pegou fogo e se destruiu, mas já estamos com outro. **Por que não pode; é por lei mesmo, já na norma se vier aqui fiscalizar e não tiver esse filtro, aí tem uma multa é atuado** (José Hamilton dos Santos, gerente da Cerâmica Santa Rosa Mista).

Essas precauções mesmo se tratando de medidas fundadas no enquadramento na legislação ambiental ou uma forma de enfrentamento dos órgãos fiscalizadores, visibiliza algumas premissas do desenvolvimento sustentável, principalmente quando a oleira menciona a preocupação com as gerações futuras. Quando inquirida sobre as questões de agressão ao meio ambiente durante a reprodução da vida social D. Gilza, afirma:

Agride né, de todo jeito agride... Pouco, por que nós já estava aqui né e veio esse negócio de meio ambiente, oh nós lavava roupa nos poços das moças. Nunca foi proibido, nós lavava no caldeirão saia daqui... colocava a roupa numa carroça, levava deixava lá e a gente só vinha de tardezinha, nós subia essa serra para pegar lenha, lavar roupa aí empataram...aí sabe o que a gente fazia pegava juntava roupa pegava um carro e ia para o cafuz lavar...passava o dia no cafuz.. era um sofrimento danado, mas ai foi bom por que chegou água encanada e nós deixamos essa vida, mas se não fosse não tinha meio ambiente não tinha presidente que empatasse! Nós ia lavar na serra, sempre lavou tinha um poço do campo que o povo chama nos passava dias e dias, saia à tropa de gente. A sorte foi que chegou água, se não chega estava uma guerra feita que ninguém ia respeitar (D. Gilza proprietária de olaria, povoado Mundês).

As transformações foram significativas nas práticas sociais e na reprodução da vida social da população existente no entorno do PARNASI, após a institucionalização do parque, o desenvolvimento das atividades produtivas desenvolvidas pelas olarias e cerâmicas são redimensionadas. As mudanças no cotidiano foram amenizadas a partir do abastecimento de água pelo DESO, que surge como alternativa para facilitar a prática doméstica da lavagem de roupa, como enfatizou D. Gilza, e essa providência evitou o desencadeamento de conflitos, originários a partir do uso dos recursos hídricos disponíveis na serra de Itabaiana, compreendida na UPI.

Os movimentos sociais pautados no desenvolvimento sustentável, sendo orientados por éticas diferenciadas, reivindicam mudanças do quadro social e ambiental da sociedade atual a fim de garantir as necessidades das futuras gerações, condizendo com o discurso do desenvolvimento sustentável, que de certa forma não contempla a realidade da problemática ambiental.

Outra concepção que analisa a problemática ambiental é desenvolvida por Camargo (2003), a concepção de ecodesenvolvimento surgiu de modo a amenizar a polêmica gerada entre os partidários do “crescimento selvagem” e os defensores do “crescimento zero”- vítima do absolutismo de critério ecológico (Sachs, 2000, p.110), que define o ecodesenvolvimento como “o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente correto”.

A crise ambiental, mesmo remetendo ao período pós-industrial marcado pela emergência do movimento ecológico, observa-se que na década de 60 a “irracionalidade ecológica nos padrões dominantes de produção e consumo, marcam os limites do crescimento econômico” (LEFF, 2007, p.16).

Essas questões implicam na necessidade de reposicionar o limiar crítico das relações humanas, ecossistêmicas, do biológico com o social, num amadurecimento do debate teórico e político fundamentado no questionamento da contemporaneidade que é considerar o papel científico e tecnológico na superação da crise ambiental.

De acordo com essas concepções, Diegues (1994) afirma um elemento importante entre as populações tradicionais:

[...] e a natureza é a noção de “território” que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de “utilizar” (DIEGUES, 1994, p.27).

Nessa pesquisa realizou-se uma crítica a noção de desenvolvimento sustentável, tendo em vista a cooptação desse conceito pelo modelo econômico vigente do capitalismo. De acordo com Carneiro (2005):

Para avançar na crítica à ideologia do desenvolvimento sustentável, é preciso ir além e examinar a seguinte questão: será que o desenvolvimento autocontraditório do moderno sistema produtor de mercadorias produz “apenas” problemas de “financiamento da reposição das condições naturais” como condição da produção de mercadorias e de outros usos sociais, ou será que esse desenvolvimento também produz a “destruição das próprias condições naturais” de que depende (e que dependemos todos)? Noutras palavras: se se resolvessem as dificuldades crescentes de financiamento, haveria lugar para um desenvolvimento capitalista que não destruísse os fundamentos naturais que asseguram sua continuidade e perpetuação da vida e dos usos não capitalistas desses fundamentos? (CARNEIRO, 2005, p. 30-31).

A tecnologia associada aos anseios econômicos propiciados pelo sistema capitalista vigente nos remete a um único questionamento: Os rumos do progresso científico e seu estímulo podem ser vistos como um perigo para a natureza e para espécie humana? O desafio enquanto senhores da ciência, é colocar o conhecimento a serviço da natureza e da humanidade? Assim pressupõe-se uma crítica a proposta do desenvolvimento sustentável que visa “internalizar” as “externalidades” socioambientais ao sistema econômico (LEFF, 2007, p.16).

Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental” (JACOBI, 2004, p. 190).

Neste aspecto, a crise ambiental com enfoque nos princípios da sustentabilidade, contextualizados como marco limite sinalizador na reorientação do processo civilizatório da humanidade, deve ser considerada. Tendo em vista que a literatura referente às questões ambientais emerge da globalização para redirecionar esse processo (LEFF, 2007).

Segundo Leff (2007), a degradação ambiental é consequência de uma crise que abrange a civilização, caracterizada com seu modelo de modernidade, conduzida pelo desenvolvimento de tecnologia racional e estruturada na organização da natureza, esta como suporte e condição potencial do processo de produção.

Ainda de acordo com o autor a racionalidade da modernidade coisifica a natureza pela lógica do sistema capitalista, em contraposição a homogeneidade dos movimentos sociais, necessitando inferência de uma auto governança dos direitos que fazem emergir uma nova racionalidade jurídica, com reflexos na racionalidade ambiental, e respeito à diversidade sócio cultural.

Nessa discussão paradigmática a racionalidade ambiental critica a racionalidade da ciência moderna, incorporando novos princípios, valores, e impede que suas estratégias possam ser avaliadas em termos de modelo de racionalidade gerada pelo capitalismo.

O autor fundamenta suas ideias na ética, nos movimentos sociais ambientalistas e na cidadania; propõe a construção de uma racionalidade ambiental processual fundada na necessidade de um amadurecimento e envolvimento das comunidades locais. Processo este prejudicado pela ordem econômica globalizante que impõe de cima para baixo suas formas,

valores e técnicas de apropriação que homogeneiza os grupos culturais.

Estes princípios podem ser associados ao momento de criação do PARNASI, onde os atores sociais do entorno não participaram dos processos decisórios, como afirma os oleiros e ceramistas entrevistados:

Não, tem reuniões de ceramistas que vai um, existe palestras, mas eu não me lembro bem se com o Parque Florestal teve algo. Sei que proibiram os barreiros que tinha ao lado, não pode tirar de jeito nenhum, muita máquina foi presa, e caminhão que tira não só barro como areia, lenha também. A areia daqui não pode ser tirada (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos).

Em 2005 eu tava, Tiveram umas pessoas assim aqui... para falaram desse parque e trouxe os alunos e olharam a gente trabalhar aqui, e perguntaram sobre a lenha, mas não tiveram reunião (Sr. José Augusto, sócio proprietário de cerâmica no povoado Gandu I).

**Rapaz tinha pra marcar aí na associação, umas três vezes, mas só com os donos de cerâmica.** Não houve participação dos oleiros.

Eu estou informado que aqui toda ala daqui, mesmo o povoado é dentro da Serra, mas só que não fizeram reunião com os moradores nenhum, daqui um ano ou dez a população vai crescendo e fazendo as casas daqui a pouco está dentro da serra, aí não pode (José Carlos, proprietário de olaria no povoado Lagoa dos Fornos).

Não, quando foi para criar o parque, tem uns dez anos já, **eles vieram conversaram com os donos de olaria, conversaram comigo os colegas sobre esse parque, mas o parque não existe não.** O parque não existe de jeito nenhum, só ali, por que para outra coisa, por que se existe um parque tem que ser cercado à área do parque por que é dele... Ele é cercado e não tem nada haver com o terreno particular que você tem, **se é parque tem que ser cercado como existe parque nacional por aí, com tudo demarcado certinho e aí não existe isso não, você pode ir até o pé de serra que você ver cerca em cima da serra, isso é parque?** É no começo da serra tem cerca. (José Antônio, sócio proprietário da cerâmica União, povoado Mundês).

**Não fizeram assim, com os povos da cerâmica que tinha esses barreiros encostado no pé da serra,** por que eles que tinham barreiros e transportavam para gente, com os pequenos não por que os pequenos não tinham terreno. Os terrenos não eram da gente, eles compravam os terrenos e tiravam o barro né ai foi fechado os terrenos que eles não pode tirar mais barro (Valdemir, sócio de olaria povoado Rio das Pedras).

Não sei nem onde fica isso, nunca fui lá eu sei na placa. (D.Joelma, proprietária de olaria povoado Rio das Pedras).

Essa configuração remete atentar-se para as concepções de Pimbert e Pretty (2000) que afirmam a necessidade de mudanças paradigmáticas nas concepções sobre conservação e

informam:

[...] a característica principal torna-se agora a capacidade de cada ator apreender as condições de mudança de forma a agir rapidamente para transformar as atividades existentes. Os atores poderiam tornar explícitas as incertezas e encorajar mais do que obstruir o debate público sobre novos passos para a conservação e o desenvolvimento. O mundo está aberto a múltiplas interpretações, cada uma válida em seu contexto limitado, mas não verdadeira em termos absolutos (PIMBERT & PRETTY, 2000, p.195).

Em 1987, o Relatório Brundtland, ou Relatório Nosso Futuro Comum da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, divulga a definição de desenvolvimento que passa a ser mais adotada oficialmente: “desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” Montiebeller Filho (2004, p.50).

Essa definição se pauta por uma lógica intergeracional e intrageracional, ou seja, pretende dar respostas às necessidades das gerações atuais e futuras. É notório que o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um dos mais utilizados na contemporaneidade, porém um dos mais imprecisos, pois a problemática ambiental da contemporaneidade exige novas correntes teóricas.

Numa retrospectiva verifica-se que os resquícios da colônia de exploração, refletem o processo de degradação ambiental, que remonta ao período histórico do Brasil colonial, constituído a partir da dominação e exploração de uns considerados superiores e outros tidos como selvagens incapazes e inferiores. Alguns acontecimentos do colonialismo dessa época e da conjuntura indicam que o fim do colonialismo político, isto é, a independência das colônias, não resultou no fim da colonialidade do saber e do poder.

Nesse contexto de imposição econômica e cultural de “poucos sobre muitos”, muitas vezes o desenvolvimento sustentável desempenha um papel incoerente com a lógica da justiça social e ambiental. O conhecimento científico é posto em primeiro plano e a economia capitalista neoliberal opera em estágio globalizado. Para Sachs:

Capital, burocracia e ciência- a venerável trindade da modernização ocidental declaram-se indispensáveis na nova crise e prometem evitar o pior através de melhor engenharia, planejamento integrado, e modelos mais sofisticados. Todavia [...] conclamações para assegurar a sobrevivência do planeta são muitas vezes, após análise minuciosa, nada mais do que convocações para sobrevivência do sistema industrial (SACHS, 2000, p.128).

Nessa conjuntura, o desenvolvimento sustentável desempenha um papel que não é

capaz de promover a justiça ambiental, pois em certa medida os princípios inscritos tanto nos documentos oficiais e sua implementação, caracterizam-se por medidas impostas pelos países dominantes os quais ditam uma agenda ambiental aos países dominados.

Em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, Montibeller Filho (2004, p.54) afirma que esse constitui um novo paradigma baseado no trinômio: “eficiência econômica, eficácia social e ambiental”, sendo que o alcance dessas condições implica no alcance do desenvolvimento sustentável.

Organizações internacionais como as Nações Unidas (ONU) que possui uma Comissão para o Desenvolvimento Sustentável-CDS-, bem como uma divisão para o Desenvolvimento Sustentável; e o Banco Mundial-BM, também adotaram em suas agendas políticas do uso do conceito desenvolvimento sustentável.

Esses exemplos ilustram semelhanças no discurso dessas duas importantes agências internacionais sobre o desenvolvimento sustentável, contudo é válido ressaltar que no discurso de ambas a possibilidade do desenvolvimento sustentável é dentro do atual modelo econômico, o mesmo que agrava as condições de sustentabilidade social e ambiental. De acordo com Leff (2007) a sustentabilidade constitui-se:

Da vontade de capitalizar a natureza através do mercado à descentralização da economia e à construção de uma racionalidade ambiental baseada em princípios não mercantis (potencial ecológico, equidade transgeracional, justiça social, diversidade cultural e democracia), a sustentabilidade define através de significados sociais e estratégias políticas diferenciados (LEFF, 2007, p. 48).

Ignacy Sachs (2000) teórico que mais difundiu o conceito de ecodesenvolvimento apresenta como dimensões da sustentabilidade do referido conceito, as sustentabilidades social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política. Ainda consoante com as concepções de Sachs (2000), a partir da interpretação, o conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões principais<sup>26</sup>.

Dois exemplos citados, para ilustrar tal questão, é a excessiva concentração da população em áreas metropolitanas, e a destruição de ecossistemas frágeis, de fundamental importância, pela falta de controle nos processos de colonização. Estes exemplos revelam a necessidade de se buscar uma nova configuração para a questão rural-urbano de forma mais

---

<sup>26</sup> a) "Sustentabilidade social", b) "Sustentabilidade econômica", c) "Sustentabilidade ecológica", d)"Sustentabilidade geográfica", e.)"Sustentabilidade cultural", Sachs (2007).

equilibrada. A sustentabilidade cultural se apresenta de forma mais complexa para efetivação, uma vez que exigiria pensar o processo de modernização de forma endógena, trabalhando as mudanças de forma sintonizada com a questão cultural vivida em cada contexto específico. Deste princípio, emerge a hipótese de um acesso a modernidade a partir de múltiplas vias de acesso, onde segundo Sachs (2007), além da necessidade de se traduzir o conceito normativo de desenvolvimento sustentável numa pluralidade de soluções locais, adaptadas a cada ecossistema, a cada cultura e, inclusive, soluções sistêmicas de âmbito local, utilizando-se o ecossistema como um paradigma dos sistemas de produção elaborados pelo homem.

Complementando essas concepções Diegues (1994) afirma que a força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la. No entanto, nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações, de ideias que, de algum modo, são somente o reflexo das condições materiais de produção.

Ainda de acordo com Diegues (1994, p. 63) afirma-se que o coração das relações materiais do homem com a natureza aparece como uma parte ideal, não material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza.

Este contraponto teórico denota que o desenvolvimento sustentável não corresponde com a complexidade das questões ambientais da contemporaneidade, ele se inscreve como sustentável muito do que continua a ser manutenção do modelo de produção e consumo que impossibilitam a construção de um mundo social e ambientalmente mais justo. Sendo necessária a busca por alternativas teóricas, pautadas no conhecimento e respeito às comunidades e saberes tradicionais, ou seja, o conceito imprime e norteia uma política ambiental, que não atende a complexidade da problemática ambiental.

### 4.3 Contribuições para o desenvolvimento local propiciado pelas olarias e cerâmicas versus legislação ambiental.

O processo de institucionalização do PARNASI, como já explicitado ao longo da dissertação foi realizado de forma que invisibilizou a participação dos diversos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente nesse contexto.

Os precedentes conjecturais da criação dessa unidade de conservação configuraram-se permeados pela preponderância do poder político, inclusive manipulando a opinião dos atores de maior representatividade econômica na região, dentre eles os oleiros e ceramistas. Estes atores sociais, na conjuntura circunstancial do momento de criação do parque evidenciaram através dos meios de comunicação o temor da desestruturação de suas atividades por conta da institucionalização de uma UPI, categorizado como parque com uma legislação implícita e com interferência direta no local de extração da matéria prima utilizada na fabricação de artefatos da construção civil, fabricados nas olarias e cerâmicas.

Quando inquirida sobre o momento de criação do PARNASI, Valdineide Santana informa:

Eu fui eu acho que em 1989, quando eu saí de Pirambú e fui pra lá, pra Serra de Itabaiana, pra assumir essa responsabilidade de criar a unidade, consolidar o processo de criação da unidade e ao mesmo tempo fazer as atividades de gestão, então, pra fazer isso, pra fazer a interlocução com as pessoas, eu dei uma série de palestras, produzimos um vídeo, eu fiz várias palestras nas Escolas, na Câmara de Vereadores, no CDL, no Rótare, isso **em 89, 90, 91, a gente foi trabalhando até o dia que chegou que a conclusão lá em Brasília e ao mesmo tempo lá no mestrado, que poderia trabalhar com a perspectiva mesmo de criar a Unidade, então vamos criar agora o governo federal quer resolver isso, que foi quando o secretário, o ex-secretário do meio ambiente, Marcio Macedo, assumiu no IBAMA, então quando ele assumiu, ele começou a fazer uma gestão direta em Brasília e constante, pra resolver definitivamente isso aqui.** O que fazer da Serra e como fazer, então ele recebeu o aval do IBAMA que ia priorizar o processo de criação do Parque e daí foi feito o estudo com a **Universidade Federal, com o departamento de biologia, com a coordenação do professor Teófilo Morado e com o professor Adalto,** então esse estudo foi o estudo da biota, tinha o estudo da **biota** e tinha o estudo com a comunidade, que foi um pouco do meu trabalho, então além do mestrado que eu trabalhei pra chegar naquele resultado, eu também trabalhei para chegar à criação da Unidade, pra ver das pessoas, daquelas oportunidades todas que tem no SNUC, de proteção integral, o que seria melhor pra Serra, se seria o Parque, se seria Estação Ecológica, o que seria? **E aí foi quando eles falavam dos objetivos, a forma de utilização da área, ia chegando em Parque, mesmo sabendo das implicações, mas tem propriedades particulares, mas hoje o senhor esta tirando material do parque,** não, mas eu paro de tirar, então quem esta dentro, aqui em Terra Preta e Água Fria, tem várias propriedade que as pessoas não vivem, não sobrevivem da sua propriedade, nesses dois casos eles não dependem desses imóveis pra sobreviver, tem vários casos, agora,

do lado do Bom Jardim **que de fato tem propriedade que estão encostadas, que foram interessantes colocar aqui porque, os recursos naturais eles não estão só nas áreas de preservação permanente, então você tem que compor esse polígono, pra estabelecer esses limites, então colocar recursos hídricos pra garantir a sustentabilidade** desse espaço pra funcionar como Parque, estava só a Serra de Itabaiana no projeto inicial, com o estudo da Universidade, chegou-se a conclusão que deveria incluir a Serra Comprida e também a Serra do Cajueiro, que tem as nascentes do rio Poxim, que abastece uma parte de Aracaju, então por isso que a área foi ampliada e tem até demanda de colocar a Serra da Ribeira, a comunidade do povoado Ribeira já tinha solicitado ao IBAMA pra incorporar ao Parque (Valdineide Santana, técnica da ADEMA e pesquisadora).

A explicação fornecida pela pesquisadora ao definir a categoria da UC, evidencia a participação decisória da capacidade técnica da Universidade Federal de Sergipe, complementada pela necessidade política do Márcio Macedo em implementar uma UC, e, também da participação dos órgãos como a CDL, Câmara de Vereadores, Rótare Clube, segmentos sociais com representatividade política e econômica no local.

Além disso, uma justificativa explicitada pelos ceramistas através dos meios de comunicação informava da possível alteração no índice de desemprego, atrelada a criação do PARNASI, entretanto a pesquisa de campo e as entrevistas não confirmam essas informações. Quando questionados sobre o desenvolvimento local propiciado pela atividade de olaria e cerâmica o discurso converge tanto em relação à invisibilização da participação dos atores sociais no momento de criação da UPI como na geração de emprego.

Rapaz acho que sim, por que repares só, só emprego direto aqui é 55, aí tem indiretos, contribui muito com o crescimento do Brasil, **na verdade cerâmicas por que gera muito emprego, muito serviço, olha só que gera assim esses, aí gera para os carros de Aracaju, gera para quem vai levar, gera para o pedreiro. Isso é tudo emprego que vai gerando** (Zé Antônio, sócio proprietário da cerâmica Nascimento, povoado Rio das Pedras).

É válido ressaltar que mesmo na ilegalidade das olarias, essa prática é uma atividade de sobrevivência de muitas mulheres, e se responsabiliza por um desenvolvimento local, pois gera muitas vagas e inserção de postos de trabalho.

Nas olarias onde foram realizadas as entrevistas, contabilizam 191 pessoas trabalhando, destaca-se a rotatividade dessa mão de obra e a predominância do gênero feminino. Evidenciado na fala de D. Gilza, que expressa à preocupação referente a essa questão *“porque se não fosse também não existia, não existia um emprego, e nós ia trabalhar de que? a cerâmica não aceita mulher... só se for assim para secretária, ou cozinheira ou*

*fazer limpeza dos gabinetes deles”* (proprietária de olaria, povoado Rio das Pedras).

Essa questão é reforçada por um gerente de cerâmica, que imprime as consequências da ação dos órgãos atuantes, principalmente as exigências do Ministério do Trabalho.

[...] se Ministério cair em cima de olaria **vão deixarem meio mundo de família desempregada**, infelizmente né, por que até para o empregado se não tiver um emprego registrado ele tá né... mas infelizmente se o Ministério bater aí para as olaria (José Hamilton, gerente da cerâmica Santa Rosa Mista, povoado Chico Gomes).

Essa ênfase na fiscalização realizada pelo Ministério Público recai sobre a imprevisibilidade das consequências da atuação desse órgão no desenvolvimento das atividades oleiras, estas não detém o poder econômico que propicie assegurar aos seus trabalhadores os direitos regidos pela legislação trabalhista, e muitas utilizam mão de obra infantil.

Já as condições econômicas das cerâmicas permitem cumprir com a regulamentação das leis trabalhistas, e o número de funcionários informados pelos ceramistas entrevistados confirmam o nível de empregabilidade propiciado por essas unidades produtivas. Em doze cerâmicas abordadas, os recurso humano de mão de obra e composto por 513 funcionários, todos trabalham com carteira assinada pressuposto para garantia dos direitos trabalhistas.

Numa entrevista com um ceramista, a possibilidade de obter informações de uma funcionária permitiu entender parcialmente como a comunidade representa as atividades de cerâmica. De acordo com a secretária essas unidades produtivas contribuem com o desenvolvimento local e afirma: *“Com certeza, até às vezes a gente ouve falar que aqui é fácil de arrumar emprego, só não trabalha quem não quer, nas olarias e cerâmicas*, até mesmo nas cidades como Areia Branca, não tem tanto serviço como aqui. E os serviços são *gerados pela plantação de verdura e pelas cerâmicas”* (Silvânia, secretária da cerâmica União).

Na perspectiva de um empregador, o depoimento do ceramista informa como ele concebe a importância dessa atividade para os povoados e sua respectiva comunidade:

Aqui a cerâmica aqui... é tudo, se for dizer se não fosse às cerâmicas aqui, o povo ia viver de que? Não tem de que viver... **deteriorando os terrenos não está mais, os terrenos aqui na redondeza não dá mais por que aqui o que é mais tirado é só o selão, por que barro não existe mais por aqui, lenha não tira, e só o selão nos local que já esta liberado pelo órgão**, eu acho que é melhor as cerâmicas aqui do que... Não é por que eu sou sócio... Gera mais

emprego para comunidade, e a mão de obra é mais com de menor, por que antigamente menino de 12 ou 13 anos já estava trabalhando, e hoje não tem mais isso, então fica difícil, mão de obra de cerâmica aqui é complicado tudo vem mais de fora, tudo de Areia Branca, Itabaiana, Areia branca tem muito funcionário, tem um ônibus que vem cheio para aí no chafariz. (Genilson, sócio proprietário da Cerâmica Nascimento).

A funcionária complementa as informações destacando o benefício propiciado pela presença dessas atividades nesses povoados e destaca as precauções dos ceramistas diante do que pode ser identificado como prejudicial para a comunidade:

Eu acho que traz mais benefício, **por que o pior da cerâmica é a fumaça e retirada de argila**, mas tem que ter a licença, no caso da fumaça tem que fazer o filtro e da argila tem que fazer algo na área que é retirado também. **Se faz isso tudo com certeza vai trazer benefício né?** (Silvânia – secretária de uma cerâmica União).

O depoimento prestado por Sr.<sup>a</sup>. Silvânia explicita os condicionamentos impostos pela legislação ambiental, que através da atuação dos órgãos responsáveis exige a obtenção de licenças ambientais para o desenvolvimento da atividade ceramista. O cumprimento das exigências das leis ambientais, segundo análise das entrevistas, permite afirmar que as questões prejudiciais à comunidade são solucionadas via regulamentação legal.

Outro ceramista em entrevista converge com essa opinião e destaca:

Para comunidade traz benefício, pois gera emprego, pro meio ambiente, benefício, a gente trabalha sem prejudicar ninguém, **e já colocamos o filtro nem todas consegue colocar, mas devagarzinho a gente vai se organizando**. Um pequeno com muita dificuldade, por que o grande vai usar a inteligência e para não prejudicar a população (Genilson, sócio proprietário da Cerâmica União, povoado Mundês).

A dificuldade financeira em cumprir com a legislação ambiental implica na prática de algumas cerâmicas, estas não detém poder econômico e capacidade técnica para enfrentar a legislação trabalhista e ambiental, recorrem aos ceramistas legalizados e tentam se enquadrar aos parâmetros exigidos pelos órgãos regulamentadores. “Exigiram... exigiram o quadro de energia, proteção no motor, filtro e agente organizamos isso tudo” (José Augusto, sócio proprietário da cerâmica no Gandu I).

As transformações advindas após a institucionalização do PARNASI são ressaltadas pelos oleiros, confirmadas em respostas precisas, afirmando as transformações:

Mudou tudo, como você está falando aí... os órgãos começaram a pegar em cima, **a ADEMA o Ministério Público**. Tudo mudou muito, antes não precisava do filtro e eles não exigiam tanto né? **E antes houve quem tirou matéria prima lá do parque, tiraram perto da torre lá em cima, mas depois parou** (Luiz, ex- proprietário de olaria, povoado Lagoa dos Fornos I).

Diante dessas informações foi imprescindível perguntar sobre a presença dos órgãos regulamentadores, o oleiro informa:

**Ah! já teve aqui muito, O caso que o Ministério Público não quer que trabalhe de menor, por que antigamente as olarias trabalhava com muito menino de menor, criança, 10 anos, 12 anos.** Agora botou uma lei aqui um papel que agente não trabalha com de menor, aí meninos de menor agente não trabalha (José Carlos, proprietário de olaria povoado Lagoa dos Fornos).

Diante do exposto percebe-se que a imposição das leis ambientais e trabalhista promove um redimensionamento das práticas dos oleiros e ceramistas, pois essa regulamentação implica em necessários reajustes e exige à adequação a política ambiental, que é norteadada pelo desenvolvimento sustentável. Nisso evidencia a contraposição de desenvolvimento local e problemática ambiental.

Entretanto, é cabível reforçar a ideia de que a lógica do desenvolvimento sustentável está atrelada ao modelo econômico do capitalismo, que necessita das condições de produção predominante. Corroborando com essas concepções Carneiro (2005):

Grande parte das condições gerais ou pressupostos sociais da produção de mercadorias referem-se às condições naturais. Apenas, como exemplos citem-se a utilização do espaço urbano como locus do consumo e da circulação de automóveis; do uso dos gases da atmosfera para a combustão de energias fósseis e para descarga dos dejetos dessa combustão; a utilização de águas fluviais para a geração de energia, para irrigação, para processos industriais, para o escoamento dos detritos industriais, para o consumo humano (CARNEIRO, 2005, p.28).

Nessa conjuntura as atividades analisadas para concretizar a produção de suas mercadorias (telhas e tijolinhos nas olarias e blocos nas cerâmicas) mesmo localizando-se num espaço rural que se confunde com o urbano, tem em sua prática o impacto da combustão de energia vegetal, e em casos específicos utiliza-se das águas fluviais para consumo humano e deposição de resíduos da produção (Figura 39) e para abastecimento dos filtros implementados nas cerâmicas.



Figura 42- Rio das Pedras, localizado ao fundo de uma cerâmica e de uma olaria.  
Fonte: FIGUEIREDO, 2011, pesquisa de campo outubro de 2011.

Em fim, essa realidade permite considerar que as cerâmicas e olarias propiciam um desenvolvimento local, e contribuem economicamente com a comunidade dos povoados onde se localizam essas unidades produtivas. A dinâmica própria desses territórios é confirmada através do número de postos de trabalhos e empregos gerados por essas olarias e cerâmicas que totalizam 704. Ressaltando a informalidade da mão de obra oleira e legalidade predominante na atividade ceramista presenciada nas unidades produtivas estudadas.

Destaca-se ainda que as condições naturais sejam utilizadas como recursos, e propiciam acumulação material, preponderando o valor de troca nas atividades ceramistas e oleiras.

O uso capitalista das condições naturais como condições de processo de acumulação de riqueza abstrata choca-se com outras formas de apropriação social das condições naturais, seja para fim de valores de uso em moldes não capitalistas, seja para fim científico e lúdico, seja como fundamento da vida orgânica ou da identidade territorial de determinadas populações ou comunidades (CARNEIRO, 2005, p.29).

A identificação dos povoados como regiões produtoras de artefatos para construção civil (telhas, blocos e tijolinhos), contrapõe-se a lógica implícita nas leis ambientais que regulamentam as UPI, como categoriza o PARNASI. Tendo em vista os recursos utilizados como matéria-prima nas atividades produtoras desses artefatos, no estudo específico as olarias

e cerâmicas.

No entanto, essas práticas socioeconômicas sobrevivem em conflito com o desenvolvimento sustentável fundamento da política ambiental, contrapondo a lógica da sobrevivência própria das olarias, a lógica do industrialismo associado às atividades ceramistas, estas orientadas pelos modos de vida pré-existentes antes da institucionalização do Parque Nacional da Serra de Itabaiana.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo objetivou caracterizar as transformações ocorridas nas práticas produtivas de olarias e cerâmicas localizadas no entorno do PARNASI, em virtude da institucionalização dessa unidade de conservação.

Diante desse contexto percebeu-se que a legislação ambiental implícita na implementação do parque reorienta a ação e o desenvolvimento das atividades dos oleiros e ceramistas tendo em vista a premissa de que as mudanças promoveram uma dinâmica própria aos povoados estudados, e permitiu associar essa conjuntura a modernidade definida por Giddens, destacando o processo de exclusão das olarias de algumas dimensões institucionais modernas, como por exemplo, o próprio industrialismo.

A hipótese levantada nos momentos iniciais desse estudo, a partir da abordagem de pesquisa de campo foi refutada parcialmente já que a realidade empírica das olarias e cerâmicas explicita uma exclusão parcial das olarias desse processo de modernidade. As práticas oleiras podem ser associadas a concepções da sociedade pré-moderna, pela recursividade e tradicionalidade presente nessas atividades produtivas. Entretanto esse processo de reflexividade pressupõe a descontinuidade entre a tradição e a modernidade, caracterizada por uma permanente dissolução e recriação das práticas sociais produtivas dos oleiros e ceramistas.

A partir da explicitação dessa exclusão parcial das olarias localizadas no entorno do PARNASI, da modernização e inclusão das cerâmicas, complementadas pela forma de participação desses atores sociais no processo de implementação da UC, verificou-se a disparidade existente entre as estratégias utilizadas pelas olarias em relação às cerâmicas diante da imposição legal e a recursividade no desenvolvimento das suas práticas.

Todas as dimensões sociais em que estão inseridos os oleiros os colocam como sujeitos desprivilegiados e tendentes à invisibilização ambiental, política, econômica e cultural. Inclusive as informações demonstram que a falta de atenção dispensada aos oleiros pelos órgãos públicos de fiscalização, a ponto de afirmarem a inexistência de olarias nos povoados estudados é condicionante para o contínuo processo de ilegalidade dessas unidades produtivas.

Essa disparidade no enfrentamento da legislação ambiental e trabalhista decorre da forma como as olarias se utilizam para subverter a imposição dessa regra jurídica, as práticas

se estruturam na ilegalidade, pois os recursos (lenha, argila e selão) utilizados no processo produtivo das telhas e tijolinhos, realizado por essas unidades produtivas são oriundos de locais sem licenciamento. A questão econômica e as dificuldades decorrentes da incapacidade na competitividade mercadológica são pressupostos para as olarias utilizarem o subsídio financeiro de agiotas ou empréstimos com os ceramistas.

Já os ceramistas desenvolvem suas atividades fundamentados no poder econômico que propicia a capacidade de aquisição do aparato tecnológico, implementação da mecanização no processo produtivo, além do auxílio dos expert, dos especialistas (contador, advogado, administrador, técnica em segurança do trabalho, técnico em meio ambiente) condicionamentos para o domínio informacional. Esses condicionamentos fazem com que as cerâmicas enfrentem com mais facilidade tanto a legislação ambiental como a trabalhista.

A fundamentação na Teoria da Estruturação explicitou os elementos que constitui os recursos autoritários e alocativos nas práticas produtivas tanto das olarias como das cerâmicas. O uso dos recursos autoritários e alocativos, pelos atores nas práticas sociais, resultam na produção e reprodução de estruturas de dominação (política, econômica, intelectual). Da mesma maneira, por meio de implementação de regras, os seres humanos criam e recriam estruturas de legitimação, (instituições legais) e estruturas de significação (discursos institucionalizados) que promovem exclusão de alguns atores.

Essa exclusão refere-se ao desenvolvimento das práticas oleiras por conta da incapacidade econômica e informacional dessas unidades produtivas de responder as exigências da legislação ambiental e trabalhista. Entretanto também evidenciou os conflitos socioambientais oriundos do processo de institucionalização do PARNASI, que invisibilizou os atores sociais do entorno dessa UPI remetendo uma análise dialógica desse contexto.

As diferentes respostas das olarias e cerâmicas a legislação ambiental decorrente da institucionalização do PARNASI foram comprovadas durante a pesquisa de campo. A criação de uma UPI propiciou uma dinâmica diferenciada nos territórios estudados e recriou mecanismos de exclusão, hierarquização e subordinação social.

É válido destacar que a profundidade teórica na discussão sobre inclusão e exclusão das olarias, cerâmicas e dos territórios estudados na modernidade tardia, necessita de uma análise detalhada enfocando outras dimensões que venham contribuir epistemologicamente com a temática da sociologia ambiental. Além disso, ressalta-se que a abordagem teórico-metodológica na realização desse estudo caracterizou-se por algumas dificuldades desde a pesquisa de campo, no acesso aos sujeitos da pesquisa, até a definição dos instrumentos de

análise de dados, tendo em vista que a perspectiva disciplinar da minha formação ficou explícita, diante da necessária ampliação no exercício da construção interdisciplinar.

Diante desses impasses, ressalta-se que a quantidade de dados coletados e ainda não utilizados, são propícios para novas abordagens dialogando com outras teorias, que podem ser realizadas por membros do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder no PRODEMA, locus que se caracteriza como espaço acadêmico ideal para continuidade nos debates aqui propostos.

Entretanto, a relevância do estudo se fez pela contribuição com pesquisas de abordagem local que permitam a colaboração para a efetivação de propostas que favoreça a edificação ou manutenção do equilíbrio socioambiental, e possa mitigar os conflitos socioambientais. Essa proposta complementa a constatação dos estudos já realizados, que revelaram a existência de pontos de extração de terra e argila em áreas próximas ao PARNASI, utilizadas nas olarias e cerâmicas de Rio das Pedras, além dos conflitos socioambientais manifestos após a implantação dessa (UC), direcionando essa proposta de pesquisa.

A fidelidade semântica ao Giddens implicou em corroborar com suas ideias e posicionamentos, assim o saber que se pretendeu produzir configura-se um saber parcial e preliminar, não ocorreram pretensões da construção da verdade, nem estabelecimento das origens, mas uma investigação com seus limites e jurisdições interpretativas, na perspectiva de realizar uma abordagem fundada na microssociologia.

O exercício da perspectiva interdisciplinar foi essencial já que as ciências ambientais constitui uma área do saber caracterizada pelo diálogo entre as ciências naturais, ciências sociais e outras. Porém revela-se a historicidade e diversidade teórica do saber científico necessário numa abordagem crítica e contextual.

As observações empíricas das consequências de uma ação humana devastadora, como configuram as práticas das olarias e cerâmicas, seja numa reflexão da problemática ambiental ou considerando a lógica da sobrevivência, explicitou a produção das denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc. Entretanto essa problemática deve necessariamente considerar as práticas sociais e buscar conciliar o desenvolvimento dessas atividades com a conservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo.

Ressalta-se que a realização desse estudo constitui-se um desafio, principalmente o que se refere ao acesso à realidade empírica. O contexto de conflitos decorrentes da criação

do parque promoveu uma resistência por parte dos sujeitos entrevistados, os proprietários de olarias e cerâmicas. Mas as visitas de campo foram possibilitando a proximidade e confiança, desconstruindo essa resistência pela associação aos órgãos fiscalizadores.

Percebe-se uma lacuna teórica e empírica nessa circunstância. Sugere-se como abordagens em estudos posteriores a possibilidade de desenvolvimento da temática sobre o processo de territorialização e desterritorialização das unidades produtivas analisadas, já que os ditames da legislação ambiental ocasionaram a transferência dessas olarias e cerâmicas do Bairro Marianga para os povoados estudados ou para o Campo do Brito. Essa temática carece de uma abordagem com profundidade, pois foi suprimida nessa dissertação, em virtude da fundamentação teórica não contemplar essas categorias. Outra temática que pode ser desenvolvida refere-se à questão de gênero, em virtude da predominância da mão de obra feminina nas olarias, e masculina nas cerâmicas.

Por fim, a produção do conhecimento mesmo que com definições bem amarradas e formuladas inicialmente, ressalta que o momento da pesquisa de campo propiciou reconstrução e reformulações teóricas e metodológicas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

ACSELRAD, Henry. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidades. In: LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano; Morelli (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro, RJ: Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004. pp. 24-69.

Anthony Giddens. **Entrevista no Programa Roda Viva**. Produção Daisy Rocha e Augusto Esperança, Chefe de Redação: Sérgio Castro, Chefia de Jornalismo Diretor responsável: Marco Antônio Coelho Filho. Coordenação Paulo Markun. Realização Cultura – Fundação Padre Anchieta. DVD (1hora 26 minutos e 27 segundos). São Paulo: TV Cultura, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**, Ed. Cortez/Ed. Unicamp, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**, Boitempo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho**, Ed. Boitempo, São Paulo, 2005.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BECK, Ulrich. **Ecological politics in a age of risk**. Cambridge: Polity Press, 1995.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco Rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. 2000. **Lei 9985/00 que Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza**.

BRASIL. **Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América de 1940**. Disponível em <[http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/decleg\\_03\\_48.pdf](http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/decleg_03_48.pdf)>. Acesso: 04/05/2010.

CARNEIRO, Éder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável.: In: ZHOURI, Andréia, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (organizadores). **A insustentável leveza da política ambiental desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARVALHO, C.M.; VILAR, J.C. **Introdução – Levantamento da Biota do Parque Nacional Serra de Itabaiana**. In: CARVALHO, C. M.; VILAR, J.C. (coords.) Parque Nacional Serra de Itabaiana: Levantamento da Biota. Aracaju: UFS/Ibama/Biologia Geral e Experimental, p.9-14, 2005.

CIFUENTES, M. et al. **Medição da efetividade do Manejo de Áreas Protegidas**. Turrialba: CC, R, WWF, UICN, GTZ, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação Novos rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: HUCITEC NUPAUB-USP, 2000.

FIGUEIREDO, Carla Taciane. **Modernidade e Exclusão em Áreas Ambientalmente Protegidas: olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana-SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: UFS, 2011.

FREITAS, Maria Sônia. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. 2ª edição, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FOLADORI, Guilhermino. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Traduzido por Marise Manoel. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2001.

FURTADO, Odair; REY, Fernando L. González. **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GERHARDT, Cleyton; A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas: uma análise comparativa. Anais do **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia** 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

GERHARDT, Cleyton. **Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”**. 542p. Tese (Doutorado no Instituto de Ciências Humanas e Sociais- Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo- SP: Editora da UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_, Anthony. **Risco, Confiança, Reflexividade**. In: BECK, U.; GIDDENS, A. &

LASH,S. (eds.). **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP 1997.

\_\_\_\_\_, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo -SP: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens: O sentido da modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2000. 153 p.

GOMES, L. J.; [SOBRAL, I. S.](#); [COSTA, C. C.](#); MAROTI, P. S. . **Percepção ambiental como estratégia de planejamento e gestão em unidades de conservação**. In: Antenor de Oliveira Aguiar Netto; Laura Jane Gomes. (Org.). Meio Ambiente: distintos olhares. 1 ed. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; CNPq, 2010, v. 1, p. 121-159.

GOMES, Laura Jane; SANTANA, Valdineide; RIBEIRO, Genésio Tâmara. **Unidades de Conservação no Estado de Sergipe**. Revista da FAPese. Vol.2, n.1, p.101-112, 2006

JACOBI, P. Impactos socioambientais urbanos: Do risco à busca da sustentabilidade. In: MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004, p.169-184.

KOPTE, Johanna Martha e LAURA, Ana. **Um estudo de olaria no conteúdo do folclore**. São Paulo. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, (Coleção Folclore, nº 17), São Paulo, 1979.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade; **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

LAKATOS, Eva. Maria, MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S.A. 2008.

LASH, Scott. **A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética e comunidade**. In: BECK, U.; GIDDENS, A. (eds.). **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP 1997.

LARRÈRE, Catharine & C. **Du bom usage de la nature: pour une philosophie de l'environnement**. Paris: Auto Aubier. 1997.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LENZI, Cristiano Luiz. **Para uma imaginação sociológica da ecologia: Uma análise do pensamento de Anthony Giddens**. Revista Ambiente & Sociedade, Brasil, V. IX, n.1, janeiro/ Junho 2006.

LENZI, Cristiano Luiz. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru. São Paulo: Edusp. 2006.

LIMA, Juliano Silva. **Uso e Conservação de Recursos Botânicos por Comunidades Rurais**

**do Entorno ao Parque Nacional Serra de Itabaiana: Uma abordagem Etnobiológica.** 224p Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: UFS, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

MORALES, Sheyla Pink Diaz. **Conflitos ambientais em Unidades de Conservação: uma abordagem sobre as relações de poder no Parque Nacional da Serra de Itabaiana-SE,** 164p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: UFS, 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: Bursztyn (Org). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

PEUKERT, Helmut. Crítica filosófica a modernidade. In GEFFRÉE. Claude, JOSSUA, Jean Pierre. **A modernidade em Discussão,** Stichting Concilium e Editora Vozes, s/d.

PIMBERT, P. M.; PRETTY, J. N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES A. C. (org.) **Etnoconservação – novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, p.183-290, 2000. 297p.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. **Unidades de Conservação Brasileiras MEGADIVERSIDADE,** volume 1, Nº 1, julho 2005. Disponível Em: [http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06\\_rylands\\_brandon.pdf](http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf). Acesso em 16 de Nov. 2010

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais.** 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SACHS, Ignacy. **Rumo a ecossocioeconomia: Teoria e Prática do desenvolvimento-**Ignacy Sachs; Paulo Freira Vieira. (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente In: SACHS, W. (org.) **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000. p.117-131.

SANTANA, Valdineide Barbosa de. **Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário a cerca invisível.** São Cristóvão, 2002. 121 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de pós-graduação e Estudos do semiárido, Programa Regional de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, Gláucia da. A sociobiologia e a crítica dos antropólogos. In: **Com Ciência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Volume 80, 2006 (disponível em [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br)).

SOBRAL, I. S.; SANTANA, R.; GOMES, L. J.; RIBEIRO, G.; SANTOS, J. R.; COSTA, M. Avaliação dos impactos ambientais no Parque Nacional Serra de Itabaiana. SE. **Revista Caminhos da Geografia (UFU. Online)**, v. 8, p. 102-110, 2007.

SOARES, M. C.C. et al. **Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UC's de Proteção Integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.

SPAARGAREN, G. e MOL, A P. J. **Meio Ambiente Modernidade e Sociedade de Risco: O horizonte Apocalíptico da Reforma Ambiental**. Traduzido por Salvador Dal Pozzo Trevisan. Ilhéus – BA: Editora editus- UESC, 2003.

SPAARGAREN, G. e MOL, A P. J. **Sociologia, Meio Ambiente e Modernidade**. Traduzido por Salvador Dal Pozzo Trevisan. Ilhéus – BA: Editora editus-UESC, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, p.175, 1995.

VICENTE, A.; RIBEIRO, A. S.; SANTOS, E. A.; FRANCO, C. R. P. Levantamento botânico. In: CARVALHO, C. M. (Org.); VILLAR, J. C. (Org.). **Parque Nacional Serra de Itabaiana: Levantamento da Biota**. Aracaju: UFS/Ibama, v., p. 15-37, 2005.

ZHOURI, Andréia. **A insustentável leveza da política ambiental- desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Organizado por Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, Doralice Barros Pereira. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréia. LASCHEFISK, Klemens. PAIVA, Ângela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In.: **A insustentável leveza da política ambiental- desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Organizado por Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, Doralice Barros Pereira. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

**APÊNDICE A - Termo de livre concessão de informações**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



**TERMO DE LIVRE CONCESSÃO DE INFORMAÇÕES  
(para fins científicos)**

Estou ciente dos objetivos do trabalho de pesquisa intitulado “Modernidade e exclusão em Áreas Ambientalmente Protegidas: olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana- SE”, realizado por Carla Taciane Figueiredo portadora do RG: 07397619-94 SSP/BA, mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, tendo como orientador o professor Dr. Marcelo Aláριο Ennes e Emílio de Britto Negreiros. Autorizo a gravação das informações por mim prestadas nessa entrevista. Concordo coma divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica (congressos, encontros, textos, artigos entre outros). Estou também ciente de que posso abandonar minha participação nesta pesquisa a qualquer momento.

Assinatura do Entrevistado

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**APÊNDICE B- Consentimento da participação como sujeito de pesquisa**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



Eu \_\_\_\_\_ concordo em participar voluntariamente da pesquisa “Modernidade e Exclusão em Áreas Ambientalmente Protegidas: olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana- SE” na condição de entrevistado, estando informado e esclarecido de que os dados serão utilizados exclusivamente nessa pesquisa.

Aracajú- SE      de                      de 2011.

---

Assinatura do Entrevistado.

---

Assinatura do Pesquisador.

**APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista semiestruturada.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**



**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA OLEIROS/CERAMISTAS  
OU GESTOR DE CERÂMICA**

- 1) Qual o nome do Senhor (a)?
- 2) Sempre trabalhou desenvolvendo atividade de olaria e cerâmica? Há quanto tempo o senhor trabalha com olaria ou cerâmica?
- 3) Fale um pouco sobre as dificuldades enfrentadas ao desenvolver suas atividades na olaria ou na cerâmica.
- 4) Quantos funcionários trabalham aqui na sua olaria ou cerâmica?
- 5) As condições econômicas permite que os trabalhadores tenham carteira assinada?
- 6) Qual a faixa-etária de idade dos funcionários que trabalha aqui na sua olaria ou cerâmica? Eles permanecem muito tempo aqui? A partir que idade começam a trabalhar?
- 7) As transformações no processo produtivo das olarias e cerâmicas tem originado dificuldades?
- 8) Quais são as formas de enfrentar as imposições da legislação trabalhista? E as leis ambientais?
- 9) O senhor acha que atividade de olaria ou cerâmica contribui para o desenvolvimento econômico do Estado de Sergipe?
- 10) O senhor considera essa atividade tradicional na região? E qual a importância das olarias ou cerâmica para a comunidade?
- 11) As transformações decorrentes da mecanização tem influenciado de que forma nas práticas oleiras ou ceramistas?
- 12) No processo produtivo qual a etapa mais importante? Qual a principal dificuldade?
- 13) De onde vem a matéria-prima (argila, barro, selão) utilizada na produção dos blocos, telhas ou tijolinhos?

- 14) O senhor considera que as atividades desenvolvidas em uma olaria agridem o meio ambiente?
- 15) Quando criou o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, houve alguma convocação para participação de vocês? Caso afirmativo como foi sua participação?
- 16) Como o senhor (a) avalia s atividades realizadas pelas olarias antes da criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana
- 17) Após a criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, quais foram às transformações nas atividades das olarias ou cerâmicas?
- 18) A fiscalização dos órgãos (IBAMA, ADEMA, Ministério do Trabalho) tem dificultado as práticas em sua unidade produtiva?
- 19) O que o senhor tem feito para enfrentar as exigências da legislação ambiental?
- 20) O processo de modernização implica em transformações no processo produtivo? De que forma?
- 21) O senhor (a) acredita que o domínio da informação contribui para enfrentar as dificuldades? De que forma?
- 22) Após a implantação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana ocorreram muitas transformações? Quais? Existe alguma ação por parte do gestor do Parque para regularizar o manejo das áreas de extração da matéria prima? E da lenha?
- 23) Como é a relação da empresa (olaria ou cerâmica) com a comunidade? Com o governo local de Itabaiana ou Areia Branca? E com a UFS?
- 24) Na opinião do senhor (a) não se resolveu até hoje a situação de legalização da terra na área do PARNASI? Quais as formas de enfrentar a situação?
- 25) Qual a opinião do senhor (a) sobre a modalidade da Unidade de Conservação de Proteção Integral, escolhida para a Serra de Itabaiana?
- 26) Na opinião do senhor (a) quais as atividades que poderiam ser desenvolvidas no entorno do PARNASI?
- 27) Colocando na “balança”, o senhor acredita que as atividades das cerâmicas e das olarias trazem mais benefícios ou mais prejuízos para o povoado? E para a comunidade? E para o “meio ambiente”?
- 28) Na opinião do senhor (a) a criação do parque trouxe complicações para as atividades de olarias e cerâmicas já que estas se localizam próximo da serra e do parque?
- 29) O senhor como gestor ou proprietário de olaria ou cerâmica sugere que tipo de ação do governo para contribuir com as atividades oleiras ou ceramistas?